



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

JFRJ
Fls 11742

7ª VARA FEDERAL CRIMINAL

Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcr@jfrj.jus.br

SENTENÇA

Autor: Ministério Público Federal
Réus: Othon Luiz Pinheiro da Silva e outros
Juiz Federal: Marcelo da Costa Bretas
Sentença tipo “D1” (Resolução 535/2006, do CJF)

Processo n.º 0510926-86.2015.4.02.5101.

I. RELATÓRIO

Trata-se de ação penal inicialmente distribuída ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR e redistribuída a este Juízo por força de decisão do E. Supremo Tribunal Federal (AP n° 963/PR).

O Ministério Público Federal ofereceu a denúncia de fls. 10/142 em desfavor dos quinze acusados adiante nomeados, atribuindo-lhes a prática dos delitos de associação criminosa, corrupção ativa e passiva (artigos 288, 317 e 333 do Código Penal Brasileiro), lavagem de dinheiro (artigo 1º, §4º da Lei n° 9.613/98), evasão de divisas (artigos 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei n° 7.492/86), fraude processual e pertinência à organização criminosa (artigo 2º, §1º da Lei n° 12.850/13).

A denúncia foi recebida em **03.09.2015**, sendo rejeitada em relação ao acusado Gerson de Mello Almada (fls. **1.339/1.348**).

O *Parquet* federal relata, em síntese, que as investigações realizadas no bojo da operação LAVAJATO identificaram a existência de um gigantesco esquema criminoso envolvendo suposto cartel composto pelas empreiteiras OAS, ODEBRECHT, UTC, CAMARGO CORREA, TECHINT, ANDRADE GUTIERREZ, MENDES JÚNIOR, PROMON, MPE, SKANSKA, QUEIROZ GALVÃO, IESA, ENGEVIX, SETAL, GDK e GALVÃO ENGENHARIA, a cujos prepostos foi imputada a prática de diversos crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro em prejuízo da PETROBRAS.

Narra a denúncia que em seu acordo de colaboração premiada Dalton Avancini, ex-presidente da CAMARGO CORREA S.A., revelou que tal cartel atuou com o mesmo *modus operandi* na contratação dos serviços para a construção da Usina Termonuclear de ANGRA 3 pela ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - **ELETRONUCLEAR**. Os fatos noticiados pelo colaborador levaram o órgão ministerial a dar início a novo apuratório, vindo o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR a autorizar diversas medidas cautelares para aprofundamento da investigações.

A partir da quebra do sigilo fiscal das empresas ANDRADE GUTIERREZ e ENGEVIX identificou-se que as empreiteiras envolvidas teriam pago propina ao acusado Othon Luiz, então Presidente da ELETRONUCLEAR, para que as favorecesse na contratação para as obras de ANGRA 3. Nos lançamentos fiscais da ANDRADE GUTIERREZ verificou menção a pagamentos de consultoria às empresas CG IMPEX, ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA., e JNOBRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., os quais, posteriormente, foram identificados como sendo pagamento de vantagem indevida a Othon Luiz. Evidenciou-se que o pagamento da propina ocorreu mediante atuação de empresas intermediárias e de contratos de prestações de serviços fictícios.

Tais evidências foram corroboradas pelas declarações prestadas pelo colaborador Augusto Mendonça Neto, administrador das empresas SOG/SETAL, que informou ter subscrito contratos fictícios com a empresa CG IMPEX.

Na lavagem do dinheiro recebido por Othon Luiz atuaram os operadores financeiros Bruno Gonçalves Luz e Jorge Luz, valendo-se da empresa DEMA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. Eles

seriam os responsáveis pelo depósito de R\$ 276.444,92 em favor da empresa ARATEC ENGENHARIA CONSULTORIA & REPRESENTAÇÕES LTDA, de titularidade da acusada Ana Cristina Toniolo, filha de Othon Luiz, a qual, em sede policial, admitiu que sua empresa não prestou tais serviços e que as notas emitidas em favor da empresa DEMA eram frias.

JFRJ
Fls 11744

Narra o órgão ministerial que os acusados Otávio Marques e Flávio David, este na condição de Presidente da ANDRADE GUTIERREZ ENERGIA, portanto, responsável pelos contratos da empreiteira com a ELETRONUCLEAR, se reuniram diversas vezes entre 02/07/2012 e 24/05/2013 com João Vaccari Neto, operador condenado na operação LAVAJATO por amealhar propinas em contratos celebrados na PETROBRAS (autos nº 5033630-37.2015.4.04.7000), possivelmente para este mesmo fim.

Segundo a denúncia, no âmbito da operação LAVAJATO, apurou-se a existência de vínculos entre os acusados Carlos Alberto Montenegro Gallo, administrador da empresa CG IMPEX, Víctor Sérgio Colavitti, administrador da empresa LINK PROJETOS E PARTICIPAÇÕES S/A, com prepostos da empresa ANDRADE GUTIERREZ nos contratos com a PETROBRAS S/A e com a ELETRONUCLEAR, tendo apontado para possível repasse de propina ao acusado Othon Luiz. O colaborador Víctor Sérgio Colavitti admitiu o repasse de dinheiro de sua empresa ENGEVIX para a ARATEC.

Nos autos nº 5026417-77.2015.404.7000 foram determinadas, além da prisão temporária dos acusados Flavio David Barra, José Antunes Sobrinho e Othon Luiz, a busca e apreensão em 24 locais em que foram apreendidos volumoso material de informática. Dentre o material apreendido, foram identificadas comunicações eletrônicas de José Antunes com outros executivos da ENGEVIX, narrando encontros com o Othon Luiz para facilitar a aprovação de aditivos do interesse da empresa como a ELETRONUCLEAR.

Também narra a denúncia que em agosto de 2014, às vésperas da assinatura dos contratos com ELETRONUCLEAR, Othon Luiz abriu conta bancária em nome da *offshore* HYDROPOWER ENTERPRISE LIMITED no Banco Havilland S/A em Luxemburgo, valendo-se dos serviços de Bernardo Freiburghaus, denunciado na operação LAVAJATO pela prática de lavagem internacional de dinheiro.

Por fim, o MPF sustenta que os acusados Ana Cristina da Silva Toniolo e Carlos Gallo teriam usado documentos falsos perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR nos autos dos processos nºs 5026417-77.2015.4.04.7000 e 5028308-36.2015.4.04.7000, a fim de levar o Juízo a erro.

Essa é a síntese dos eventos que levaram o órgão ministerial em Curitiba/PR a imputar aos acusados centenas de fatos delituosos que teriam ocorrido entre os anos de 2007 a 2014 e que causaram enorme prejuízo à ELETRONUCLEAR, cujo resumo é o seguinte:

JFRJ
Fls 11745

1) Othon Luiz Pinheiro da Silva: artigo 317, § 1º do CPB (53 vezes), artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/98 (151 vezes), artigo 2º, § 1º e 4º da Lei nº 12.850/2013 e artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/86 c/c os artigos 1º e 2º da Resolução nº 3.854/2010 - Bacen e 1º da Lei nº 9.613/98, n/f artigo 70 do CPB;

2) Ana Cristina da Silva Toniolo: artigo 1º, § 4º Lei nº 9.613/98 (88 vezes), artigo 2º, § 1º e 4º da Lei nº 12.850/2013 e artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/86 c/c artigos 1º e 2º da Resolução nº 3.854/2010 - Bacen e artigo 1º da Lei nº 9.613/98, n/f artigo 70 do CPB;

3) Rogério Nora de Sá: artigo 333, parágrafo único (16 vezes) e artigo 288, ambos do CPB e artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/98 (69 vezes);

4) Clóvis Renato Numa Peixoto Primo: artigo 333, parágrafo único (18 vezes), artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/98 (67 vezes) e artigo 2º, § 1º e 4º da Lei nº 12.850/2013;

5) Olavinho Ferreira Mendes: artigo 333, parágrafo único, do CPB (24 vezes), artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/98 (69 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

6) Otávio Marques de Azevedo: artigo 333, parágrafo único, do CPB (24 vezes), artigo 1º, § 4º da Lei nº 9.613/98 (71 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

7) Flávio David Barra: artigo 333, parágrafo único, do CPB (24 vezes), artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (71 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

8) Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho: artigo 333, parágrafo único, do CPB (24 vezes), artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (71 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

9) Carlos Alberto Montenegro Gallo: artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (69 vezes), artigo 2º, §1º e § 4º, II da Lei nº 12.850/2013;

10) Josué Augusto Nobre: artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (5 vezes), artigo 2º, § 4º, II da Lei nº 12.850/2013;

11) Geraldo Toledo Arruda Junior: artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98;

12) José Antunes Sobrinho: artigo 333, parágrafo único, do CPB (29 vezes), artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (80 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

13) Cristiano Kok: artigo 333, parágrafo único, do CPB (29 vezes), artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (80 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

14) Victor Sérgio Colavitti: artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (79 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, de Lei nº 12.850/2013;

15) Gerson de Mello Almada: artigo 333, parágrafo único, do CPB (29 vezes), artigo 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (80 vezes) e artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013;

Cópia do termo de declarações da acusada Ana Cristina prestadas perante a Polícia Federal em Curitiba/PR às fls. 145/149,

Ofício do MPF à Secretaria de Finanças do Município de Borueri/SP à fl. 150. Em resposta, a Secretaria encaminhou os documentos de fls. 151/161.

Às fls.162/165 e 166/167, respectivamente, documentos da empresa *off-shore* HYDROPOWER ENTERPRISE LIMITED e documentos copiados dos autos da busca e apreensão no endereço residencial de Ana Cristina.

Às fls.168/171, ofícios do MPF ao Presidente em exercício da ELETROBRAS solicitando informações acerca do Contrato NCI 223/83 e das empreiteiras. As respostas foram anexadas às fls. 172/194.

Às fls. 195/197, Relatório de Informação nº 021/2015 da Polícia Federal referente ao registro de visitantes da ANDRADE GUTIERREZ.

Às fls. 198/328 e 333/395, acórdãos Tribunal de Contas da União.

Às fls. 329/332, termo de colaboração de Dalton dos Santos Avancini.

Às fls. 396/466, termo do acordo de leniência firmado pelo “Clube” de Empreiteiras junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Às fls. 474/513, documentos relativos à prestação de serviços entre ANDRADE GUTIERREZ e CG IMPEX.

À fl. 514, ofício do MPF à Secretaria de Finanças do Município de Barueri/SP. Em resposta, foram encaminhados os documentos de fls. 515/528.

Relatório de análise nº 005/2015, referente ao fluxo financeiro das empresas ARATEC, ANDRADE GUTIERREZ, ENGEVIX, CG IMPEX, LINK, DEUTSCHEBRAS e J. NOBRE (fls. 530/555).

À fl. 556, ofício do MPF à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo/SP. Em resposta, foram encaminhados os documentos de fls. 557/580.

Cópias da decisão proferida pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR no processo de busca e apreensão nº 502830836.2015.4.04.7000/PR às fls. 586/603.

À fl. 659, termo de colaboração complementar de Augusto Ribeiro de Mendonça Neto.

Relatório de análise da Polícia Judiciária nº 484 acerca dos bens apreendidos no domicílio de Ana Cristina às fls. 668/768.

Às fls. 773/780, termo de depoimento de Josué Nobre, acompanhado do contrato de prestação de serviços entre ANDRADE GUTIERREZ e DEUTSCHEBRAS de fls. 781/785.

Às fls. 786/791, ofícios do MPF ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Em resposta, foram encaminhados ofícios e documentos que apontam Othon Luiz e Ana Cristina como responsáveis técnicos da empresa ARATEC (fls. 792/796).

Às fls. 808/815 documentos encaminhados pela DEUTSCHEBRAS acerca dos pagamentos feitos à ARATEC.

Relatório Policial da 16ª Fase da operação LAVAJATO às fls. 816/845, que resultou no indiciamento de Othon Luiz, Ana Cristina, Flávio Barra, José Antunes, Josué Nobre, Carlos Gallo, Geraldo Toledo e Victor Colavitti.

Documentos referentes às empresas ENGEVIX, LINK, ARATEC às fls. 846/896.

Termos de declarações de Victor Colavitti, José Antunes e documentos

JFRJ
Fls 11747

da empresa ENGEVIX às fls. 897/967.

Às fls. 968/969, ofício do MPF requisitando documentos à LINK.

Às fls. 983/1.042, termos de colaboração Augusto Ribeiro de Mendonça Neto.

Às fls. 1.043/1.045, declarações de Dalton dos Santos Avancini.

Às fls. 1.069/1.071, cópia da decisão proferida nos autos da 5033630-37.2015.4.04.7000/PR pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

Às fls. 1.067/1.068, mandado de busca e apreensão dos registros de entradas de pessoas e veículos cumprido na sede da empresa ANDRADE GUTIERREZ em São Paulo/SP e às fls. 1.076/1.092, auto circunstanciado.

Termos de declarações de Othon Luiz e documentos da ENGEVIX às fls. 1.093/1.096.

Manifestações do MPF às fls. 1.100/1.110, encaminhando *pen drive* com informações e documentos referentes aos contratos e procedimentos licitatórios da ELETRONUCLEAR, sumário da denúncia, relatório de informações nº 058/2015 – ASSPA/PRPR.

Denúncia recebida em **03/09/2015** pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, sendo rejeitada em relação a Gerson Almada (fls. 1.339/1.348).

Termo de colaboração premiada de Dalton dos Santos Avancini às fls. 1.365/1.378, homologado às fls. 1.379/1.381.

Termo de acordo de colaboração premiada de Ricardo Ribeiro Pessoa às fls. 1.382/1.397, homologado às fls. 1.399/1.401.

Termo de acordo de colaboração premiada de Victor Sérgio Colavitti às fls. 1.402/1.411, homologado às fls. 1.412/1.413.

Resposta à acusação apresentada por José Antunes e Cristiano Kok às fls. 1.509/1.581, acompanhada dos documentos de fls. 1.582/2.162.

Manifestação do acusado Carlos Gallo às fls. 2.164/2.166, pugnando pela concessão de prazo adicional para apresentação da resposta à acusação.

Resposta à acusação de Victor Colavitti às fls. 2.168/2.275.

Resposta à acusação de Flávio Barra às 2.177/2.180.

Resposta à acusação de Otávio Marques às fls. 2.182/2.201.

Resposta à acusação de Othon Luiz às fls. 2.206/2.267.

Exceções de impedimento às fls. 2.269/2.273, suspeição às fls.

JFRJ
Fls 11748

2.277/2.290 e incompetência às fls. 2.293/2.305, todas opostas por Othon Luiz.

Resposta à acusação de Gustavo Ribeiro às fls. 2.349/2.406, acompanhada da procuração e dos documentos de fls. 2.406/2.407.

Resposta à acusação de Clóvis Renato às fls. 2.409/2.465, acompanhada da procuração e documentos de fls. 2.466/2.470.

Exceção de incompetência, oposta pelo acusado Gustavo Ribeiro (fls. 2.472/2.496).

Resposta à acusação de Rogério Nora às fls. 2.500/2.514, acompanhada dos documentos de fls. 2.515/2.533.

Resposta à acusação de Geraldo Toledo às fls. 2.536/2.538.

Resposta à acusação de Olavinho Ferreira Mendes às fls. 2.644/2.698, acompanhada da procuração e documento de fls. 2.699/2.700.

Resposta à acusação de Ana Cristina às fls. 2.702/2.707.

Resposta à acusação de Carlos Gallo às fls. 2.712/2.732.

Às fls. 2.319/2.331, 2.616/2.621 e 2.773/2.776, decisões acerca das respostas à acusação.

Às fls. 2.813/2.814, decisão que determina a suspensão do processo e demais incidentes tendo em vista a decisão proferida na Medida Cautelar na Reclamação nº 21.802.

Às fls. 2.992/2.993, ofício nº 0442/2015 do TCU, encaminhando *mídia* contendo cópias dos processos referentes ao Acórdão nºs 1624/2008, 2143/2010, 2750/2011, 2401/2012, 2603/2013, 2390/2014 e 3238/2012.

Às fls. 3.001/3.002, termo de redistribuição dos autos a este Juízo.

Manifestação do MPF às fls. 3.003/3.031, acompanhada dos documentos de fls. 3.032/3.087.

Às fls. 3.088/3.089, decisão deste Juízo que ratifica os atos e decisões processuais praticados pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

À fl. 3.100, decisão que manteve a custódia do acusado José Antunes na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba/PR.

Resposta à acusação de Josué Nobre às fls. 3.135/3.153, acompanhada dos documentos de fls. 3.154/3.325.

Nova manifestação do MPF às fls. 3.343/3.344.

Às fls. 3.352/3.356, decisão que analisou a resposta à acusação de

Josué Nobre que, não tendo verificado hipótese de absolvição sumária, designou audiência para início do sumário de acusação.

Às fls. 3.538, manifestação do MPF, juntando o Procedimento Administrativo nº 08700.007351/2015-51 do CADE (acordo de leniência com a CAMARGO CORRÊA).

Às fls. 3.544/5.162, decisão do STF, encaminhando os termos dos acordos de colaboração premiada de Luiz Carlos Martins, Ricardo Ribeiro Pessoa e Walmir Pinheiro Santana.

Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 14.12.2015 (fls. 5.193/5.195) com a oitiva das **testemunhas da acusação** Walmir Pinheiro, Ricardo Pessoa e Dalton Avancini (fls. 5.196/5.201).

AIJ realizada em 15.12.2015 conforme assentada de fls. 5.247/5.249, com oitiva das **testemunhas da acusação** Luiz Carlos Martins, Rafael Carneiro Di Bello e Gustavo Alessandro Tormena (fls. 5.250/5.255).

AIJ realizada em 16.12.2015 conforme assentada de fls. 5.393/5.398, com oitiva das **testemunhas da acusação** Pedro Bezerra de Souza e Rodrigo Severino Brito (fls. 5.399/5.402).

AIJ realizada em 25.01.2016 conforme assentada de fls. 5.863/5.866, com oitiva das **testemunhas da defesa** Armando Casado de Araújo, Angela Serpa Caldeira e Silva, Cauê Oliveira Bastos; Paulo Fernando Rahme Mota, Charles Messias Buldrini Filogonio, Yan Des Longschamps, (fls. 5.867/5.878).

AIJ realizada em 26.01.2016 conforme assentada de fls. 5.880/5.882, com oitiva das **testemunhas da defesa** Daniel Nicolini Breanza, Jarbas Ferreira da Silva (fls. 5.883/5.886).

AIJ realizada em 27.01.2016 conforme assentada de fls. 5.887/5.889, com oitiva da **testemunha da defesa** Lúcio Dias Batista Ferrari (fls. 5.890/5.891).

AIJ realizada em 28.01.2016 conforme assentada de fls. 5.903/5.905, com oitiva das **testemunhas da defesa** Ronaldo da Silva Ferreira, Antonio Eduardo Torales dos Santos e José Roberto Custódio de Lima (fls. 5.906/5.911).

AIJ realizada em 29.01.2016 conforme assentada de fls. 5.912/5.913, com oitiva da **testemunha da defesa** José Carlos Borsari (fls. 5.914/5.915).

AIJ realizada em 01.02.2016 conforme assentada de fls. 5.923/5.927,

JFRJ
Fls 11750

com oitiva das **testemunhas da defesa** Eudes Maria Reguier Pedra José de Orleans e Bragança, Rex Nazaré Alves, Carlos Augusto Feu Alvim da Silva e Ronaldo Redenschi (fls. 5.929/5.936).

AIJ realizada em 22.02.2016 conforme assentada de fls. 6.032/6.034, com oitiva das **testemunhas da defesa** Maria Lúcia de Almeida Robalo, Cilenio Bento Zero, Mara Suely Martins e Sérgio Parada (fls. 6.035/6.042).

JFRJ
Fls 11751

AIJ realizada em 23.02.2016 conforme assentada de fls. 6.048/6.049, com oitiva das **testemunhas da defesa** Fabio Kanazawa Costa, Paulo Cesar Leone, Renato Torres de Faria e Ricardo de O. Lopes de Sá (fls. 6.052/6.057).

AIJ realizada em 24.02.2016 conforme assentada de fls. 6.060/6.061, com oitiva das **testemunhas da defesa** Luis Otávio de Assis Henriques e Valéria K. Jacob (fls. 6.062/6.065).

AIJ realizada em 25.02.2016 conforme assentada de fls. 6.067/6.068, com oitiva das **testemunhas da defesa** Ana Paula de Souza Lima Gordogna e Marcos José Mahler de Araújo (fls. 6.071/6.072).

AIJ realizada em 29.02.2016 conforme assentada de fls. 6.098/6.099 e 6.107/6.109, com oitiva do informante Ricardo Carneiro Sandoval e das **testemunhas** arroladas pela **defesa** Paulo César Leoni, Egídio Fontana (fls. 6.100/6.105) e Nelson Jobim (fls. 6.110/6.111).

AIJ realizada em 02.03.2016 conforme assentada de fls. 6.124/6.125, com oitiva das **testemunhas da defesa** Vanessa Tavares Santos e Carlos da Silva Gouvea (fls. 6.035/6.042).

AIJ realizada em 10.03.2016 conforme assentadas de fls. 6.262/6.264, com oitiva das **testemunhas da defesa** Ubirajara Batista, Selma Tonioli, Renato Tubino Lempek e Renan Gutierrez Lopes (fls. 6.264/6.272).

AIJ realizada em 11.03.2016 conforme assentada de fls. 6.274/6.277, com oitiva das **testemunhas da defesa** Luiz Augusto de Barros, Ladislau Candido de Oliveira, José Israel Vargas, Selma Tonioli, Renato Tubino Lempek e Renan Gutierrez Lopes (fls. 6.264/6.272).

AIJ realizada em 18.03.2016, assentada às fls. 6.343/6.345, com os **interrogatórios** dos acusados Victor Colavitti, Cristiano Kok e José Antunes (fls. 6.346/6.351).

Termos de colaboração premiada de Clóvis Renato, Flávio Barra, Flávio Gomes, Gustavo Ribeiro, Otávio Marques e Rogério Nora encaminhados

pelo STF às fls. 6.581/6.582 e 6.607/6.840.

AIJ realizada em 15.04.2016, assentada às fls. 6.847/6.851, com os **interrogatórios** dos acusados Flávio Barra, Otávio Marques e Gustavo Ribeiro (fls. 6.852/6.856).

AIJ realizada em 25.04.2016, assentada às fls. 6.941/6.943, com os **interrogatórios** dos acusados Olavinho Ferreira, Rogério Nora e Clóvis Renato Primo (fls. 6.944/6.949).

AIJ realizada em 27/04/2016 conforme assentada de fls. 6.955/6.957, com os **interrogatórios** dos acusados Geraldo Toledo, Carlos Gallo e Josué Nobre (fls. 6.958/6.963).

AIJ realizada em 29.04.2016, assentada às fls. 6.976/6.979, com os **interrogatórios** dos acusados Ana Cristina e Othon Luiz (fls. 6.980/6.983).

Decisão acerca dos requerimentos das partes na forma do artigo 402 do Código de Processo Penal às fls. 7.118/7.120, deferindo apenas a substituição da prisão preventiva de José Antunes por recolhimento domiciliar e a juntada das declarações abonatórias de Carlos Gallo.

À fl. 7.227, ofício da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR informando sobre a ausência de procedimento remanescente da operação RADIOATIVIDADE.

Petição e documentos apresentados por Othon Luiz às fls. 7.228/7.235.

Alegações finais do MPF às fls. 7.312/7.458, reiterando os termos da denúncia e requerendo a condenação dos réus pela prática dos seguintes delitos, além da fixação de R\$ 4.438.500,00 a título de dano material mínimo:

a) CORRUPÇÃO ATIVA (artigo 333, parágrafo único, do CP): **Rogério Nora, Otávio Marques, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Cristiano Kok e José Antunes;**

b) CORRUPÇÃO PASSIVA (artigo 317, §1º, do CP): **Othon Luiz Pinheiro da Silva;**

c) LAVAGEM DE CAPITAIS (artigo 1º, § 1º e § 2º, II, da Lei nº 9.613/98): **Otávio Marques, Rogério Nora, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Carlos Gallo, Josué Nobre, Geraldo Arruda, José Antunes, Cristiano Kok, Victor Colavitti, Othon Luiz e Ana Cristina Toniolo;**

d) EMBARAÇO À INVESTIGAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (artigo 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013): **Othon Luiz, Ana Cristina Toniolo e**

JFRJ
Fls 11752

Cristiano Gallo;

e) EVASÃO DE DIVISAS (artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/86): **Othon Luiz e Ana Cristina Toniolo;**

f) ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (artigo 2º, § 4º, II da Lei nº 12.850/2013): **Othon Luiz, Ana Cristina, Otávio Marques, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Carlos Gallo, Josué Nobre, José Antunes, Gerson Almada, Cristiano Kok e Victor Colavitti;**

g) FORMAÇÃO DE QUADRILHA (artigo 288 do CP): **Rogério Nora;**

Registre-se, como esclarecimento, que apesar de referido nas alegações finais do MPF, o Sr. Gerson Almada não é parte nesta ação penal.

Petição e documentos apresentados pelo acusado Othon Luiz às fls. 7.460/9.913.

Alegações finais da ELETROBRAS, assistente de acusação, às fls. 9.985/10.025, acompanhada da documentação de fls. 10.026/10.037, impugnando a juntada dos documentos de fls. 7.460/9.913 e, no mérito propriamente dito, ratificando as razões ministeriais e pugnando pela fixação de valor mínimo para reparação de danos na forma do artigo 387, IV do CPP.

Petição e documentos apresentados por Othon Luiz às fls. 10.039/10.058.

Às fls. 10.061/10.062, 10.064/10.065 e 10.067/10.068, comprovantes de depósito judicial juntados por Gustavo Botelho, Clóvis Renato e Olavinho Ferreira.

A defesa de **Cristiano Kok** em suas **alegações finais** de fls. 10.071/10.139 arguiu, preliminarmente, a inépcia da denúncia e, quanto ao mérito sustentou a inexistência de provas de envolvimento consciente na prática dos delitos; que os três sócios da ENGEVIX detinham autonomia de decisões; que eram amigos de longa data; que José Antunes estava à frente do setor de energia da empresa e junto à ELETRONUCLEAR; que assinou apenas três contratos; que havia mais de mil contratos em andamento na ENGEVIX; que a empresa possuía movimento mensal de 100 milhões de reais; que não suspeitou dos contratos; que sua assinatura nos contratos era mera formalidade; que não se trata de “cegueira deliberada”; que José Antunes afirmou haver interesse da ENGEVIX no projeto científico de Othon Luiz; que tinha conhecimento superficial do projeto; que não se trata de autoria mediata;

JFRJ
Fls 11753

que não há provas de que a ENGEVIX fraudou os certames; que não ofereceu /prometeu vantagens indevidas a Othon Luiz; que não há crime de organização criminosa, pois os fatos imputados ocorreram antes da Lei nº 12.850/2013; que a conduta de lavagem de dinheiro é atípica, pois não há crime antecedente; que não há crime de lavagem ante a impossibilidade de lavagem prévia da vantagem indevida. Por fim, pugnou pela absolvição do acusado.

JFRJ
Fls 11754

Alegações finais de Ana Cristina às fls. 10.140/10.201, arguindo preliminarmente a inépcia da denúncia, falta de justa causa e imputação genérica e, no mérito sustentou a ausência de elemento subjetivo quanto à lavagem de dinheiro e à organização criminosa; que não conhecia todos envolvidos no esquema delituoso; que o depósito no exterior foi declarado à Receita Federal e ao Banco Central antes do oferecimento da denúncia; que não há crime de embaraço as investigações, por ausência de elemento subjetivo; que demonstrou possui personalidade escorreita ao desmentir seu pai e informar possui dinheiro no exterior. Por fim, pugnou pela absolvição quanto às condutas imputadas.

A defesa de **Carlos Gallo** em suas **alegações finais** de fls. 10.202/10.254, acompanhada dos documentos de fls. 10.255/10.270, sustentou a ausência de elemento subjetivo quanto ao crime de lavagem de dinheiro; que não há crime antecedente, sendo por isso, atípica a conduta de lavagem de dinheiro; que não há sentença condenatória transitada em julgado por delito antecedente; que supôs lícita a origem dos bens a partir da exibição de estudo de matriz energética por Othon Luiz; que jamais imaginou tratar-se de esquema de lavagem de dinheiro; que incorreu em erro de tipo; que Othon Luiz afirmou que os valores advieram de estudo de matriz energética; que não se trata de “cegueira deliberada”; que não haveria concurso material, mas continuidade delitiva. Ao final, requereu a absolvição do acusado.

A defesa de **Gustavo Botelho** em suas **alegações finais** de fls. 10.271/10.331, requereu, preliminarmente, reconhecimento a inépcia da denúncia, a suspensão da ação penal e a concessão do perdão judicial (cláusulas 6ª e 10ª do acordo). No mérito, sustentou que não teve nenhuma participação na execução dos contratos GAC.T/CT-003/007 e GAC.T/CT-008/05, e apenas assinou os aditivos 27 e 27-A; que passou a atuar na obra e ANGRA 3 em setembro de 2013, sendo indevidas as imputações anteriores a essa data; que não houve pagamento de propina na montagem de ANGRA 3;

que somente após assinatura no contrato com a DEUTSCHEBRAS de 15.08.2014; que confessa esse delito; que cada operação de repasse configura apenas um crime de lavagem; que ao assumir a gestão da obra civil de ANGRA 3, teve ciência dos compromissos de pagamento de propina para os diretores da estatal; que não ofereceu/prometeu vantagens indevidas; que fez pagamentos a dois diretores; que pagou R\$ 330.000,00 a Othon Luiz, por meio de contrato fictício com a DEUTSCHEBRAS; que não participou dos aditivos anteriores ao 27 e dos contratos fictícios com a CG IMPEX e JNOBRE; que não participou das duas reuniões na sede da ANDRADE GUTIERREZ (26.03.2008 e 17.07.2008); que teve apenas participação pontual no crime de associação criminosa. Por fim, requereu sua absolvição de todas as imputações, subsidiariamente, requer a aplicação dos termos do acordo de colaboração.

As defesas de **Clóvis Renato e Olavinho Mendes** em suas **alegações finais** de fls. 10.333/10.348 e 10.349/10.364, sustentam que não houve crime de corrupção ativa, pois o TCU não reconheceu irregularidades nas contratações e repactuações; que não houve violação de dever funcional; que não houve favorecimento da empreiteira na repactuação; que não houve oferta/promessa de vantagem indevida; que a empreiteira anuiu com o pedido de colaboração com os projetos pessoais de Othon Luiz em 2005; que entre 2005 e 2008 a empreiteira colaborou com projetos de pesquisa de Othon Luiz; que o crime de corrupção ativa se consumou em um único ato, quando da remota anuência com a solicitação do servidor; que os contratos são mero exaurimento do ajuste; que não há cúmulo material; que não há crime antecedente, sendo por isso, atípica a conduta de lavagem de dinheiro; que dos crimes de cartel e fraude à licitação não advém resultado a ser lavado; que haveria *bis in idem* no pagamento da vantagem indevida e na lavagem de dinheiro; que o STF fixou a tese na AP 470 que os expedientes dissimulatórios não configuram crime autônomo de lavagem de dinheiro (fase consumativa); que o modo de pagamento foi determinado por Othon Luiz; que Clóvis Renato se desligou da empreiteira em 17.09.2013 e que a Lei nº 12.850 entrou em vigor em 17.09.2013; que não há crime de formação de quadrilha, pois as empreiteiras eram concorrentes; que não há ânimo associativo entre as empreiteiras; que haveria concurso de agentes. Por fim, pugnam pela absolvição dos acusados.

Alegações finais de Otávio Marques às fls. 10.365/10.407, arguindo preliminarmente, ausência de justa causa; que firmou acordo de colaboração; que não participou dos fatos em julgamento e deles não tinha conhecimento; que se trata de responsabilização objetiva; que não tinha domínio do fato; que não participou dos ajustes de pagamento indevido; que não há indícios suficientes de materialidade e autoria; que assumiu a *holding* controladora da ANDRADE GUTIERREZ em fevereiro de 2008; que não indicava executivos para as empresas do grupo. Por fim, requereu sua absolvição das imputações, subsidiariamente, a aplicação dos termos do acordo de colaboração.

A defesa de **Victor Colavitti** em suas **alegações finais** de fls. 10.468/10.486, sustentou, em síntese, que foi o primeiro a firmar acordo de colaboração premiada; que pagou multa de 765 mil reais; que faz jus ao perdão judicial; que não há elemento subjetivo quanto ao crime de lavagem de dinheiro; que houve apenas uma operação de repasse entre a ENGEVIX e a ARATEC; que seria hipótese de crime permanente, no máximo continuidade delitiva; que não há crime de organização criminosa, pois somente conhece Cristiano Kok e José Antunes; que há concurso de pessoas; que deve ser observado o limite da pena do acordo de colaboração.

A defesa de **Rogério Nora**, em suas **alegações finais** de fls. 10.487/10.523, sustentou que esteve na presidência da ANDRADE GUTIERREZ de 22.03.2002 a 06.09.2011; que deve ser absolvido quanto aos crimes a partir de 06.09.2011; que não ofereceu/prometeu vantagem indevida a Othon Luiz; que Othon Luiz lhe solicitou propina em 2006, não em julho de 2008; que as vantagens indevidas foram pagas para que Othon Luiz não criasse embaraço à retomada dos contratos; que anuiu com a solicitação de Othon Luiz; que há contradição nas imputações lançadas às fls. 7.364; que Clóvis Renato continuou com os pagamentos a partir de 2008; que na reunião de 2008 não houve nova solicitação de propina, mas de continuação dos pagamentos; que cada contrato não configura novo crime de corrupção; que corrupção é crime formal e cada contrato seria mero exaurimento desse crime; que as empreiteiras compraram a boa-vontade de Othon Luiz; que a corrupção passiva se consumou com a solicitação de Othon Luiz; que não há bilateralidade na corrupção; que corrupção ativa não é crime antecedente da lavagem; que os repasses de dinheiro são mero exaurimento da corrupção; que haveria *bis in idem* na corrupção e na lavagem de dinheiro; que não há

indícios de crime antecedente; que a fraude à licitação seria posterior à lavagem de dinheiro. Por fim, requereu sua absolvição.

A defesa de **Flávio Barra** em suas **alegações finais** de fls. 10.524/10.544, sustentou que o único ato ilícito seria o pagamento embasado no contrato falso, por ele subscrito, da ANDRADE GUTIERREZ com a DEUTSCHEBRAS; que participou dos atos de corrupção em face de Othon Luiz; que somente passou a atuar diretamente aos contratos com a ELETRONUCLEAR no início de 2013; que começou a atuar no contrato relativo às obras civis de ANGRA 3 no final de 2012 e início de 2013, antes conduzidos por Clóvis Renato; que assumiu a responsabilidade pela obra a partir do desligamento de Clóvis Renato em abril de 2013; que no final de 2012 Clóvis Renato e Othon Luiz foram apresentados a ele para dar continuidade do pagamento de propina; que os elementos probatórios colhidos afirmam o acordo; que a propina devida a Othon Luiz seria de 1% do valor contratado; que Clóvis Renato os contratos; que não tem responsabilidade pelas ofertas e promessas de propina Othon Luiz, nem pelas operações de ocultação e dissimulação dos valores repassados a ele; que não participou nem tinha conhecimento da natureza simulada dos contratos fictícios celebrados entre a empreiteira com a CG IMPEX ou com a JNOBRE; que todo o contexto demonstra a improcedência da acusação em face do acusado em relação aos crimes anteriores ao mês de abril 2013.

A defesa de **José Antunes** em suas **alegações finais** de fls. 10.545/10.703 e 10.781/10.795, acompanhada dos documentos de fls. 10.704/10.779, requereu, preliminarmente, reconhecimento da inépcia formal e material da denúncia, e de ofensa ao princípio do Promotor Natural. No mérito, sustentou que informou os pagamentos e suas razões desde o início das investigações; que não participou de qualquer fato ilícito no âmbito de ELETRONUCLEAR; que não integrou cartel ou organização criminosa formado para corromper o Presidente da ELETRONUCLEAR; que lavou dinheiro ilicitamente oriundo dos crimes antecedentes de fraude à licitação, formação de cartel e corrupção; que nunca ofereceu vantagem ou efetuou pagamento a Othon Luiz ou a pessoa por ele indicada; que não há provas do crime de organização criminosa; que os procedimentos licitatórios foram regulares; que o crime de lavagem de dinheiro é atípico; que não há crime antecedente em relação aos ativos ilicitamente obtidos sendo assim não há que se falar em

JFRJ
Fls 11757

lavagem de valores; que não há parâmetro ou relação capaz de vincular à corrupção aos pagamentos efetivados à ARATEC.

Alegações finais de **Geraldo Toledo** às fls. 10.969/11.025, acompanhada da documentação de fls. 11.026/11.398, arguindo a inépcia da denúncia e violação do artigo 7, §3º da Lei nº 12.850/2013, em razão da juntada dos acordos de colaboração premiada sem que houvesse tempo hábil para a defesa tomar conhecimentos antes dos interrogatórios dos réus colaboradores. No mérito, sustentou a fragilidades e insuficiência dos elementos probatório; que houve comprovação da prestação do serviço pela DEUTSCHEBRAS à ANDRADE GUTIERREZ; que a emissão de ART não é e nunca foi regra dos projetos e obras de engenharia realizados no Rio de Janeiro; que foi comprovada a existência da dívida da DEUTSCHEBRAS para com a ARATEC; que a dívida foi paulatinamente paga até 2007; que as circunstâncias financeiras impediram o pagamento da dívida antes de 2014; que há nos autos provas documentais sólidas que a DEUTSCHEBRAS realmente prestou o serviço para o qual fora contratada pela ANDRADE GUTIERREZ pela importância de R\$ 330.000,00; que não há responsabilidade penal diante da conduta tida pela defendente; que o comportamento do requerente descrito na denúncia não configura lavagem de dinheiro; que a conduta descrita na denúncia deve ser desclassificada para corrupção ativa. Por fim, requereu sua absolvição com fundamento no inciso I do artigo 386 do CPP

A defesa de **Othon Luiz** em suas **alegações finais** de fls. 11.403/11.534, alegou, preliminarmente, inépcia da denúncia e cerceamento da defesa. No mérito, sustentou pela improcedência da acusação de corrupção na fase de montagem eletromecânica referente ao consórcio ANGRAMON; que não praticou 24 atos de corrupção; que não praticou ou deixou de praticar atos de ofício em benefício da empresa;

Alegações finais de **Josué Nobre** às fls. 11.535/11.560, arguindo a inépcia da denúncia e no mérito, sustentando a ausência do dolo no crime de lavagem de dinheiro, ainda que eventual, já que não tinha ciência do crime antecedente; que somente é possível branquear dinheiro oriundo de infração penal; que o crime que deveria lhe ser imputado seria o de falsidade ideológica, não de lavagem; que a conduta praticada, qual seja, firmar contratos fictícios, se amolda ao tipo penal da falsidade ideológica; que desconhecia a origem

JFRJ
Fls 11758

ilícita dos valores recebidos; que não há crime de organização criminosa necessária para a associação permanente entre os acusados; que somente conhecia Carlos Gallo e que encontrou uma ou duas vezes com Olavinho Pereira Ferreira; não há a comprovação do animus associativo, da estreita ligação entre Josué Nobre e os demais réus, do dolo da permanência ou estabilidade, também não se comprovou o propósito de Josué Nobre cometer outros delitos. Por fim a defesa requereu a fixação da pena base no mínimo legal, uma vez que favoráveis ao réu as circunstâncias judiciais, a aplicação da agravante do artigo 2º, § 3º, da Lei nº 12.850/13, a atenuante do artigo 65, III, d, do Código Penal; que caso o réu seja condenado pelo crime de lavagem de dinheiro, que seja considerado crime único, não aplicando ao caso o concurso de crimes; que seja reconhecida a causa de diminuição de pena do artigo 29, § 4º do Código Penal. Requereu ainda a fixação do regime aberto para o cumprimento de pena e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Constam os seguintes **processos vinculados**: 0510705-06.2015.4.02.5101, 0510706-88.2015.4.02.5101, 0510707-73.2015.4.02.5101, 0510708-58.2015.4.02.5101, 0510709-43.2015.4.02.5101, 0510709-43.2015.4.02.5101, 0510710-28.2015.4.02.5101, 0510715-50.2015.4.02.5101, 0510716-35.2015.4.02.5101, 0510716-35.2015.4.02.5101, 0510716-35.2015.4.02.5101, 0510719-87.2015.4.02.5101, 0510720-72.2015.4.02.5101, 0510720-72.2015.4.02.5101, 0510922-49.2015.4.02.5101, 0511501-94.2015.4.02.5101, 0511545-16.2015.4.02.5101, 0511548-68.2015.4.02.5101, 0511554-75.2015.4.02.5101, 0511620-55.2015.4.02.5101, 0511754-82.2015.4.02.5101, 0512068-28.2015.4.02.5101, 0501296-69.2016.4.02.5101, 0501564-26.2016.4.02.5101, 0502519-57.2016.4.02.5101, 0502551-62.2016.4.02.5101, 0502834-85.2016.4.02.5101, 0504557-42.2016.4.02.5101, 0504797-31.2016.4.02.5101, 0504557-42.2016.4.02.5101, 0506143-17.2016.4.02.5101, 0506144-02.2016.4.02.5101, 0506190-88.2016.4.02.5101 e 0510665-24.2015.4.02.5101.

É o relatório. **DECIDO.**

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, esclareço que as alegações das defesas acerca de questões de incompetência, impedimento e/ou suspeição, imputação de

responsabilidade objetiva, inépcia da denúncia e falta de justa causa já foram enfrentadas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR às fls. 2.319/2.331, 2.616/2.621 e 2.773/2.776 cujos atos judiciais foram por mim **ratificados às fls. 3.088/3.089**, bem como pela decisão proferida pela Suprema Corte na AP nº 963/PR, quanto à competência para processamento e julgamento do feito, razão pela qual, entendo ser desnecessária nova manifestação a respeito desses pontos, bem como acerca de violação do princípio do promotor natural.

Parte das defesas reiterou em alegações finais a ocorrência da inépcia da inicial e falta de justa causa à ação penal, questões estas que embora já enfrentadas merecem breves considerações.

Não há inépcia na denúncia, a exordial expôs com clareza todos os fatos criminosos e suas circunstâncias, fazendo constar a qualificação dos denunciados e a classificação dos crimes, o que atende os pressupostos contidos no artigo 41 do CPP e afasta a incidência do inciso I do artigo 395 do CPP. A presença dos pressupostos processuais e condições da ação penal repele a ocorrência do disposto no inciso II do mesmo artigo.

Verifico, ainda, estarem minimamente delineadas a autoria e a materialidade dos crimes que, em tese, teriam sido cometidos pelos acusados, o que se afere do teor da documentação que instrui a exordial, pelo que considero haver justa causa para o prosseguimento da ação penal, rechaçando a aplicação do inciso III do mencionado artigo.

Igualmente, não há que se falar em denúncia genérica no caso dos autos. Entendo que as questões suscitadas pelas defesas quanto a esses aspectos tangenciam o mérito, razão pela qual serão apreciadas no momento oportuno.

Os presentes autos e os processo a ele vinculados, em decorrência do sistema de processo eletrônico ajustado para a tramitação da ação penal, estiveram disponíveis e acessíveis às partes a partir da redistribuição dos autos, tendo sido franqueado o acesso de todos os processos vinculados, além de ter sido feita ampla referência no curso da ação penal. Quanto ao processo que chegou por último de Curitiba (nº 0502519-57.2016.4.02.5101), não vislumbro qualquer prejuízo às defesas, haja vista tratar-se de postulação ministerial para captação de comunicação telefônica entre os investigados Victor Colavitti e José Antunes, que não acrescentou nada de novo aos fatos sob investigação. A fim de espancar qualquer dúvida, tendo em vista o

suscitado pela defesa de José Antunes, determinei a expedição de ofício ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/ PR. Conforme ofício de fls. 7.227, foi informado que não existe processo remanescente naquele Juízo.

Todos os processos vinculados e documentos neles constantes constituem, dessa maneira, os autos da presente ação penal, sendo certo que todos tiveram acesso aos autos sem exceção.

Outro sim, nestes autos, o direito de acesso aos depoimentos dos colaboradores que diziam respeito ao objeto desta acusação, especificamente o pagamento de propinas, com ocultação e dissimulação, envolvendo a licitação e os contratos da ELETRONUCLEAR foi respeitado. Parte desses acordos foi firmada quando já estava em curso a presente ação penal, de maneira que não fazia sentido algum exigir sua juntada quando os termos estavam pendentes de homologação pelo E. STF, mesmo porque caberia àquela Corte autorizar ou não o compartilhamento de tais documentos sigilosos à época.

Não raramente, o colaborador tem vários fatos relevantes a revelar, sendo possível que a colaboração dê causa a várias investigações ou persecuções criminais. Estas se desenvolvem em ritmo diferenciado, de maneira que, à medida em que as investigações se aprofundam, permitir à Defesa dos implicados acesso imediato a todo material probatório coloca em risco a efetividade das investigações em andamento. Por outro lado, as partes tiveram garantidos o contraditório e a ampla defesa ao longo da instrução penal, uma vez que todos os colaboradores, alguns também réus nestes autos, foram ouvidos neste Juízo.

Feitas tais considerações iniciais, passo à análise do *mérito causae*.

De acordo com a denúncia as condutas imputadas aos acusados se amoldam aos tipos penais descritos nos artigos 288, 317, 333 do Código Penal Brasileiro, artigo 1º, §4º, da Lei nº 9.613/1998, artigo 2º, §1º e § 4º da Lei nº 12.850/2013, artigos 22, parágrafo único (segunda parte), da Lei nº 7.492/1986 (c/c artigos 1º e 2º da Resolução nº 3.854, de 27/05/2010 do BACEN), legislação aplicável à época dos fatos:

Quadrilha ou bando (redação anterior à Lei nº 12.850 de 02.08.2013)

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena - reclusão, de um a três anos.

Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

Associação Criminosa (redação dada pela Lei nº 12.850 de 02.08.2013)

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

JFRJ

Fls 11762

Organização Criminosa e Embarço às Investigações

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

§ 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Lavagem de Dinheiro (redação anterior à Lei nº 12.683 de 09.07.2012)

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do caput deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

Lavagem de Dinheiro (redação dada pela Lei nº 12.683, de 09.07.2012)

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

Evasão de Divisas

Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

JFRJ

Fls 11763

A instrução processual produziu robusto conjunto probatório acerca dos fatos delituosos e corrobora as afirmações iniciais do *Parquet* federal acerca da existência de um grande esquema corrupção no âmbito da ELETRONUCLEAR, tal como aquele identificado pelas investigações da operação LAVAJATO, causador enormes prejuízos à PETROBRAS SA.

Os elementos dos autos permitem concluir que o esquema de corrupção foi estruturado pelos acusados antes, durante e depois das licitações da ELETRONUCLEAR para a construção de ANGRA 3, e consistia, em síntese, no pagamento de propina a servidores e agentes públicos a fim de que praticasse, omitisse e retardasse ato de ofício em razão do cargo que exerciam. Além dos diversos documentos juntados aos autos com a denúncia e ao longo da instrução, os depoimentos de testemunhas, colaboradores ou não, e dos próprios acusados apontam no sentido de ser verdadeira grande parte das imputações ministeriais.

Uma parte das provas que instrui a presente ação penal decorre das declarações prestadas nos acordos de colaboração premiada de acusados e testemunhas, cujas cópias encontram-se nos autos, e que foram submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa neste Juízo.

Conforme declarei em diversas oportunidades ao longo da marcha processual, a colaboração é meio de obtenção de provas e não uma prova em si mesmo, devendo o Juízo submetê-las ao crivo do contraditório e da ampla defesa.

Os crimes tratados nos autos são bastante distintos de outros crimes como o homicídio, por exemplo, em que se tem várias evidências de sua prática (corpo, arma do crime, vídeos etc.). Os chamados crimes de “colarinho branco” não deixam “marcas de sangue”, pois são praticados às ocultas, em reuniões sigilosas e frequentemente ostentam aparência de legalidade. Na

maioria das vezes, esses crimes só se tornam públicos quando alguns dos envolvidos resolve colaborar com as investigações.

No contexto de tais crimes, a doutrina e a jurisprudência reconhecem a importância da colaboração premiada como importante instrumento para a obtenção de provas. Por outro lado, ninguém pode ser processado nem condenado com base apenas nas declarações de um colaborador.

JFRJ
Fls 11764

No ponto, devo consignar que o critério de valoração das provas produzidas na instrução processual encontra amparo em farta jurisprudência dos tribunais superiores (confira-se nesse sentido STF HC n^{os}103.118, 101.519 e 111.666), segundo a qual a prova indiciária é apta à formação do convencimento julgador acerca dos fatos, sendo dispensável a existência de provas diretas para a expedição do decreto condenatório nos crimes sob exame. Em breves palavras, reconhece-se a aptidão da prova indiciária para formação da convicção do julgador sem que se negligencie os princípios constitucionais da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa.

No caso específico dos autos, reconheço que os delitos imputados aos acusados dificilmente teriam se tornado públicos se não fossem revelados por Dalton dos Santos Avancini, ex-Presidente da CAMARGO CORREA, em sua colaboração premiada firmada em 12/03/2015, a partir da qual, frise-se, as investigações foram aprofundadas de modo a permitir a formação do *opinio delicti* do órgão ministerial para a propositura da ação penal.

Devo repisar que os colaboradores foram ouvidos neste Juízo e suas declarações foram submetidas ao crivo de contraditório e da ampla defesa, oportunidade em que as defesas puderam formular perguntas e requerer diligências. Não obstante, algumas defesas optaram por não formular perguntas na ocasião da oitiva das testemunhas da acusação Walmir Pinheiro Santana, Ricardo Ribeiro Pessoa e Dalton dos Santos Avancini (14.12.2015), sob o argumento de que teriam sido surpreendidas com a juntada de documentos pouco antes do início do sumário de acusação (termos de colaboração de Walmir Pinheiro Santana, Ricardo Ribeiro Pessoa e Luiz Carlos Martins).

Na ocasião, não vislumbrei a ocorrência qualquer prejuízo aos acusados decorrente da escolha de tal estratégia de defesa, nem mesmo a ocorrência de deficiência na defesa técnica por parte dos patronos, justamente por entender que não cabe ao magistrado interferir na escolha da estratégia de

defesa dos acusados. Devo consignar que em decorrência de tal decisão, foi impetrado o *habeas corpus* nº 0013781-72.2015.4.02.0000, contudo o E. TRF desta Região denegou a ordem. Diante disso, conclui pela ausência do cerceamento de defesa alegado.

Por fim, a discussão sobre o domínio do fato afigura-se meramente retórica, pois não há necessidade de identificação do mentor ou chefe da organização, até mesmo porque, a acusação não lança sobre nenhum dos acusados a responsabilidade pelo comando da organização criminosa.

Feitas tais considerações, passo à análise da sequência de fatos delituosos imputados aos acusados pelo *Parquet* federal em sua peça acusatória e que foram ratificados em alegações finais, iniciando a análise a partir dos fatos revelados pelos colaboradores, para em cotejo com as demais provas produzidas nos autos firmar convicção quanto a materialidade e autoria dos delitos.

FATO 01 (25/06/2007 a 05/08/2015): CORRUPÇÃO ATIVA ENVOLVENDO A ANDRADE GUTIERREZ

Segundo o MPF, os acusados **Rogério Nora** (entre 25.06.2007 e 02.05.2012 - por 16 vezes), **Otávio Marques** (entre 01.01.2008 e 19.05.2015 - por 24 vezes), **Clóvis Renato** (entre 25.06.2007 e 01.10.2013 - por 18 vezes), Olavinho Mendes (entre 25/06/2007 e 02/02/2015 - por 24 vezes), **Flávio Barra** (a partir de 01.01.2008 - por 24 vezes) e **Gustavo Botelho** (a partir de 01.01.2008 - por 24 vezes), **de modo consciente e voluntário, ofereceram/prometeram vantagens indevidas ao ex-Presidente da ELETRONUCLEAR, Othon Luiz, para que praticasse, omitisse e retardasse ato de ofício em razão do cargo** que exercia nos procedimentos licitatórios, pactuação dos contratos e aditivos para construção de ANGRA 3.

Os representantes da empreiteira teriam *oferecido/prometido vantagens indevidas antes, durante e em razão* da(s) **1.** pactuação dos aditivos 21-L, 21-M, 21-N, 21-O, 21-P, 21-Q, 22, 23, 24, 25, 26, 27-A e execução do Contrato NCO - 223/83, **2.** pactuação do aditivo 1 e execução do contrato GAC. T/CT-003/007, **3.** pactuação do aditivo 2 e execução do contrato GAC.T/CT-008/05, **4.** confecção do edital e licitação de Pré-Qualificação GAG.T/CN-005/11 (DOU 12/08/11), **5.** confecção do edital e licitação concorrencial GAC.T/CN-003/13 (DOU 13/05/13), **6.** negociações de

JFRJ
Fls 11765

desconto e execução dos Contratos GAC.T/CT-4500167239 e GAC.T/CT4500167242 celebrados com o CONSÓRCIO ANGRAMON21.

1. CONTRATO NCO-223/83 e ADITIVOS 21-L, 21-M, 21-N, 21-O, 21-P, 21-Q, 22, 23, 24, 25, 26, 27-A

JFRJ
Fls 11766

O Contrato NCO-223/83 foi firmado entre a ELETRONUCLEAR e a ANDRADE GUTIERREZ, vencedora do Edital de Licitação NCO/GAC-002-81 em 10.06.21983 para implementação das obras e serviços de construção de ANGRA 3. A obra iniciou-e em junho de 1984 e foi suspensa em abril de 1986.

Somente em 25.06.2007, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas - CNPE autorizou a retomadas das obras. Com a retomada das obras, o Contrato NCO-223/83 foi renegociado, dando origem aos aditivos 21-L, 21-M, 21-N, 21-O, 21-P, 21-Q, 22, 23, 24, 25, 26, 27-A.

De acordo com a denúncia, a partir dessa renegociação foram pactuados dos aditivos que permitiram a prática de diversos atos de corrupção ativa. Analisando os documentos constantes nos autos verifico com relação a esses contratos o seguinte:

O Aditivo 21-L foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Marcos José M. Teixeira, pela empreiteira, com data de 01.08.2007 para contratação de serviços de recuperação de áreas degradadas no valor de R\$ 9.500.000,00;

Aditivo 21-M foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Marcos José M. Teixeira, pela empreiteira, com data de 28.03.2008 para prorrogar das condições estabelecidas para o período de paralisação de obras, no valor de R\$ 6.718.427,65;

Aditivo 21-N foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira em 10.09.2008 para contemplar serviços de recuperação de áreas degradadas no valor de R\$ 49.456.856,49;

Aditivo 22 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Rogério Nora, pela empreiteira, destinado à adequação e consolidação do Contrato NCO-223/83 e seus aditamentos 01 a 21-N no valor de R\$ 1.368.631.291 com data de 26.03.2009.

Aditivo 21-O foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR,

e Fernando Carlos de Carvalho Jr, pela empreiteira, com data de 27.03.2009 para prorrogar as condições estabelecidas para o período de paralisação de obras, no valor de R\$ 1.389.608,27.

Aditivo 21-P foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 14.07.2009 para alteração de planilha de preços, de composição de preços unitários, de normas para medições e pagamentos, bem como de prazo de execução dos serviços, no valor de R\$ 25.228.202,61.

Aditivo 23 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 14.09.2009 para adequação e consolidação do Contrato NCO-223/83 e seus aditamentos 01 a 22, no valor de R\$ 1.248.553.825,11.

Aditivo 21-Q foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 21.06.2010 para pagamento de investimentos realizados na Vila Residencial de Mambucaba, no valor de R\$ 9.585.716,95.

Aditivo 24 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 27.12.2011 para formalizar pagamento da parcela de serviços já executados e não previstos no Aditamento 23, assim como a inclusão de serviços a serem executados, no valor de R\$ 35.581.613,44.

Aditivo 25 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira em 24.09.2012 para alteração do valor do contrato, com acréscimo de R\$ 24.556.721,41.

Aditivo 26 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 21.12.2012 para estabelecer de condições de pagamento de serviços já executados e não previstos no aditamento 23, assim como a inclusão de serviços a serem executados, no valor de R\$ 43.410.109,86.

Aditivo 27 foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, Flávio Barra e Gustavo Botelho, pela empreiteira em 06.09.2014 para estabelecer condições para pagamento de serviços já executados e não previstos no aditamento 23, assim como a inclusão de serviços a serem executados, no valor de R\$ 86.972.261,56.

Aditivo 27-A foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, Flávio Barra e Gustavo Botelho, em 01.04.2015 para estabelecer condições para pagamento de serviços já executados e não previstos no aditamento 23, assim como a inclusão de serviços a serem executados, no valor de R\$ 59.030.514,44.

JFRJ
Fls 11768

2. CONTRATO GAC.T/CT-003/007 DE 13 DE AGOSTO DE 2007

Este contrato referente à construção do depósito inicial dos geradores de vapor de Angra 1, no valor original de R\$ 13.457.950,26, foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato pela ANDRADE GUTIERREZ. O aditivo 1 ao referido contrato data de 11.02.2008, assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Marcos José M. Teixeira, pela ANDRADE GUTIERREZ, teve por objeto alteração de cláusulas contratuais, no valor de R\$ 1.498.772,80. Esse aditivo abarcou a inclusão de serviços que já haviam sido executados pela empreiteira e que não estavam contemplados no instrumento original.

3. CONTRATO GAC.T/CT-008/05 DE 21 DE JUNHO DE 2006

Contrato firmado para construção do depósito 3 e complementação das obras de ampliação do depósito 2 do Centro de Gerenciamento de Rejeitos (CGR), no valor de R\$ 15.208.074.65, assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Clóvis Renato, pela empreiteira, em 21.06.2006.

O aditivo 1 para alteração de cláusulas contratuais no valor de R\$ 1.400.000,00 e aditivo 2 para alteração do prazo para execução dos serviços, foram assinados por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Marcos José M. Teixeira, pela empreiteira, em 22.06.2007 e 19.12.2007, respectivamente.

Esses são os contratos que a acusação entende terem sido firmados no contexto dos crimes objeto desta ação penal.

Entendo que não é o fato de todos os contratos e aditivos da estatal com a ANDRADE GUTIERREZ terem sido subscritos por Othon Luiz, por si só, que permite presumir sua ilegalidade, tampouco a prática de crimes. Isso porque cabia ao réu, como Presidente em exercício, a representação da ELETRONUCLEAR, englobando a orientação da política administrativa e

a gestão dos negócios da estatal, conjuntamente com o Conselho, conforme deixou claro a testemunha da acusação Armando Casado de Araújo, Presidente do Conselho da ELETRONUCLEAR.

Por conseguinte, entre as atribuições do Presidente da estatal incluem-se as contratações de obras e serviços, fiscalização de contratos, assinatura de aditivos, entre outras previstas no Estatuto Social da companhia (fls. 180/194).

O que aponta para a prática de atos ilícitos é o fato de que, logo após a retomada da construção da Usina de ANGRA 3 (Resolução nº 3 do CNPE de 25.06.2007), o acusado **Othon Luiz, já na condição de Presidente da ELETRONUCLEAR**, ter combinado e ampliado o pagamento de propinas (2006), agora chamadas de “contribuições”, ter comparecido em duas ocasiões na sede da ANDRADE GUTIERREZ para reunir-se com o acusado Rogério Nora, então Presidente da empreiteira contratada, para ratificar o acordo criminoso (2008) e, num terceiro momento, novamente cobrar e obter a expressa ratificação de o pagamento de propinas não cessaria (2014).

Segundo o Relatório de Informações nº 021/2015 (fls.195/197), o acusado permaneceu na sede da ANDRADE GUTIERREZ por 1 hora e 18 minutos no dia 26/03/2008 (entre 09:28h e 10:46h) e por 1 hora e 37 minutos no dia 17/06/2008 (entre 08:53 h e 10:33h), justamente para obter do responsável da empresa a confirmação de que os pagamentos de propinas não seriam interrompidos.

Como dito, em crimes como os tratados nos autos, a perfeita identificação dos atos praticados por cada envolvido somente é possível a partir do cotejo das declarações desses mesmos envolvidos prestadas em Juízo com os demais indícios e provas constantes nos autos.

No caso concreto, graças às colaborações dos corréus que participavam da ANDRADE GUTIERREZ, a instrução processual permitiu identificar com clareza o *modus operandi* dos envolvidos, **não tendo deixado qualquer dúvida quanto à existência de tratativas ilícitas para favorecer as empreiteiras**, a identificação dos envolvidos e os valores efetivamente pagos a título de propina.

As provas testemunhais produzidas nos autos demonstram a

dinâmica dos fatos, levando a concluir que o acusado **Othon Luiz recebeu vantagem indevida antes mesmo da retomada das obras de ANGRA 3** e que, com a retomada das obras, **continuou a ser atendido** pelos prepostos da ANDRADE GUTIERREZ, que continuaram honrando as promessas de pagamento de propina.

JFRJ
Fls 11770

Em suas alegações finais o colaborador e corréu **Rogério Nora** sustentou que a **solicitação de propina** deu-se pela primeira vez no ano de 2006, em reunião na sede da ANDRADE GUTIERREZ no Rio de Janeiro, e não em março e julho de 2008, conforme consta na denúncia. Disse, ainda, que nessa data houve **reafirmação das tratativas** ocorridas anteriormente entre Marcos José M. Teixeira (Diretor Regional da empreiteira em 2006) e **Othon Luiz**. Afirmou, também, que **Othon Luiz condicionou a continuidade dos contratos ao pagamento de propinas** (fls. 10.492/10.493).

De fato, em audiência perante este Juízo, **Rogério Nora** disse que conheceu Othon Luiz por meio de Marcos José M. Teixeira e que o acusado, logo que assumiu a Presidência da ELETRONUCLEAR, fez pedido de pagamentos indevidos à ANDRADE GUTIERREZ que variavam entre 20 e 30 mil reais. Disse que esses pagamentos, ainda na fase da manutenção dos canteiros, ficaram a cargo de Marcos José M. Teixeira (áudio 34:00). Disse, ainda, o segundo pedido ocorreu quando da efetivação dos contratos de construção de ANGRA 3, **ocasião em que foram feitos ajustes** para pagamento de propina, que passaria a corresponder a 1% sobre o valor dos contratos, na ocasião em que concordou com os pagamentos (áudio 35:00). Afirmou o corréu que Othon Luiz indagou-lhe acerca de uma certa **“colaboração política” para o PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT e para o PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB**, tendo afirmado também que gostaria de **receber 1% sobre o valor das obras** para que ele pudesse atender aos seus projetos pessoais. Ficou definido, **digo eu: prometido**, que quando os contratos passassem a ter eficácia, haveria o pagamento das chamadas “colaborações políticas”, para os partidos políticos, e das “contribuições científicas” para Othon Luiz (áudio 06:20) **e que caberia a Clóvis Renato os pagamentos** (áudio de 09:15 e 45:30). Por “contribuições políticas e científicas”, já se disse, entendendo tratar-se de autênticas propinas.

No ponto, concluo que no ano de 2006, após ter assumido a

Presidência da ELETRONUCLEAR e a efetivar os contratos para a construção de ANGRA 3, Othon Luiz solicitou que os pagamentos de vantagens indevidas passassem a corresponder a 1% do valor futuros dos contratos de construção de ANGRA 3. Dessa maneira, concluiu, **de maneira mais favorável a defesa do acusado Othon Luiz**, que o primeiro ato de corrupção ocorreu em 01.01.2006, quando da primeira reunião com o corréu Rogério Nora, oportunidade em que foi ajustado o pagamento futuro de 1% sobre os valores dos contratos para construção de ANGRA 3.

No mesmo sentido foram as declarações do colaborador e corréu **Clovis Renato**, segundo o qual, teriam sido repassados aproximadamente 4 milhões de reais a Othon Luiz em razão dessas tratativas (áudio 22:40).

Assim, pode-se afirmar que tanto **Rogério Nora** quanto **Clóvis Renato**, ainda que não tivessem proposto o conluio criminoso, ao menos prometeram realizar pagamentos futuros de propina ao acusado Othon Luiz, o que ocorreu até o ano 2013. Indiferente é a denominação adotada aos pagamentos ilícitos, se contribuição política ou contribuição científica, posto que de fato tratava-se de propina pela prática de atos de corrupção.

Após o desligamento de Rogério Nora e Clóvis Renato (2013), **os pagamentos continuaram a ser feitos por Flávio Barra e Gustavo Botelho**. Nesse mesmo instante, ao repassarem (Rogério e Clóvis) a negociação espúria para os corréus Flávio Barra e Gustavo Botelho, os primeiros “advogaram” em favor de Othon Luiz o pagamento de propina a ser entregue em razão dos contratos de ANGRA 3 com a ANDRADE GUTIERREZ. Assim, Flávio Barra e Gustavo Botelho **prometeram continuar os pagamentos futuros de propinas** para Othon Luiz.

Em seu interrogatório, o acusado **Flávio Barra** reconheceu a continuidade dos pagamentos, mas quis deixar bem claro que sua atuação nos contratos da ELETRONUCLEAR deu-se a partir do início de 2013. Mencionou que em 2014 Othon Luiz fez **nova solicitação de propina, que foi atendida por ele em conjunto com Gustavo Botelho**, por meio de contratação fraudulenta com a empresa DEUSTCHEBRAS, indicada por Othon Luiz para os repasses de dinheiro. Esse segundo pedido envolveu o repasse de R\$ 300.000,00 (áudio 6:00).

Em seu interrogatório, o réu colaborador **Gustavo Botelho** disse que somente tomou parte das obras civis de ANGRA 3 **a partir de meados**

de 2013 e que já havia compromissos para pagamentos de “contribuições” a partidos políticos e alguns executivos da ELETRONUCLEAR (áudio 06:15). Reconheceu ter sido o responsável pelo pagamento de vantagem indevida a Othon Luiz, por meio de repasse a empresa DEUTSCHEBRAS, valendo-se de contrato preparado e assinado por indicação de Flávio Barra (áudio 19:00).

Assim, conclui-se que os acusados **Flávio Barra e Gustavo Botelho não apenas “aderiram”** à proposta ilícita que afirmam ter recebido do corrêu Othon Luiz relativa a acertos espúrios passados, **mas igualmente “prometeram” honrar o pacto de corrupção** que envolvia os contratos da ELETRONUCLEAR, **assegurando que os pagamentos ilícitos se repetiriam no futuro**, o que de fato ocorreu. Assim agindo, buscaram estes acusados valorizar suas atividades empresariais, conseguindo fomentar, ainda que com práticas criminosas, o resultado financeiro da empresa que dirigiam e obter ainda maior visibilidade pessoal e profissional, sem esquecer dos lucros a lhes render estabilidade profissional e melhor remuneração.

Ao ser interrogado, **Otávio Marques** também mencionou que a partir de 2008 passou **pagar “contribuições políticas”** via doações eleitorais oficiais de campanha política. Disse que o Partido dos Trabalhadores fazia uma vinculação ao cálculo de um **percentual de 1% sobre os valores das obras contratadas com o governo federal** (áudio 2:00) e que **o valor contratado com a ELETRONUCLEAR para as obras civis de ANGRA 3 também entrou nesse cálculo** (áudio 56:00), porém não tinha qualquer papel executivo sobre os negócios de concessão e engenharia (áudio 01:04:00).

Embora o corrêu **Otávio Marques** não tenha admitido o pagamento de propina para Othon Luiz, deve-se ter em conta que esse acusado integrava a cúpula da estrutura organizacional de um grupo econômico cujas práticas comerciais baseavam-se na corrupção de servidores públicos e que, em suas próprias palavras, assim agia para manter sua posição de destaque no mercado, ou seja, sua capacidade de conseguir gerar cada vez mais lucros para seu grupo empresarial.

Rogério Nora, em seu interrogatório, afirmou que **Otávio Marques** centrava suas práticas em acertos políticos, considerando o fato de ter ele

participado ativamente do processo de negociação envolvendo os pagamentos espúrios ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Rogério Nora declarou que **Otávio Marques teve ciência** em um determinado momento que eles existiam **pagamentos a servidores da ELETRONUCLEAR** (áudio 46:40).

Assim, **a despeito de não ter participado diretamente** da execução dos pagamentos de propinas para Othon Luiz, **Otávio Marques certamente tinha conhecimento, chancelando-os, dos acordos de pagamentos milionários de propina**, acordos estes com nítida repercussão no resultado contábil das empresas do Grupo. Lembro aqui o que consignei linhas acima, que o próprio réu Otávio Marques relatou **saber que as propinas referentes aos contratos com a ELETRONUCLEAR haviam sido objeto de negociações políticas** com o PT e o PMDB, das quais participara ativamente. Além disso, tinha este acusado, em seu leque de atribuições, a autoridade para determinar e também cessar os pagamentos ilícitos, situação que se entende suficiente para configurar a responsabilidade pela prática do crime de corrupção ativa, além de outros levados a cabo no seio de organização criminosa. Mais que isso, o ajuste de pagamento de propina conferia à empresa que representava, e ao próprio executivo, ora réu, posição de destaque no campo empresarial e influência política, estas as causas mínimas que justificaram a prática criminosa.

Ao assumir a presidência da ANDRADE GUTIERREZ S/A (*holding*) em 2008, Otávio Marques **aderiu às condutas passadas** dos demais executivos acusados, **e mais do que isso, prometeu continuar** os pagamentos ilícitos dali em diante, pois era ele quem determinava os rumos e decisões estratégicas de sua empresa. Foi o próprio acusado **Otávio Marques** quem afirmou, como dito acima, que desde 2008 pagava “contribuições políticas via doações eleitorais oficiais de campanha política”, de modo que tinha pleno conhecimento de que acordos corruptos existiam e estavam sendo honrados pela ANDRADE GUTIERREZ em razão das obras de ANGRA 3. Mais que isso, os pagamentos de propina feitos em ambas as instâncias – política e administrativa – são dois lados de uma mesma moeda, a moeda da corrupção, instrumento este manuseado durante anos, pessoalmente, pelo acusado **Otávio Marques** e, pelo muito que já se disse, era mesmo a regra na atividade empresarial da ANDRADE GUTIERREZ.

Neste contexto, a reiteração das práticas indevidas por longos anos, com pagamentos de valores milionários a título de propina, demonstram que havia sim adesão dos integrantes da cúpula da ANDRADE GUTIERREZ aos atos de corrupção praticados em detrimento da ELETRONUCLEAR, inclusive em relação ao acusado Othon Luiz. Não há dúvida relevante, portanto, de que **Otávio Marques** operava também diretamente tais pagamentos de propina, pelo que **afirmo sua autoria direta**, como partícipe de grande importância, nos episódios imputados que ocorreram a partir do ano de 2008.

Por fim, quanto à imputação de corrupção ativa ao acusado **Olavinho Ferreira** tenho que **não houve comprovação de que este réu tenha oferecido ou prometido vantagens indevidas** ao acusado Othon Luiz, uma vez que há não nos autos elemento que indique ter ele participado das reuniões com Othon Luiz em que foram caracterizadas as licitações e contratações para construção de ANGRA 3, tampouco em momento anterior, no período de contratações de obras civis. Os autos evidenciaram tratar-se, **Olavinho Ferreira**, de **funcionário de atuação técnica**, cujas atribuições na ANDRADE GUTIERREZ relacionavam-se com a elaboração de contratos e recebimento/análise de documentos referentes a contratações menores. **Não obstante, aparentemente desempenhou importante papel em crimes de lavagem de dinheiro**, como se verá em tópico adiante.

Diante do relato supra, paralelamente à comprovação dos atos de corrupção ativa praticados pelos executivos e/ou empregados da ANDRADE GUTIERREZ, acusados, está demonstrada a prática de corrupção passiva por parte de Othon Luiz, a ser melhor examinada no tópico seguinte, não só em relação à contratação referente às obras civis, como também em relação à contratação dos serviços eletromecânicos. As condutas descritas acima **ocorreram** de maneira afrontosa às instituições públicas de controle e ao ordenamento jurídico, conforme destaca o MPF, e os pagamentos continuaram a ser feitos no **auge dos escândalos que vieram a público com o início da operação LAVAJATO**.

Em sendo o crime de corrupção ativa um delito formal, isto é, que se consuma com a mera oferta/promessa de vantagem indevida pelo particular ao funcionário público, percebo pelo menos **três instantes** diferentes em

que os **acusados pactuaram pagamentos futuros de propinas, o que a meu sentir equivale à promessa de vantagens indevidas**, tal como descrito no tipo penal do artigo 333 do Código Penal. Não é demais mencionar que o núcleo do tipo “*prometer*” consiste em ajustar “entrega futura” de vantagem indevida, de maneira que, no caso de propina a ser paga no futuro, pouco importa de quem tenha partido a iniciativa para o ajuste corrupto, se do funcionário da estatal ou dos representantes da empreiteira.

Assim, a instrução processual permitiu concluir que Othon Luiz solicitou pagamento de propina em três diferentes momentos, **recebendo em contra partida a promessa de pagamentos futuros de propina pelos representantes da ANDRADE GUTIERREZ: a)** após a sua assunção à Presidência da ELETRONUCLEAR, em reunião com Rogério Nora no ano de 2006, tendo ajustado que os pagamentos doravante passariam a corresponder 1% sobre o valor contratado; **b)** nas reuniões ocorridas em 26.03.2008 e 17.06.2008, na sede da ANDRADE GUTIERREZ, quando Othon Luiz solicitou reafirmação do ajuste do pagamento de propina, obtendo nova promessa de pagamentos futuros e **c)** no ano de 2014, quando novamente solicitou e obteve promessa de pagamento indevido. Identifico, assim, **3 (três) oportunidades distintas em que os acusados referidos praticaram atos ilícitos de corrupção ativa.**

Concluo que os acusados **Rogério Nora (3 vezes), Otávio Marques (2 vezes), Clóvis Renato (3 vezes), Flávio Barra (1 vez) e Gustavo Botelho (1 vez)**, em concurso de pessoas, consciente e voluntariamente, **prometeram, como autores ou como partícipes, vantagens indevidas** ao acusado Othon Luiz, conforme relatos acima, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época, ou seja, na expressão usada pelos corréus colaboradores, **“facilitasse a relação”** entre a ELETRONUCLEAR e a ANDRADE GUTIERREZ.

Por conseguinte, reconheço a ocorrência do delito tipificado no artigo 333, c/c parágrafo único do CP.

4. DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA OS SERVIÇOS DE MONTAGEM ELETROMECAÂNICA DE ANGRA 3 (PRÉ-QUALIFICAÇÃO GAG.T/CN-005/11 E CONCORRÊNCIA GAC.T/CN-003/13)

Os autos demonstram elevada probabilidade de serem procedentes as imputações ministeriais, seja quanto aos atos praticados pelos representantes da ANDRADE GUTIERREZ, reunidos em cartel com as empreiteiras CAMARGO CORREA, UTC, ODEBRECHT, QUEIROZ GALVÃO, TECHINT e EBE, também os atos ilícitos praticados pelo acusado Othon Luiz nas fases interna e externa da licitação, como igualmente na fase de negociação de descontos decorrente da unificação dos consórcios. Vejamos:

JFRJ
Fls 11776

a. Na fase interna da licitação

A instrução processual demonstrou que os ajustes entre os representantes da empreiteiras e o acusado Othon Luiz, para direcionar a licitação de modo que o “clube” de empreiteiras saísse vencedor do certame, ocorreram antes mesmo da publicação do Edital de Pré-qualificação GAG.T/CN-005/11, em agosto de 2011.

Segundo o que consta dos autos é mesmo possível que a caracterização da licitação tenha ocorrido antes mesmo da publicação do edital de convocação dos interessados. Na verdade, há indícios de que o edital foi elaborado de modo a atender aos interesses das empreiteiras que fizeram inserir cláusulas restritivas no edital, de maneira a excluir outros possíveis licitantes já na fase de habilitação. Talvez no interesse das empreiteiras caracterizadas, a obra tenha sido dividida em dois pacotes, tendo aquelas estabelecido que o Consórcio Una 3 seria o vencedor e escolheria um dos pacotes, "desistindo" do outro.

No acordo de colaboração de **Dalton Avancini** consta declaração de que o então Diretor de Energia da ELETRONUCLEAR, **Luis Carlos Martins**, e os prepostos das empreiteiras CAMARGO, UTC, ODEBRECHT, ANDRADE GUTIERREZ, QUEIROZ GALVÃO, TECHINT e EBE direcionaram o edital na parte dos requisitos para a habilitação para beneficiar as sete empreiteiras, frustrando a competitividade do processo licitatório desde o início.

Essa informação foi confirmada na audiência realizada no dia 14.12.2015 neste Juízo, em que esse **colaborador reafirmou a existência dos ajustes para inclusão de cláusulas restritivas à competitividade no**

edital logo na fase de pré-qualificação, e que isso limitou o número de empresas que poderiam ser habilitadas no certame privilegiando aquelas com “larga experiência nesse tipo de obra”. O colaborador afirmou que houve uma decisão conjunta (empreiteiras e ELETRONUCLEAR) para que fossem mantidas essas exigências do edital **para beneficiar as empreiteiras envolvidas**. Corroboraram essas informações as declarações da testemunha Ricardo Pessoa, ex-Diretor Financeiro da UTC, prestadas em audiência judicial na mesma data, quando afirmou a afirmou categoricamente que as empreiteiras influenciaram não apenas na fixação do preço, como também nos critérios de qualificação técnica da licitação para montagem de ANGRA 3. Confirmou também que havia interesse da ELETRONUCLEAR em contratar as mesmas empreiteiras que participaram da construção de ANGRA 2 e que as empreiteiras queriam trabalhar em consórcio, fato levado a conhecimento da ELETRONUCLEAR (áudio 7:15).

Nesse ponto, convém destacar que o **TCU**, ao analisar a existência de irregularidades no procedimento de Pré-qualificação do GAC.T/CN-005/11 **identificou a existência de cláusulas restritivas à competitividade**, leia-se o seguinte trecho do acórdão referente ao processo nº TC.011.765/2012-7 (fls. 354/355):

II.5 Conclusão do exame técnico

...
157. De acordo com o Ranking da Engenharia Brasileira, publicado em julho de 2011 pela revista "O Empreiteiro", entre as 44 maiores empresas de construção mecânica e elétrica, encontram-se 23 empresas com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões. Além disso, na lista das 181 maiores construtoras do País, encontram-se 28 empresas que possuem experiência em obras de construção de refinarias de petróleo e/ou indústrias petroquímicas e/ou plataformas para exploração de petróleo, conforme prevê o edital de pré-qualificação. Somando-se, pode-se imaginar um número de potenciais participantes em torno de 50 empresas, mas apenas doze participaram do certame. E nenhuma das sete classificadas mostrou condições de se habilitar sem ser em consórcio.

158. Somando, então, a opção por fazer um processo de pré-qualificação e a inclusão de **cláusulas extremamente restritivas** nesse processo (inclusive aquelas que individualmente tem sido aceitas pelo TCU), o resultado foi que apenas dois consórcios disputarão os dois pacotes de montagem, sendo que cada um só pode sagrar-se vencedor de um único pacote. **Ou seja, antes da licitação já são conhecidos os nomes dos vencedores**, só não se sabe qual pacote caberá a cada um deles. grifei

159. Com base em todos os argumentos aqui apresentados, conclui-se que é possível e necessário que se implementem ajustes no rumo do futuro processo licitatório de forma a **lhe assegurar competitividade, sem prejuízos à qualidade da montagem eletromecânica de Angra 3.** (grifei)

Chama a atenção o trecho da decisão que menciona a existência de um número de potenciais participantes em torno de 50 empresas, mas que em razão das especificidades do edital, somente 12 empresas atenderam aos critérios do certame.

Confirmando-se a suspeita de acerto para direcionamento da licitação, as empreiteiras do “Clube”, alinhadas desde 2011, foram, de fato, as únicas habilitadas para ambos os pacotes oferecidos, ou seja, apenas os consórcios UNA 3, integrado pela ANDRADE GUTIERREZ, ODEBRECHT, CAMARGO CORREA e UTC, e ANGRA 3, integrado pela QUEIROZ GALVÃO, EBE e TECHINT, foram habilitadas.

b. Na fase externa da licitação

Após a fase de pré-qualificação, na qual as empresas do “clube” aparentemente carterizaram a licitação e frustraram a competitividade do certame, seguiu-se a divulgação do Edital de Concorrência GAC.T/CN-003/13 de maio de 2013.

Nessa fase, os representantes das empreiteiras teriam ajustado não apenas quais seriam os vencedores de cada pacote da licitação e os preços que seriam ofertados, como também a fusão dos consórcios para execução conjuntada da obra.

Segundo a denúncia, houve intensa movimentação e discussão das empreiteiras para acertar quais seriam os vencedores de cada pacote da licitação e quais preços seriam ofertados, ficando na época ajustado que o Consórcio UNA 3 venceria ambos os pacotes e escolheria o de sua preferência (optou pelo pacote 2, de valor mais alto).

A testemunha Ricardo Pessoa confirmou ter participado da reunião do dia **24.09.2013** na sede da QUEIROZ GALVÃO, tendo afirmado que era inócuo discutir quem seria o vencedor da licitação, já que havia apenas dois consórcios habilitados e dois contratos a serem firmados, sendo a diferença entre os contratos apenas técnica, de modo que os dois consórcios sairiam vencedores de qualquer modo. Por fim, afirmou que na reunião do dia **08.12.2013** ficou ajustado que o Consórcio UNA 3 sairia vencedor dos dois

pacotes e escolheria o de sua preferência e o segundo pacote ficaria com o segundo colocado (áudio 21:40).

O acusado Othon Luiz, tudo indica, não somente estava ciente do conluio entre as empresas, como também interferiu diretamente na estratégia do cartel, conforme demonstram os *e-mails* trocados entre os diretores das empreiteiras datados de 08.11.2013 e 12.11.2013.

O colaborador Ricardo Pessoa confirmou ter convocado as empreiteiras do Consórcio ANGRAMON, por *e-mail*, para a reunião na sede UTC ocorrida no dia **01.09.2014**, pois havia assumido obrigações e pago vantagens indevidas no âmbito do Ministério das Minas e Energia e do TCU, as quais deveriam ser rateadas entre as empreiteiras (cerca de 2 milhões de reais), além disso estava sendo demandando a pagar mais 1% do valor do futuro contrato com a ELETRONUCLEAR, e que a pressão era grande em razão das eleições de 2014.

O colaborador Dalton Avancini confirmou sua participação na reunião do dia 01.09.2014 para tratar do esquema de carterização e pagamentos de vantagens indevidas nos contratos da ELETRONUCLEAR. Na reunião estavam presentes Flávio Barra (ANDRADE GUTIERREZ), Ricardo Ourich (TECHINT), Ricardo Pessoa (UTC), Fabio Gandolfo (ODEBRECHT), Renato (EBE) e Petrônio (QUEIROZ GALVÃO). A testemunha, contudo, não soube precisar o pagamento das vantagens, já que em seguida foi preso na Operação Lavajato.

Acerca do pagamento de propina, Ricardo Pessoa afirmou que Othon Luiz não pediu nenhum recurso específico, mas disse que “não esquecessem da gente ao final do contrato”, o que foi entendido como sendo uma solicitação de vantagem indevida sim. Além disso, afirmou que Othon Luiz deu a entender que a testemunha deveria “fazer gestões políticas superiores a ele em Brasília” para que a assinatura do contrato chegasse a bom termo (áudio 13:30).

Em seu interrogatório, o colaborador e corréu Flávio Barra confirmou as declarações de Ricardo Pessoa e Dalton Avancini, tendo reconhecido a existência de entendimento prévio à licitação entre as empresas habilitadas, inclusive em relação ao processo de negociação de descontos para o caso de os dois consórcios pré-habilitados se unissem e que foi informado por Ricardo Pessoa quanto à existência do compromisso de pagamentos de “contribuições” calculadas pelo valor de 1% do contrato de montagem eletromecânica de

ANGRA 3. Também deixou clara a atuação de seu subordinado Gustavo Botelho, tendo informado que sua atuação foi mais ativa junto às empreiteiras do consórcio ANGRAMON, tendo participado de quase todas as reuniões, repassando-lhe, em seguida, as informações sobre os entendimentos realizados (áudio 18:00 e 44:00).

JFRJ
Fls 11780

O acusado e colaborador Gustavo Botelho afirmou em audiência que a partir de 2009 passou a representar a ANDRADE GUTIERREZ junto ao grupo de empresas com interesse em formar os consórcios para participar da licitação. Disse que houve reuniões prévias com Othon Luiz e outros representantes da ELETRONUCLEAR. Afirmou que os representantes das empresas influíram nos termos do edital, havendo sucesso em relação à determinação do número máximo de componentes de cada um dos consórcios licitantes (áudio 20:30). Reconheceu que houve entendimento entre empreiteiras de que formariam dois consórcios para garantir a viabilidade econômica do contrato e que desde essa época há haviam estabelecido quem ganharia cada um dos pacotes, seguindo-se um processo de negociação junto à ELETROBRAS sobre os descontos incidentes no valor do orçamento a serem oferecidos em caso de fusão. Por outro lado, negou ter participado de negociação para pagamento de propina em meio a esse processo.

No depoimento da testemunha da acusação Luiz Carlos (CAMARGO CORREA) realizado na audiência do dia 15.12.2015 foi igualmente confirmada a existência do esquema criminoso no âmbito na ELETRONUCLEAR. Afirmou a testemunha que ingressou no processo de licitação após a formação do Consórcio UNA 3 (09.2013), mas participou da reunião do dia 24.09.2013 na sede da UTC, na qual as sete empreiteiras envolvidas deliberaram sobre quem seria o líder, quem seria o vencedor dos dois pacotes, quais seriam os preços, enfim, como seria forjada a licitação. Afirmou que entraram pela porta lateral da QUEIROZ GALVÃO, sem identificação, pois ainda não estava constituído o grupo ANGRAMON. Disse que todas as reuniões do UNA 3 eram na sede da UTC. Quando perguntado quanto à formação de preços respondeu que as 7 empresas o fizeram de forma conjunta e que a proposta de ANGRA 3 deveria ser um pouco menor, não houve critério para fixação de 0,01% a menor e quando perguntado se obtiveram êxito nos objetivos do grupo disse que “Sim, nos (UNA3) optamos pelo pacote de maior valor, que era o pacote de

montagem convencional e outro grupo com o pacote nuclear de menor valor, “ganhamos os dois e abrimos mão logo depois”.

Em suma, há indicação clara de que as empresas se organizaram em dois consórcios - UNA3 (CAMARGO, UTC, ODEBRECHT e ANDRADE GUTIERREZ) e ANGRA 3 (QUEIROZ GALVÃO, TECHINT e EBE) - e com isso garantiram que as somente as sete fossem habilitadas. Em seguida, uniram-se conforme autorizado no edital, frustrando mais uma vez a competitividade da licitação. Além disso, as empreiteiras teriam combinado que os dois consórcios ofereceriam propostas no limite estabelecido para ambos os pacotes de execução, tendo ajustado previamente, inclusive, quem ganharia cada pacote.

Nesse contexto, é de se concluir que a instrução processual evidenciou a existência de **relevantes indícios dos crimes de fraude à licitação e cartel** em relação à confecção do edital e licitação de Pré-Qualificação nº GAG.T/CN-005/11 (DOU 12.08.2011), confecção do edital e licitação concorrencial nº GAC.T/CN-003/13 (DOU 13.05.2013), negociações de desconto e execução dos Contratos GAC.T/CT-4500167239 e GAC.T/CT4500167242 celebrados com o CONSÓRCIO ANGRAMON (referentes aos serviços de montagem eletromecânica).

Não é demais mencionar que, no entender deste julgador, embora a denúncia não trate dos crimes de caracterização e de fraude à licitação, o procedimento licitatório para as obras da Usina Nuclear de ANGRA 3 tratou-se, aparentemente, de mero protocolo cujo objetivo era apenas **chancelar aos ajustes criminosos entre as empreiteiras**, tudo isso com a ciência e participação do então Presidente da ELETRONUCLEAR, Othon Luiz.

Entretanto, como dito, este tema até é relatado na denúncia, **mas não há pedido de condenação** em relação a ele. Destarte, **o único efeito jurídico que há de ser atribuído a estes fatos antecedentes, nesta sentença, será a afirmação desses indícios de ilicitude para a tipificação de situações fáticas como crimes de lavagem de capitais**, o que será feito adiante.

FATO 02: CORRUPÇÃO PASSIVA ENVOLVENDO A ANDRADE GUTIERREZ

De acordo com a denúncia, entre 25.06.2007 e 05.08.2015, o denunciado **Othon Luiz** teria solicitado/aceito promessa de vantagem indevida dos representantes da ANDRADE GUTIERREZ, em ao menos 24 vezes. Esses

atos teriam ocorrido por ocasião das negociações de contratos, pactuação de aditivos e direcionamento de licitações no interesse da ANDRADE GUTIERREZ, além de garantir à empresa contratada que o acusado não “criaria problemas” na execução das obras. De acordo com a denúncia, tais fatos ocorreram nas seguintes ocasiões:

Nas reuniões na sede da ANDRADE GUTIERREZ com Othon Luiz em 26.03.2008 e 17.07.2008;

Na pactuação dos aditivos 21-L, 21-M, 21-N, 22, 21-O, 21-P, 23, 21-Q, 24, 25, 26, 27 e 27-A ao Contrato NCO 223/83;

Durante a celebração e execução do Contrato GAC.T/CT-008/05 e na pactuação do Aditivo 1;

Durante a celebração e execução do Contrato GAC.T/CT 003/007 e na pactuação do Aditivo 1;

Na fase interna e externa da licitação de Pré-qualificação nº GAG.T/CN-005/1;

Na fase interna da licitação Concorrência GAC.T/CN-003/13 (antes da publicação do aviso de licitação em 13.05.2013);

Na fase externa da licitação Concorrência GAC.T/CN-003/13 (a partir de 13.05.2013);

Durante a fase de discussão de descontos com os Consórcios UNA 3 e ANGRA 3 (após a apresentação das propostas até a assinatura dos contratos GAC.T/CT-4500167239 e GAC.T/CT-450016724 em 19.09.2014);

Na fase de execução dos contratos GAC.T/CT-4500167239 e GAC.T/CT-450016724 (a partir de 19.09.2014).

Inicialmente, a instrução processual demonstrou que logo após a retomada da construção da Usina de ANGRA 3 e da renegociação de contratos suspensos, Othon Luiz compareceu duas vezes (em 26.03.2008 e 17.06.2008) na sede da ANDRADE GUTIERREZ em São Paulo para reunir-se com o então presidente da construtora Rogério Nora.

Essas reuniões foram confirmadas por Rogério Nora em seu interrogatório, tendo dito que Othon Luiz **solicitou contribuição**, entenda-se: propina, **da empreiteira** (1% sobre o valor das obras) para que ele pudesse atender aos seus projetos científicos, tendo sido ajustado que, quando os contratos passassem a ter eficácia, haveria o pagamento da “contribuição política” e da “contribuição científica” para partidos políticos e para Othon Luiz

(áudio de 06:20). Rogério Nora mencionou uma reunião anterior realizada com Othon Luiz no Rio de Janeiro, em que o mesmo solicitou colaboração da empreiteira para supostamente desenvolver o projeto pessoal de turbinas e que essa solicitação foi aceita por Rogério Nora (áudio de 32:00). De acordo com Rogério Nora, **as solicitações de Othon Luiz eram atendidas com intuito de que a empresa não fosse prejudicada ou sofresse algum tipo de represália que atrapalhasse o seu andamento de sua atividade** (áudio de 41:00).

Há, portanto, provas de que Othon Luiz solicitou propina a Rogério Nora, o qual anuiu com o pedido daquele. Os pagamentos ficaram a cargo de outros executivos da ANDRADE GUTIERREZ, também são responsáveis pelos atos de corrupção ativa antes mencionados.

O colaborador e corréu Clóvis Renato confirmou a ocorrência dos crimes, com a ressalva das imputações ligadas à licitação e contratos para montagem eletromecânica de ANGRA 3, e esclareceu que somente passou a ter atribuições na área comercial da empreiteira em 2008, sendo um dos clientes a ELETRONUCLEAR. Nessa ocasião, Othon Luiz e Marcos Teixeira lhe informaram que já estava acertado que, quando as obras de ANGRA 3 fossem retomadas, deveria haver pagamento de contribuições políticas para PT e PMDB, além de uma ajuda para os projetos pessoais de Othon Luiz (1% para cada um dos três). Fez menção a uma reunião no ano de 2008 no Restaurante no Rio de Janeiro, em que foi informado acerca de acerto prévio de Marcos Teixeira para pagamento de “contribuições para desenvolvimento de pesquisas tecnológicas” envolvendo projeto particular de turbinas de Othon Luiz e que essa reunião teria antecedido aquelas duas ocorridas na sede da ANDRADE GUTIERREZ em São Paulo.

Tal como Rogério Nora, Clóvis Renato afirmou que os pagamentos de propina eram feitos a Othon Luiz a fim de garantir os recebimentos dos valores contratados e para não ser prejudicada em suas atividades.

Em seu interrogatório Clóvis Renato estimou que **até abril de 2013 teriam sido repassados entre 3 e 4 milhões de reais a Othon Luiz**. Os repasses eram feitos por meio de contratos fictícios elaborados por Olavinho Pereira, o qual embora não tenha confessado saber tratar-se de repasse de propina, certamente sabia não terem causa real.

Os corréus Rogério Nora e Clóvis Renato desligaram-se da empreiteira e suas atribuições foram assumidas por Flávio Barra e Gustavo Botelho, dentre as quais os pagamentos de propina a Othon Luiz (2013).

Em seu interrogatório, Othon Luiz reconheceu parcialmente os fatos imputados pela acusação, pois disse que os pagamentos feitos pela CG para a ARATEC tratavam-se, na verdade, de pagamento por serviço prestado para a ANDRADE GUTIERREZ.

Othon Luiz disse que foi procurado por Marcos José M. Teixeira para tratar do intuito da ANDRADE GUTIERREZ em promover a retomada das obras de ANGRA 3, tendo afirmado que poderia fazer “um estudo que ajudaria a demonstrar de forma clara que a matriz energética brasileira necessitava de produzir energia térmica de base”, considerando o aumento da escassez do estoque de água nos reservatórios, o que não recomendaria a manutenção da dependência no sistema hidrelétrico. Afirmou que cobrou R\$ 3.000.000,00 por esse estudo em 2004, mas que receberia o valor apenas em caso de sucesso, ou seja, se fossem retomadas as obras.

Em seu interrogatório Othon Luiz foi indagado especificamente sobre o “compromisso” firmado pela ANDRADE GUTIERREZ, assumido apenas oralmente, e esclareceu que, após o contato com Marcos Teixeira, esteve com Rogério Nora e confirmou o que tinha sido pactuado. Porém, negou que tivesse solicitado “contribuições políticas” para o PT e para o PMDB ou que a sua nomeação para a estatal tenha sido indicação política (áudio 43:50).

Ao ser indagado do porquê de não ter assinado um contrato formal com a ANDRADE GUTIERREZ em 2004 para formalizar o serviço de R\$ 3.000.000,00, limitou-se a dizer que isso existe na praça de São Paulo mas que a ANDRADE GUTIERREZ era uma empresa confiável (áudio 1:32:00). Othon Luiz confirmou as reuniões ocorridas em 2008 com Rogério Nora, quando foram reafirmados os “compromissos” anteriores, mas disse que os representantes da empreiteira queriam transformar os “compromissos” em propina.

No ponto, assiste razão ao MPF quando afirma a existência de conflito de interesse entre o recebimento de 3 milhões pelo então Presidente da ELETRONUCLEAR para fazer estudo para a ANDRADE GUTIERREZ para realização de suposto estudo de matriz energética. Ora, se não houvesse conflito não haveria razão para que o pagamento ocorresse por meio de

empresas interpostas e mediante contratos fraudulentos, inclusive com pesadas despesas operacionais (tributos, por exemplo). Concordo totalmente com o órgão ministerial quando afirma que o suposto estudo, realizado por Othon Luiz em coautoria com Carlos Feu Alvim (coordenador), José Israel Vargas, Omar Campos Ferreira e Frida Eldelman, seria singelo demais para justificar o elevado valor pago pela empreiteira. Nem mesmo a testemunha arrolada por Othon Luiz, coautor do estudo, Carlos Augusto Feu Alvim da Silva, logrou precisar a importância do científica do trabalho para o setor privado. Tudo indica, e assumo esta interpretação, que o tal “estudo” contratado apenas oralmente, na verdade era apenas o meio aparentemente lícito de explicar o pagamento de mais de 3 milhões de reais ao acusado Othon Luiz, então Presidente da ELETRONUCLEAR, mas em verdade era, como afirmam todos os acusados ex-empregados da ANDRADE GUTIERREZ, propina paga a Othon Luiz para que “não criasse problemas nos recebimentos dos serviços contratados”.

Assim, entre 25.06.2007 e 05.08.2015, Othon Luiz recebeu R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas, valores que lhe foram repassados pela ANDRADE GUTIERREZ em razão da função exercida pelo denunciado na ELETRONUCLEAR, notadamente diante dos contratos, aditivos e licitações em que atuou atendendo aos interesses da empreiteira na estatal.

Tanto o crime de corrupção ativa, quanto o de corrupção passiva, são crimes formais, de forma que o momento do ajuste da corrupção é o próprio momento da consumação do crime, irrelevante para sua consumação o recebimento efetivo da vantagem ilícita. Dessa maneira, divergindo do parecer ministerial, não considero cada contrato, aditivo ou processo licitatório isoladamente para fim de configuração do delito por acusado Othon Luiz.

Como consignei ao tratar linhas acima do crime de corrupção ativa, a instrução processual nos leva a concluir que Othon Luiz solicitou pagamento de propina em três diferentes momentos: **a)** após a sua assunção à Presidência da ELETRONUCLEAR, em reunião com Rogério Nora no ano de 2006, quando foi ajustado que os pagamentos doravante passariam a corresponder 1% sobre o valor contratado; **b)** nas reuniões ocorridas em 26.03.2008 e 17.06.2008, na sede da ANDRADE GUTIERREZ, quando Othon Luiz solicitou reafirmação do ajuste do pagamento de propina, obtendo nova promessa de pagamentos futuros e **c)**

no ano de 2014, quando novamente solicitou e obteve promessa de pagamento no ano de 2014. Identifico, assim, **3 (três) oportunidades distintas em que Othon Luiz praticou atos ilícitos de corrupção passiva.**

Por conseguinte, não há como acolher a imputação ministerial de que teria ocorrido oferta/promessa de pagamento de vantagens indevidas ao acusado Othon Luiz em todos os contratos, aditivos e licitações mencionados acima, isto é, nas 53 vezes a que se refere o MPF, mas sim nas 3 (três) ocasiões acima referidas. Embora Othon Luiz tenha efetivamente **recebido** diversos pagamentos de propina e **aceitado as três promessas de vantagens ilícitas futuras**, posteriores a cada um desses 3 (três) ajustes, só hei de levar em consideração, reconhecendo a prática de conduta típica, as 3 (três) situações já descritas, nas quais o acusado externou seu desejo de receber propinas em troca de facilitar e não criar embaraços à execução e recebimento pelos contratos firmados entre a ELETRONUCLEAR e a ANDRADE GUTIERREZ. Entendo, no caso, que a incidência da figura típica **“solicitar”, do artigo 317 do CP, exclui a das figuras “receber” e “aceitar promessa de vantagem indevida”.**

Como já esclarecido, o acusado Othon Luiz de fato “entregou a atuação funcional vendida” nas 3 (três) oportunidades descritas. Como disseram os corréus ex-empregados da ANDRADE GUTIERREZ, esta empresa de fato obteve a “colaboração” do então Presidente da ELETRONUCLEAR que, ao não criar embaraços aos recebimentos e à execução dos contratos de ANGRA 3, fazia por merecer a continuidade dos pagamentos de propina. Por conseguinte, **reconheço a ocorrência da causa de aumento prevista no §1º do artigo 317 do Código Penal.**

Concluo, por fim, que o acusado **Othon Luiz**, em 3 (três) diferentes oportunidades, consciente e voluntariamente, solicitou para si vantagens indevidas em razão de sua função de Presidente da ELETRONUCLEAR, oferecendo “facilidades” as mais várias para a empresa contratada ANDRADE GUTIERREZ, ou quando menos ao argumento de “não criar problemas nos recebimentos e na execução dos contratos das obras de ANGRA 3”, como de fato se comportou, faltando com deveres inerentes ao cargo público que ocupava.

Será **Othon Luiz** responsabilizado, portanto, pelo crime do artigo 317 do CP, **3 (três) vezes em concurso material, com incidência da causa de aumento prevista no §1º do mesmo dispositivo**. Incidirá, ainda, a agravante genérica do art. 61, II, 'g' do CP (cometer crime com violação de dever inerente ao cargo).

JFRJ
Fls 11787

FATOS 03 A 08: LAVAGEM DE DINHEIRO ENVOLVENDO A ANDRADE GUTIERREZ

Inicialmente, **afasto a tese** das defesas de que as condutas de lavagem denunciadas seriam atípicas, por constituírem mera consumação do crime de corrupção passiva na modalidade “receber” ou mero exaurimento do delito de corrupção, por não possuírem o condão de dar aparência de licitude aos valores envolvidos e de que a única finalidade do ato era viabilizar o pagamento da propina.

De fato, há crimes contra a administração que podem não trazer proveito econômico algum ao agente mas, especificamente no caso da corrupção, a toda evidência, é possível e frequente a existência de um benefício dessa natureza, consistente no recebimento de vantagem indevida por funcionário público.

Se, como em geral ocorre nos casos de corrupção de pequena monta, o recebimento da vantagem espúria pelo agente público se dá mediante entrega imediata, ainda que subreptícia, de fato não se deve falar em crime de lavagem de dinheiro. Nessa hipótese, o recebimento da propina seria mero exaurimento da conduta anterior.

Mas não foi o que se passou no caso em exame. Com a óbvia finalidade de dar aparência de legalidade aos valores recebidos a título de propinas, os acusados valeram-se de sofisticados esquemas de fraude usando contratos fictícios ou majorados, inclusive com pagamento de tributos, com diversas empresas. Isto, aliás, é o que normalmente se dá num quadro de corrupção sistêmica, mormente diante da magnitude dos valores monetários que transitam entre os vários membros de uma organização criminosamente montada para sangrar o patrimônio público. Em casos tais, resta clara a ocorrência de vários crimes de lavagem ou branqueamento de capitais. É disso que se trata nesta ação penal.

O conhecido esquema de depósito em contas terceiros constitui uma das muitas formas de dissimulação da origem ilícita dos valores e configura, por si só, o núcleo do tipo penal, sendo reconhecido como suficiente para caracterizar a lavagem de dinheiro, consoante jurisprudência dos tribunais superiores tem assentado, confira-se:

JFRJ
Fls 11788

*PENAL. LAVAGEM DE DINHEIRO. OCULTAÇÃO. SIMULAÇÃO. DEPÓSITO DOS VALORES OBTIDOS ILICITAMENTE EM CONTAS DE TERCEIROS. QUADRILHA. INDÍCIOS. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. Para fins didáticos, o crime de lavagem de dinheiro se dá em três fases, de acordo com o modelo do GAFI - Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro, a saber: colocação (separação física do dinheiro dos autores do crime; é antecedida pela captação e concentração do dinheiro), dissimulação (nessa fase, multiplicam-se as transações anteriores, através de muitas empresas e contas, de modo que se perca a trilha do dinheiro [paper trail], constituindo-se na lavagem propriamente dita, que tem por objetivo fazer com que não se possa identificar a origem dos valores ou bens) e integração (o dinheiro é empregado em negócios lícitos ou compra de bens, dificultando ainda mais a investigação, já que o criminoso assume ares de respeitável investidor, atuando conforme as regras do sistema). Todavia, o tipo penal do art. 1º da Lei nº 9.613/98 não requer a comprovação de que os valores retornem ao seu proprietário, ou seja, não exige a comprovação de todas as fases (acumulação, dissimulação e integração). **O depósito em contas de terceiros, "para ocultar dinheiro proveniente de crime" (TRF1, AC 20024100004376-3, Carlos Olavo, 4ª T., u., 4.8.04), tem sido reconhecido como suficiente para caracterizar a lavagem. Não se exigem sofisticação ou rebuscamento na ocultação ou dissimulação. Como afirmado pelo STF, o tipo não reclama "o vulto e a complexidade dos exemplos de requintada 'engenharia financeira' transnacional, com os quais se ocupa a literatura" (STF, RHC 80.816, Pertence, 1ª T., u., 18.6.01). Portanto, a utilização de interpostas pessoas ("laranjas") poderá constituir ocultação da origem, movimentação, disposição e propriedade, conforme o caso concreto. A captação de dinheiro mediante fraude em contratos de financiamento e empréstimos pessoais e posterior depósito em contas de interpostas pessoas, constituem indícios de que havia vínculo de cooperação entre os denunciados com a finalidade de cometer crimes, nos moldes do art. 288 do CP. (TRF-4 - RCCR: 50080542920124047200 SC 5008054-29.2012.404.7200, Relator: JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR, Data de Julgamento: 08/04/2014, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 09/04/2014). Grifei.***

1) DIREITO PENAL. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. CONFIGURAÇÃO DO DELITO E PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE. 2) A LAVAGEM DE DINHEIRO É ENTENDIDA COMO A PRÁTICA DE CONVERSÃO DOS PROVEITOS DO DELITO EM BENS QUE NÃO PODEM SER RASTREADOS PELA SUA ORIGEM CRIMINOSA. 3) A DISSIMULAÇÃO OU OCULTAÇÃO DA NATUREZA, ORIGEM, LOCALIZAÇÃO, DISPOSIÇÃO, MOVIMENTAÇÃO OU PROPRIEDADE DOS PROVEITOS CRIMINOSOS DESAFIA CENSURA PENAL AUTÔNOMA, PARA ALÉM DAQUELA INCIDENTE SOBRE O DELITO ANTECEDENTE. 4) O DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO, CONSOANTE ASSENTE NA DOUTRINA NORTE-AMERICANA (MONEY LAUNDERING), CARACTERIZA-SE EM TRÊS FASES, A SABER: A PRIMEIRA É A DA "COLOCAÇÃO" (PLACEMENT) DOS RECURSOS DERIVADOS DE UMA ATIVIDADE ILEGAL EM UM MECANISMO DE DISSIMULAÇÃO DA SUA ORIGEM, QUE PODE SER REALIZADO POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CASAS DE CÂMBIO, LEILÕES DE OBRAS

DE ARTE, DENTRE OUTROS NEGÓCIOS APARENTEMENTE LÍCITOS. APÓS, INICIA-SE A SEGUNDA FASE, DE "ENCOBRIMENTO", "CIRCULAÇÃO" OU "TRANSFORMAÇÃO" (LAYERING), CUJO OBJETIVO É TORNAR MAIS DIFÍCIL A DETECÇÃO DA MANOBRA DISSIMULADORA E O DESCOBRIMENTO DA LAVAGEM. POR FIM, DÁ-SE A "INTEGRAÇÃO" (INTEGRATION) DOS RECURSOS A UMA ECONOMIA ONDE PAREÇAM LEGÍTIMOS. 5) IN CASU, O ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS REVELA QUE O EMBARGANTE TINHA PLENO CONHECIMENTO DA UTILIZAÇÃO DAS EMPRESAS BÔNUS BANVAL E NATIMAR NEGÓCIOS E INTERMEDIações LTDA. PARA A PRÁTICA DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. ADEMAIS, O EMBARGANTE RECEBEU, POR MEIO DE TERCEIROS, REPASSES DE SAQUES EFETUADOS NO BANCO RURAL. 6) IN CASU, AS CONDIÇÕES MATERIAIS EM QUE PRATICADO O DELITO ENCERRAM MOTIVOS SUFICIENTES PARA SE CONCLUIR QUE O AGENTE DESEJAVA OCULTAR OU DISSIMULAR A NATUREZA, ORIGEM, LOCALIZAÇÃO, DISPOSIÇÃO, MOVIMENTAÇÃO OU PROPRIEDADE DO NUMERÁRIO, EM RELAÇÃO AO QUAL, TAMBÉM PELAS CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS DOS FATOS PROVADOS, REVELARAM QUE O RÉU SABIA QUE O NUMERÁRIO ERA PROVENIENTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE CRIME. 7) EMBARGOS INFRINGENTES A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (STF - AP: 470 MG, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 13/03/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-082 DIVULG 30-04-2014 PUBLIC 02-05-2014). grifei

Não trata a hipótese dos autos de mero depósito em conta de titularidade dos acusados ou de familiar seu, cuida-se de **esquema sofisticado de lavagem de dinheiro, que lança mão de elaboração de documentos técnicos e contratos com interpostas pessoas jurídicas, sem que haja correspondência real com a prestação de qualquer serviço, além de abertura de contas secretas no exterior**. Trata-se, a toda evidência, de prática de condutas com desígnios autônomos.

A lógica da criminalidade não permitiu ao acusado Othon Luiz receber as vantagens indevidas em sua conta corrente, ou mesmo em espécie, tendo em vista o montante da propina, por isso, justamente com intuito de dissimular a origem dos valores, e em acordo com vários outros acusados, foi feito o pacto ilegal adicional de elaborar contratos fictícios de prestação de serviços com as empresas dos acusados Carlos Gallo, Josué Nobre, Geraldo Arruda e Victor Colavitti, justamente para promover o recebimento dos valores de forma dissimulada, conferindo-lhe aspecto de legalidade e permitindo ao agente público corrupto fruir, despreocupado, do resultado de sua atividade criminosa.

Entendo que no caso dos autos, os acusados tinham pleno conhecimento da origem ilícitas dos recursos a serem lavados, bem como do fato de que o recebimento da propina se dava por intermédio de operações que visavam dissimular a origem, disposição, movimentação e propriedade dos valores. Mas ainda que assim não fosse, é plenamente possível afirmar que, no

caso dos autos, os agentes no mínimo se recusam a saber a origem ou forma dos pagamentos, “fechando os olhos” aos evidentes sinais ilicitude dos recursos (teoria da cegueira deliberada), o que se afigura possível, mas pouco provável dadas as relações de parentesco, amizade e subordinação que se observa entre os acusados.

JFRJ
Fls 11790

Dos crimes antecedentes

A denúncia relaciona os crimes de corrupção ativa e passiva, a formação de cartel e a fraude à licitação como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro.

Exatamente por se tratar de delitos autônomos (crime antecedente e crime de lavagem), é absolutamente **dispensável** que haja sentença condenatória sobre o crime antecedente para que se possa fundamentar o decreto condenatório de lavagem. O artigo 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/98 é claro quando dispõe que *o processo e julgamento do crime de lavagem independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes*. Lado outro, deve haver uma comprovação mínima dos crimes antecedentes, podendo, conforme o caso, dada a complexidade dos delitos que geralmente constituem o crime antecedente, de maneira a permitir a formação do livre convencimento motivado do julgador. Em suma, deve-se demonstrar apenas, por meio de provas ou indícios, a origem ilícita dos bens objeto da lavagem de ativos (acessoriedade limitada).

A jurisprudência pátria é remansosa nesse sentido :

HABEAS CORPUS. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. PROVA DA MATERIALIDADE DO DELITO ANTECEDENTE. DESNECESSIDADE, BASTANDO A EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE MOTIVO SUFICIENTE PARA O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM DENEGADA. Não é inepta a denúncia que, como no caso, individualiza a conduta imputada a cada réu, narra articuladamente fatos que, em tese, constituem crime, descreve as suas circunstâncias e indica o respectivo tipo penal, viabilizando, assim, o contraditório e a ampla defesa. A denúncia não precisa trazer prova cabal acerca da materialidade do crime antecedente ao de lavagem de dinheiro. Nos termos do art. 2º, II e § 1º, da Lei 9.613/1998, o processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro "independem do processo e julgamento dos crimes antecedentes", bastando que a denúncia seja "instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente", mesmo que o autor deste seja "desconhecido ou isento de pena". Precedentes (HC 89.739, rel. min. Cezar Peluso, DJe-152 de 15.08.2008). Além disso, a tese de inexistência de prova da materialidade do crime anterior ao de lavagem de dinheiro envolve o reexame aprofundado de fatos e provas, o que, em regra, não tem espaço na via eleita. O trancamento de ação penal, ademais, é medida reservada a hipóteses excepcionais, como "a manifesta

atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção da punibilidade do paciente ou a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas" (HC 91.603, rel. Ellen Gracie, DJe-182 de 25.09.2008), o que não é caso dos autos. Ordem denegada. (STF - HC: 94958 SP, Relator: JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 09/12/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-025 DIVULG 05-02-2009 PUBLIC 06-02-2009 EMENT VOL-02347-04).

JFRJ
Fls 11791

Pois bem, em relação aos **crimes de corrupção**, tenho que houve efetiva comprovação da materialidade e autoria nos presentes autos, o que foi analisado no tópico anterior, ao qual me reporto a fim de evitar desnecessário prolongamento.

Quanto ao **crime de formação de cartel** (artigo 4, II, "a" e "b" da Lei nº 8.137/1990), como dito no tópico anterior, há fortes indícios de materialidade e autoria e que, com alto grau de probabilidade, foi demonstrado que os denunciados frustraram a competitividade nas licitações para a construção da Usina ANGRA3 (editais nos GAG.T/CN.005-11 e GAC.T/CN-003/13).

Além disso, a instrução processual identificou fortes indícios de que os acusados teriam praticado também os crimes tipificados nos artigos 90 e 96, V, da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, ao inserirem cláusulas restritivas à competitividade no edital de Pré-qualificação nº GAG.T/CN-005/11 e ao reduzirem a competitividade e valor dos descontos nos contratos quanto ao edital GAC.T/CN-003/13.

Dito isso, passo à análise da materialidade e autoria do crime de lavagem de dinheiro propriamente dito.

A instrução processual comprovou a utilização das empresas CG IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHEBRAS para operacionalizar o branqueamento de valores repassados pela ANDRADE GUTIERREZ à ARATEC ENGENHARIA, empresa de propriedade do acusado Othon Luiz e de sua filha Ana Cristina.

a. LAVAGEM DE DINHEIRO DA ANDRADE GUTIERREZ PARA A CG IMPEX

A denúncia imputa aos acusados Carlos Gallo, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, com ciência de Flávio Barra, Gustavo Botelho, Rogério Nora, Otávio Marques e Othon Luiz, os delitos de lavagem de dinheiro, consistente na ocultação e dissimulação da origem, natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade do montante bruto de R\$

2.930,000,00 tendo-se apurado o valor líquido de R\$ 2.743.555,00, repassados e, 13 (treze) atos de lavagem da ANDRADE GUTIERREZ para a CG IMPEX Engenharia e Representação Comercial Ltda. Para tanto foram entabulados os seguintes 4 contratos:

Contrato de consultoria técnica-econômica-financeira, para análise e parecer sobre estudos de projetos de mobilidade urbana, vias de ligação de tráfego de rodoviária, entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e cidades da baixada fluminense, no valor de R\$ 300.000,00, com data de **02.02.2009**. Assinaram o contrato Carlos Gallo, pela CG IMPEX, Clóvis Renato e Olavinho Ferreira (como testemunha), pela ANDRADE GUTIERREZ (fls. 493/496);

Contrato de prestação de serviços de consultoria técnica, econômica e financeira visando a otimização de custos das regiões Baixada Fluminense, Zona Oeste, Zonas Oeste e Norte no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com data de **01.03.2010**. Assinaram o contrato Carlos Gallo, pela CG IMPEX, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira (como testemunha) pela ANDRADE GUTIERREZ (fls. 497/503);

1º Termo aditivo do Contrato de Prestação de Serviços (sem nº, datada de 01.03.2010), no valor de R\$ 1.330.000,00 com data de **01.09.2010**. Assinaram o contrato Carlos Gallo, pela CG IMPEX, e Clóvis Renato, pela ANDRADE GUTIERREZ (fls. 504/505);

O contrato de prestação de serviços de consultoria técnica, econômica e financeira, visando a otimização de custos, em empreendimentos públicos e/ou privados na Região Sudeste no valor de R\$ 1.300.000,00 e com data de **18.08.2011**, foi subscrito por Carlos Gallo, pela CG IMPEX, Clóvis Renato e Olavinho Ferreira (como destinatário da proposta e testemunha), pela ANDRADE GUTIERREZ (fls. 475/480);

Para justificar esses contratos foram emitidas notas fiscais eletrônicas frias pela CG IMPEX no montante de R\$ 2.930.000,00 e recolhidos os tributos, conforme fls. 505/512. A investigação evidenciou, inclusive, que nos lançamentos fiscais da ANDRADE GUTIERREZ constou a expressão "OVERHEAD97", expressão relacionada a custos indiretos ou custos extras, vinculando os gastos realizados com a CG IMPEX à usina de ANGRA 3, embora os contratos não tenham se relacionado de qualquer

JFRJ
Fls 11792

modo a construção da usina. Devo consignar que a CG IMPEX não possuía sequer empregados nem mesmo corpo técnico para prestar os serviços contratados pela ANDRADE GUTIERREZ.

O crime de lavagem de dinheiro tipificado no *caput* do artigo 1º da Lei nº 9.613/1998 é crime misto alternativo, isto é, que se consuma com a **ocultação** ou **dissimulação** da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade dos valores, cuja consumação dispensa a efetiva conversão dos valores ilícitos em lícitos.

Pois bem, na denúncia o órgão ministerial imputa aos acusados a prática de 13 (treze) atos de lavagem de dinheiro, consistentes esses atos em 13 (treze) repasses de dinheiro oriundo da ANDRADE GUTIERREZ a partir de 4 (quatro) contratos fraudulentos firmados com a CG IMPEX.

Entendo que a **dissimulação** da origem ilícita dos valores deu-se, no caso dos autos, com a **assinatura de contratos fraudulentos**, não sendo devida a imputação do delito de lavagem de dinheiro tendo por base cada repasse de dinheiro ocorrido a partir de cada contrato forjado. Deve-se ter em mente que cada contrato foi firmado com o intuito de dissimular a origem do dinheiro espúrio, que diante mão já se sabia tratar-se de um montante específico e que foi o valor fixado no contrato.

Pouco importa se o valor a ser lavado foi repassado a partir de um único crédito ou se foi fracionado em vários créditos em conta da empresa intermediária. O que importa, na verdade, é que houve a contratação fraudulenta com o intuito dissimular a origem ilícita do dinheiro a ser lavado pela empresa intermediária. **Os vários repasses de valores constituíram mero exaurimento dos delitos de lavagem de dinheiro, os quais se verificaram no momento da assinatura de cada contrato.**

O que se observa nos autos é que foram utilizadas empresas que, inicialmente, não devem ser consideradas de fachada, para promover a dissimulação da origem criminosa dos recursos oriundos da ANDRADE GUTIERREZ. A conduta de dissimular a origem dos valores, conferindo-lhes aparência de licitude, consumou-se com a elaboração dos contratos, com a consequente expedição notas fiscais - com o recolhimento de tributos devidos, frise-se - e de outros documentos, que visavam a conferir maior credibilidade aos contratos fraudulentos, firmados para dissimular a origem

ilícita dos valores e permitir o futuro repasse do dinheiro ao destinatário da propina, Othon Luiz, como se lícito fosse.

Portanto, para o fim de cômputo de atos de lavagem de dinheiro, considero cada contrato firmado com o intuito de dissimular a origem ilícita dos valores.

A instrução não deixa dúvida de que todos os valores pagos pela ANDRADE GUTIERREZ em razão de contratos com a CG IMPEX, administrada pelo corrêu Carlos Gallo, tratavam-se de lavagem de vantagem indevida destinada ao acusado Othon Luiz.

Na ocasião dessas contratações, Flávio Barra era Diretor-Geral da ANDRADE GUTIERREZ Energia e Rogério Nora era Presidente da Construtora ANDRADE GUTIERREZ, portanto, responsáveis por gerir as contratações da ANDRADE GUTIERREZ junta à ELETRONUCLEAR. Assim, é correto se afirmar que tinham pleno conhecimento do esquema de pagamento de propina aos funcionários da estatal, bem como das operações de lavagem de dinheiro envolvendo a CG IMPEX, inclusive por ter sido essa a empresa indicada pessoalmente para tal fim por Othon Luiz.

Conforme dito anteriormente, o acusado Flávio Barra reconheceu em seu interrogatório perante este Juízo que todos esses contratos eram fraudulentos. A participação da empresa CG IMPEX no esquema de repasse dos pagamentos indevidos foi indicação do próprio acusado Othon Luiz, referidas por ele como “contribuição” para desenvolvimento de projetos científicos de turbinas, conforme afirmou o corrêu Clóvis Renato em seu interrogatório (áudio 14:40). Tal declaração foi corroborada por Rogério Nora em seu interrogatório, sendo que a operacionalização dos pagamentos ficou a cargo de Clóvis Renato (áudio 16:00).

Por outro lado, a defesa de Gustavo Botelho nega seu envolvimento nas lavagens de dinheiro anteriores a setembro de 2013 (CG IMPEX e JNOBRE). Por ocasião de seu interrogatório, Gustavo Botelho, indagado acerca dos contratos com a CC IMPEX, informou que eles já haviam se encerrado quando assumiu os pagamentos e que não tinha conhecimento de que esses contratos se tratavam de pagamento de propina (áudio 49:00), o que se afigura pertinente.

Em que pese tenha Gustavo Botelho participado das reuniões com os demais representantes das empreiteiras, das quais decorreram não apenas as possíveis caracterização e fraudes às licitações para obras da montagem de ANGRA 3 e os ajustes de pagamento de propina a servidores públicos e agentes políticos, a cujo respeito será responsabilizado, entendo que não é devida sua responsabilização quanto aos atos de lavagem de dinheiro. A instrução não demonstrou de maneira cabal que este acusado tinha conhecimento da lavagem de dinheiro operacionalizada por meio dos contratos da ANDRADE GUTIERREZ com a CG IMPEX, ocorrida entre os anos de 2009 e 2011, embora nesta época integrasse a alta cúpula da ANDRADE GUTIERREZ.

O mesmo não se pode dizer quanto aos acusados Otávio Marques e Clóvis Renato, que inclusive assinou pela empreiteira todos os contratos mencionados. Devo aqui lembrar que o acusado e colaborador Otávio Marques, Presidente da ANDRADE GUTIERREZ S/A (*holding*) tinha pleno conhecimento de que pagamentos de vantagens indevidas eram feitos a servidores da ELETRONUCLEAR, a despeito de não ter ele participado diretamente do acerto para pagamento a Othon Luiz, sendo, portanto, autor ou partícipe das condutas aqui analisadas. Por óbvio, sua participação na negociação da propina a ser paga a Othon era muito relevante (n/f do art. 29, *caput* do Código Penal), pois envolveu o pleno conhecimento do pagamento (autoria imediata) desse valor ilícito, ou a delegação dessa tarefa a seus subordinados (autoria mediata), ou pelo menos a certeza de que seu staff cuidaria do tema (dolo eventual), viabilizado pelo esquema de lavagem de capitais em questão. A esse respeito, reporto-me ao que foi dito acerca de sua atuação no crime de corrupção ativa.

Na sequência, a operacionalização do esquema de lavagem foi delegada por Clóvis Primo a Olavinho Pereira, a quem coube a elaboração dos mencionados contratos fictícios e recebimento de documentos fictícios da CG IMPEX para justificar as contratações (propostas para prestação de serviços).

Embora em seu interrogatório realizado no 25/04/2016, Olavinho Ferreira tenha relutado em declarar a finalidade dos contratos que elaborava e, alguns deles, assinava inclusive como testemunha e a quem beneficiavam

os pagamentos, não há dúvida de que tinha conhecimento de que se tratavam de pagamento de propina ao acusado Othon Luiz, pois declarou que se reuniu algumas vezes com Carlos Gallo para definir o conteúdo dos contratos (áudio 3:00). Por óbvio, não estavam apenas “definindo conteúdos dos contratos”, mas sim fraudando contratos fictícios.

Portanto, coube-lhe a elaboração dos contratos fraudulentos a partir da “análise” das propostas de prestação de serviços da CG IMPEX e recebimento de documentos dessa empresa, o que se extrai da análise dos documentos de fls. 474/480, 486/489, 493/503 em que consta com destinatário dos documentos fraudulentos e também como testemunha em alguns contratos fictícios.

Assim, em que pese as condutas imputadas a Olavinho Ferreira decorram de orientações de seu superior Clóvis Renato, entendo que sua responsabilização no ponto é devida, pois não há dúvida de que agiu em unidade de desígnios com aquele para beneficiar a empreiteira em sua prática ilícita.

Por conseguinte, agindo dolosamente, os denunciados **Carlos Gallo, Clóvis Renato, Olavinho Mendes, Flávio Barra, Rogério Nora, Otávio Marques e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º, da Lei nº 9.613/1998, em razão das **4 (quatro) contratações** da ANDRADE GUTIERREZ com a CG IMPEX. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º, do referido artigo, já que cometidos os crimes por organização criminosa, como adiante se verá.

a1. LAVAGEM DE DINHEIRO DA CG IMPEX PARA A ARATEC

O esquema criminoso de lavagem de dinheiro não se esgotou na movimentação financeira decorrente dos contratos firmados entre a ANDRADE GUTIERREZ e a CG IMPEX, pois foram fraudados outros **5 (cinco) contratos** para que o dinheiro fosse finalmente transferido para a titularidade do acusado Othon Luiz, o recebedor final da propina.

Aqui, tal qual no item anterior, cada contrato fraudulento configura um ato de lavagem de dinheiro a ser analisado, e considerados irrelevantes os vários repasses realizados dentro dos 5 contratos mencionados, por se tratarem de simples exaurimento das condutas típicas iniciais.

Portanto, foram elaborados **5 (cinco) contratos fictícios** entre a CG IMPEX e a ARATEC, *dissimulando e ocultando* a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade da quantia bruta de R\$ 2.045.001,53, por meio de 38 repasses no valor líquido de R\$ 1.919.233,94.

JFRJ
Fls 11797

De acordo com a acusação, os acusados Clóvis Sobrinho, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Rogério Nora, Otávio Marques, confiaram a Carlos Gallo a tarefa de repassar a Othon Luiz a propina, que seria canalizada na empresa ARATEC, de sua titularidade. De acordo com os autos, a empresa ARATEC era formada por Othon Luiz, conjuntamente com suas filhas, Ana Cristina e Ana Luiza Bolognani, e esposa, Maria Célia da Silva. Sendo que à época dos fatos, a administração da ARATEC estava a cargo de Ana Cristina. Tais atos se deram a partir, ao menos, nos seguintes contratos fictícios:

Contrato de serviços de consultoria técnica entre a CG IMPEX e a ARATEC para estudo - análise e parecer - sobre o comportamento mecânico do complexo viário Padre Adelino, na Av. Salim Farah Maluf, SP, no valor de R\$ 168.000,00 de **31.10.2008** (fls. 569/572). Assinam o contrato, pela CG IMPEX, Carlos Gallo, e pela ARATEC, Ana Cristina;

Contrato de prestação de serviços de consultoria sobre a montagem eletromecânica a ser realizada em plantas para obtenção de combustíveis entre a CG IMPEX e a ARATEC, no valor de R\$ 82.000,00 de **15.01.2009**. Assinam o contrato, pela CG IMPEX, Carlos Gallo, e pela ARATEC, Ana Cristina (fls. 565/568);

Contrato de serviços de consultoria técnica entre a CG IMPEX e a ARATEC para estudo - análise e parecer - sobre o comportamento mecânico do complexo viário Padre Adelino, na Av. Salim Farah Maluf, SP, 2ª parte, no valor de R\$ 400.000,00 **de 01.09.2009**. Assinam o contrato, pela CG IMPEX, Carlos Gallo, e pela ARATEC, Ana Cristina (fls. 561/564);

Contrato de serviços de tradução e consultoria sobre a montagem eletromecânica a ser realizada em plantas para obtenção de combustíveis, P&D sobre óleo e gás, entre a CG IMPEX e a ARATEC, no valor de R\$ 250.000,00 de **05.01.2010** (fls. 573/576);

Contrato de prestação de serviços para estudo sobre a proposta do marco regulatório do pré-sal, a partir da ótica dos gases combustíveis, no valor de R\$ 100.000,00 de **01.07.2010** (fls. 577/580);

Inicialmente, **afasto a responsabilidade penal** imputada aos representantes da ANDRADE GUTIERREZ, **Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Rogério Nora e Otávio Marques**, pois a toda evidência tais acusados não participaram das pactuações acima mencionadas, acerca das quais a instrução não revelou nenhuma conduta tipicamente relevante. Tratam-se de novos atos de lavagem de dinheiro, levados a efeito **apenas** por Othon Luiz, Ana Cristina e Carlos Gallo.

A instrução revelou que todos os valores repassados pela CG IMPEX nos contratos com a ARATEC constituiriam vantagens indevidas pagas a Othon Luiz, tendo havido, também nessa fase de lavagem, uma divisão de tarefas entre os envolvidos. Vejamos.

O acusado Othon Luiz, em que pese não tenha admitido tratar-se de lavagem de dinheiro, admitiu que os contratos entabulados pela CG IMPEX com a ARATEC foram forjados para ocultar os repasses da ANDRADE GUTIERREZ. Como já restou demonstrado, não há dúvida de que os valores que foram objetos de tais contratos eram resultado de atos de corrupção praticados por este acusado.

Por seu turno, o acusado Carlos Gallo, que era amigo de longa data de Othon Luiz, em seu interrogatório disse que aceitou o pedido do amigo influenciado pela promessa de fazer parte dos futuros projetos de turbina. Apesar de afirmar que esses contratos se tratavam de estudos de engenharia, reconheceu que Ana Cristina não havia prestado qualquer serviço a sua empresa, ou seja, que se tratava de contratos fictícios. Acrescento que não é minimamente crível que Carlos Gallo, profissional de longa experiência, tenha participado das fraudes contratuais referidas, que geraram pagamentos de várias despesas excedentes (tributos, por exemplo), sem que sequer suspeitasse se tratar de atos criminosos de lavagem de ativos.

Talvez premido pela aparente situação de dificuldade financeira e debilidade de saúde que revelou em seu interrogatório, o que é irrelevante,

pois não foi demonstrada a extensão desse quadro, o acusado Carlos Gallo rendeu-se à promessa de acordos comerciais futuros feita por Othon Luiz, acerca de seu projeto de turbinas, e aceitou participar da empreitada criminosa. Assim, afirmo que este réu sabia (artigo 18, I, 1ª parte, CP) da origem ilícita dos valores objetos dos contratos fictícios referidos, ou ao menos assumiu deliberadamente o risco de participar de tais atos criminosos (artigo 18, I, 2ª parte, CP), sendo de rigor sua responsabilização.

A acusada Ana Cristina revelou em sede policial que a ARATEC não prestou serviços à CG IMPEX e que o recebimento dos valores na ARATEC foi ajustado entre Othon Luiz e Carlos Gallo. Disse, ainda, que emitiu notas fiscais para a CG IMPEX por orientação de Othon Luiz e que Carlos Gallo era quem lhe encaminhava os contratos prontos para assinatura e posterior emissão de notas fiscais (fls. 581/585).

Em audiência perante este Juízo, Ana Cristina não negou a elaboração e assinatura dos documentos fraudulentos, todavia, disse que **tudo era feito sob orientação de seu genitor Othon Luiz** e que pensava se tratar de trabalho dele. Sustentou que Othon Luiz não “se metia” com seus clientes, nem ela “se metia” com os clientes dele.

Em que pese suas alegações de “cega” obediência às ordens do pai e de que não tinha como supor os repasses eram na verdade pagamentos indevidos, é devido o acolhimento das imputações ministeriais quanto aos contratos da CG IMPEX.

Custa-me crer que uma profissional com seu nível de formação (Ana Cristina é engenheira mecânica) efetivamente desconhecesse a verdadeira natureza dos documentos que lhe eram apresentados para serem assinados. Somente a título de exemplo, analisemos os documentos de fls. 561/564 e 573/576: tratam-se de dois contratos cujo objeto e os valores expressivos (R\$ 400.000,00 e R\$ 250.000,00), que chamariam a atenção de um profissional com sua formação. Impossível acreditar na ingênua tese de que a acusada apenas lançava sua assinatura nesses documentos em obediência/respeito às ordens do pai ou mesmo que desconhecia a origem de tais valores. Fato que corrobora essa conclusão é que seus relatórios eram emitidos tendo por base textos extraídos da *internet*, portanto sem a seriedade profissional esperada, a exemplo do documento de fls.

3.273/3.302 (autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101), mencionado pelo MPF na denúncia.

Tudo isso nos leva a crer que a acusada tinha pleno conhecimento de que todos os documentos por ela emitidos eram falsos desde sua origem. Ora, se evidente o conhecimento da falsidade do contrato e do serviço, que seria supostamente a causa do recebimento de elevadas somas de dinheiro, não aproveita à acusada Ana Cristina a singela e conveniente afirmação de que não sabia da origem ilícita dos documentos. Afirimo, finalmente, que esta ré sabia (artigo 18, I, 1ª parte, CP) da origem ilícita dos valores objetos dos contratos fictícios referidos, ou ao menos assumiu deliberadamente o risco de participar de atos criminosos (artigo 18, I, 2ª parte, CP).

Assim, ao assinar contratos de valores expressivos em nome de pessoa jurídica de sua titularidade, expedir as respectivas notas fiscais (com recolhimento dos tributos devidos) e em seguida emitir “estudo fictício” para conferir aparência de legalidade ao ato, a fim de ocultar e dissimular a origem e a natureza dos valores, a acusada praticou nítido ato de lavagem de dinheiro.

Portanto, agindo dolosamente os denunciados **Ana Cristina, Carlos Gallo e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º da Lei nº 9.613/98, em razão das **5 (cinco)** contratações da CG IMPEX com a ARATEC. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º do referido artigo, já que cometido o crime por organização criminosa, como adiante se verá.

b. LAVAGEM DE ATIVOS DA ANDRADE GUTIERREZ PARA A JNOBRE

O Órgão ministerial aduz que os acusados **Josué Nobre, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira**, com ciência de **Flávio Barra e Gustavo Botelho**, sob orientação e anuência de **Othon Luiz e Otávio Marques**, participação de **Carlos Gallo**, *ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade* de R\$ 1.400.000,00, por meio de **5 (cinco) repasses** embasados em contratos fictícios celebrados entre a ANDRADE GUTIERREZ e a empresa JNOBRE

ENGENHARIA e em notas fiscais frias baseadas nestes instrumentos contratuais.

Aqui, tal qual no item anterior, cada contrato fraudulento configura um ato de lavagem de dinheiro a ser analisado, e assim considero irrelevantes os vários repasses realizados, por se tratarem de simples exaurimento da conduta típica inicial.

JFRJ
Fls 11801

De acordo com a denúncia, o acusado Josué Nobre emitiu notas fiscais em favor da ANDRADE GUTIERREZ, no valor total de R\$ 1.400.000,00. Também nesse caso, constou nos lançamentos fiscais da ANDRADE GUTIERREZ a expressão “OVERHEAD97”, relacionada a custos indiretos ou custos extras vinculados à usina de ANGRA 3, embora tais itens não tenham pertinência com a construção da usina.

Em seu interrogatório, o acusado Josué Nobre menciona sua amizade de longa data com Carlos Gallo, com quem dividia o escritório. Disse que aceitou a indicação de Carlos Gallo para utilizar sua empresa para repassar dinheiro da ANDRADE GUTIERREZ para a ARATEC, pois tinha interesse em estabelecer contato comercial com aquela grande empreiteira. Reconheceu a existência de **um único contrato fictício no valor de R\$ 1.400.000,00**, o qual foi firmado sob orientação e intermédio de Carlos Gallo, entretanto, disse que não sabia que se tratava de propina destinada ao acusado Othon Luiz (áudio 8:00). Afirmou que o contrato veio pronto de São Paulo e que foi elaborado por Olavinho Pereira (áudio 10:42), com quem se encontrou em duas ocasiões (áudio 20:00).

Assim, no presente caso, considero a existência de **um único contrato** firmado entre a ANDRADE GUTIERREZ e a JNOBRE para repasse de recursos provenientes de propina devidas a Othon Luiz, o que conduz à responsabilização penal pela prática de **1 (um) crime de lavagem de capitais**.

Em seu interrogatório **Gustavo Botelho** afirmou que, apesar de não ter assinado ou negociado o contrato com a JNOBRE, disse que dois pagamentos foram realizados sob sua gestão (áudio 49:00) e disse, ainda, que sabia tratar-se de repasse de propina devida a Othon Luiz. Portanto, nesse caso, embora não tenha assinado tal contrato, ao assumir os pagamentos indevidos ao acusado Othon Luiz (ARATEC), **Gustavo Botelho**

demonstrou estar atuando ao lado de **Clóvis Renato** na liquidação do acordo corrupto de pagamento de propinas, através do esquema de lavagem de capitais engendrado.

A responsabilização do acusado e colaborador **Otávio Marques**, Presidente da ANDRADE GUTIERREZ S/A (*holding*), decorre do fato de que tinha pleno conhecimento dos pagamentos de vantagens indevidas de sua empresa a servidores da ELETRONUCLEAR, a despeito de não ter ele participado diretamente do acerto para pagamento a Othon Luiz, sendo, portanto, autor ou partícipe das condutas aqui analisadas. Por óbvio, sua participação na negociação da propina a ser paga a Othon era muito relevante (n/f do artigo 29, *caput* do CP), pois envolveu o pleno conhecimento do pagamento (autoria imediata) desse valor ilícito, ou a delegação dessa tarefa a seus subordinados (autoria mediata), ou pelo menos a certeza de que seu *staff* cuidaria do tema (dolo eventual), viabilizado pelo esquema de lavagem de capitais em questão. A esse respeito, reporto-me ao que foi dito acerca de sua atuação no crime de corrupção ativa.

Tal como ocorrido com a CG IMPEX, a operacionalização do esquema de lavagem coube a **Olavinho Ferreira**, por delegação e orientação de **Clóvis Renato**. Olavinho Ferreira afirmou em seu interrogatório que se reuniu algumas vezes com **Josué Nobre** para tratar do contrato e demais documentos (áudio 6:40). Também aqui, por óbvio, não estavam apenas “definindo conteúdos do contrato”, mas sim fraudando contrato fictício.

Por conseguinte, agindo dolosamente os denunciados **Carlos Gallo, Clóvis Renato, Olavinho Mendes, Flávio Barra, Rogério Nora, Otávio Marques, Josué Nobre e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º da Lei nº 9.613/1998, em razão a contratação da ANDRADE GUTIERREZ com a JNOBRE. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º do referido artigo, já que cometido o crime por organização criminosa, como adiante se verá.

b1. LAVAGEM DE DINHEIRO DA JNOBRE PARA A ARATEC

De acordo com a denúncia, depois de creditados os valores provenientes da ANDRADE GUTIERREZ nas contas bancárias da JNOBRE, os denunciados **Ana Cristina e Josué Nobre**, com a participação de **Carlos Gallo**, simularam contratos de prestação de serviços entre a JNOBRE e a empresa ARATEC, tendo sido emitidas notas fiscais frias para ocultar e dissimular a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade da quantia bruta de R\$ 927.500,00 à ARATEC. Tais condutas teriam sido praticadas sob o comando e anuência de **Othon Luiz, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho e Otávio Marques**, que confiaram a Josué Nobre a tarefa de repassar a Othon Luiz a propina por meio da empresa ARATEC.

Tal como dito no item *a1*, entendo **não ser devida a responsabilização penal** dos representantes da ANDRADE GUTIERREZ, **Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Rogério Nora e Otávio Marques**, pois tais acusados não participaram das pactuações com a JNOBRE ENGENHARIA, acerca dos quais a instrução não revelou nenhuma conduta tipicamente relevante. Tratam-se de novos atos de lavagem de dinheiro, levados a efeito apenas por Othon Luiz, Ana Cristina, Josué Nobre e Carlos Gallo.

Por outro lado, instrução revelou que todos os valores repassados pela JNOBRE nos contratos com a ARATEC constituem repasse de vantagens indevidas pagas a Othon Luiz, tendo havido, também nessa fase de lavagem de capitais.

Acrescento que não é minimamente crível que **Carlos Gallo** e **Josué Nobre**, este a pedido do primeiro, profissionais de longa experiência, tenham participado da fraude contratual referida, que gerou pagamentos de várias despesas excedentes (tributos, por exemplo), sem que sequer suspeitassem se tratar de atos criminosos de lavagem de ativos. Como consignei anteriormente, talvez premidos pela aparente situação de dificuldade financeira e debilidade de saúde que revelaram em seus interrogatórios, o que é irrelevante, pois não foi demonstrada a extensão de tais quadros, estes dois acusados renderam-se à promessa de acordos comerciais futuros feita por Othon Luiz, acerca de seu projeto de turbinas, e aceitaram participar da empreitada criminosa. Portanto, afirmo que estes

réus sabiam (artigo 18, I, 1ª parte, CP) da origem ilícita dos valores objetos dos contratos fictícios referidos, ou ao menos assumiram deliberadamente o risco de participar de tais atos criminosos (artigo 18, I, 2ª parte, CP), sendo de rigor a responsabilização penal de ambos.

Ana Cristina declarou (fls. 145/149) em sede policial, que não conheceu Josué Nobre pessoalmente, mas que os contratos lhe chegavam pelo correios e que, em seguida, emitia as notas fiscais e “os estudos”. Afirmou, ainda, que foi Carlos Gallo quem lhe indicou Josué Nobre para operacionalizar a lavagem de dinheiro no interesse seu genitor e que estas operações, que sucederam as da CG IMPEX, eram em tudo mais semelhantes àquelas.

Como dito anteriormente, **Ana Cristina** em seu interrogatório não negou a elaboração e assinatura dos documentos fraudulentos, todavia, disse que **tudo era feito sob orientação de seu genitor Othon Luiz** e que pensava se tratar de trabalho dele. Repiso que suas alegações de “cega” obediência às ordens do pai e de que não tinha como supor os repasses eram na verdade pagamentos indevidos não são capazes de afastar sua responsabilidade penal, sobretudo diante de sua formação profissional. Impossível acreditar na ingênua tese da acusada de que apenas lançava sua assinatura nesses documentos em obediência/respeito às ordens do pai ou que desconhecia a origem de tais valores. Ora, ainda neste caso, se evidente o conhecimento da falsidade do contrato e do serviço, que seria supostamente a causa do recebimento de elevadas somas de dinheiro, não aproveita à acusada Ana Cristina a singela e conveniente afirmação de que não sabia da origem ilícita dos documentos. Afirmo, finalmente, reiterando o que já se disse acima, que esta ré sabia (artigo 18, I, 1ª parte, CP) da origem ilícita dos valores objetos dos contratos fictícios referidos, ou ao menos assumiu deliberadamente o risco de participar de atos criminosos (artigo 18, I, 2ª parte, CP).

Assim, ao assinar o contrato em nome de pessoa jurídica de sua titularidade, expedir as respectivas notas fiscais (com recolhimento dos tributos devidos) e em seguida emitir “estudo fictício” para conferir aparência de legalidade ao ato, a fim de ocultar e dissimular a origem e a natureza dos

valores, ciência de sua ilicitude, a acusada praticou ato de lavagem de capitais.

Por conseguinte, **Othon Luiz, Ana Cristina, Carlos Gallo e Josué Nobre**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º da Lei nº 9.613/98. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º do referido artigo, já que cometido o crime por organização criminosa, como adiante se verá.

JFRJ
Fls 11805

c. LAVAGEM DE DINHEIRO DA ANDRADE GUTIERREZ PARA A DEUTSCHEBRAS

De acordo com a acusação, os denunciados **Flávio Barra, Gustavo Botelho e Geraldo Arruda e Otávio Marques**, orientados por **Othon Luiz**, ocultaram e dissimularam a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade de R\$ 330.000,00, por meio de 1 (um) único repasse, embasado em contrato fictício celebrado entre a ANDRADE GUTIERREZ e a empresa DEUTSCHEBRAS, administrada por **Geraldo Arruda**. Segundo o MPF, Othon Luiz foi sócio da DEUTSCHEBRAS, motivo pelo qual a empresa foi indicada, para promover o branqueamento dos valores, à ANDRADE GUTIERREZ.

Afirma o MPF que por orientação do denunciado **Otávio Marques**, em autoria imediata ou mediata, ou ainda com dolo eventual (muito já se disse a respeito linhas acima nos contratos da ANDRADE GUTIERREZ em que foram cometidos crimes de branqueamento de capitais), **Flávio Barra e Gustavo Botelho** subscreveram um contrato fictício com a ANDRADE GUTIERREZ com a DEUTSCHEBRAS em 15.08.2014, tendo por objeto a prestação de serviços de projeto de sistema de segurança para os andares 14º ao 20º da Torre Oscar Niemeyer nas dependências da ANDRADE GUTIERREZ, no valor de R\$ 330.000,00. Assinam o contrato pela ANDRADE GUTIERREZ **Flávio Barra e Gustavo Botelho**, e pela DEUTSCHBRAS **Geraldo Toledo** (fls. 781/785).

Na ocasião dessa contratação, **Flávio Barra** era Presidente da ANDRADE GUTIERREZ Energia e **Gustavo Botelho** era Superintendente da construtora, portanto, responsáveis por gerir os contratos da ANDRADE GUTIERREZ junta à ELETRONUCLEAR. Assim, é correto se afirmar que

tinham pleno conhecimento do esquema de pagamento de propina, bem como das operações de lavagem de dinheiro envolvendo a DEUTSCHEBRAS, inclusive por ter sido essa a empresa indicada pessoalmente por Flávio Barra a Gustavo Botelho para operacionalizar essa lavagem de dinheiro.

Em seu interrogatório, **Gustavo Botelho** confirmou que o contrato em análise foi elaborado sob orientação de Flávio Barra, mas que ele próprio o preparou e assinou, embora não soubesse exatamente como seriam feitos os repasses para Othon Luiz (áudio 19:00).

Em seu interrogatório, o acusado **Geraldo Arruda** disse que Othon Luiz foi seu sócio na DEUTSCHBRAS e a empresa lhe devia alguns valores que somente foram pagos em 2014. Afirmou que tinha interesse em manter relações comerciais com a ANDRADE GUTIERREZ e que foi procurado por Gustavo Botelho para elaborar projeto de segurança e que os serviços foram efetivamente prestados a empreiteira que lhe pagou 330 mil reais pelos serviços (áudio 24:00). Negou, contudo, que se tratasse de repasse de propina a Othon Luiz e disse que errou a deixar de emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (áudio 55:00).

Assim, considero que as declarações do acusado **Geraldo Arruda** não foram capazes de afastar sua responsabilidade quanto ao ato de lavagem de dinheiro praticado por meio de sua empresa DEUTSCHBRAS. As declarações dos acusados Flávio Barra e Gustavo Botelho prestadas perante este Juízo não deixam dúvida quanto **ao acerto para utilização da DEUTSCHBRAS para lavar o dinheiro da propina devida a Othon Luiz**, tanto é assim, que apenas dois dias após ter recebido o crédito da ANDRADE GUTIERREZ pelos “serviços” prestados, o dinheiro foi repassado a ARATEC.

No ponto, reafirmo que o colaborador **Otávio Marques** tinha pleno conhecimento de que pagamentos de vantagens indevidas eram feitos a servidores da ELETRONUCLEAR, embora não tenha participado pessoalmente do acerto para pagamento a Othon Luiz, sendo, portanto, correto concluir que é autor das condutas aqui analisadas. Como já dito, sua participação na negociação da propina a ser paga a Othon Luiz envolveu o pleno conhecimento do pagamento (autoria imediata) desse valor ilícito, ou

a delegação dessa tarefa a seus subordinados (autoria mediata), ou pelo menos a certeza de que seu staff cuidaria do tema (dolo eventual), viabilizado pelo esquema de lavagem de capitais em questão.

Por conseguinte, **Otávio Marques, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Geraldo Arruda e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º da Lei nº 9.613/98. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º do referido artigo, já que cometido o crime por organização criminosa, como adiante se verá.

c1. LAVAGEM DE DINHEIRO DA DEUTSCHEBRAS PARA A ARATEC

A acusação sustenta os denunciados **Geraldo Arruda, Flávio Barra, Ana Cristina, Gustavo Botelho, Otávio Marques e Othon Luiz**, agindo dolosamente e em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º, §4º da Lei 9613/98 ao simularem um contrato de prestação de serviços entre a DEUTSCHEBRAS e a empresa ARATEC para ocultar e dissimular a origem, a natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade da quantia bruta de no valor de R\$ 252.300,00 em 12.12.2014.

Segundo a denúncia, Ana Cristina e Geraldo Arruda praticaram a conduta sob o comando e anuência de Othon Luiz, Flávio Barra, Gustavo Botelho e Otávio Marques.

Tal como dito no item *a1 e b1*, entendo **não ser correta a responsabilização penal** dos representantes da ANDRADE GUTIERREZ **Flávio Barra, Gustavo Botelho e Otávio Marques**, pois tais acusados não participaram da pactuação entre a DEUTSCHBRAS e ARATEC, acerca dos quais a instrução não revelou nenhuma conduta tipicamente relevante. Trata-se de novo ato de lavagem de dinheiro, levados a efeito apenas por Othon Luiz, Geraldo Arruda e Ana Cristina.

Por outro lado, instrução revelou que os valores repassados pela DEUTSCHBRAS à ARATEC constituem repasse de vantagens indevidas pagas a Othon Luiz, tendo havido, também nessa fase de lavagem de capitais.

O acusado **Geraldo Arruda** em seu interrogatório negou que o contrato firmado entre a DEUTSCHBRAS e a ARATEC fosse fictício, tendo dito que os valores pagos se tratavam de restos a pagar ao ex-sócio de sua empresa, Othon Luiz. Afirmou tratar-se de comissão de 5% devida a Othon Luiz por ter ele indicado clientes a empresa nos anos de 1997 a 2000 (áudio 18:20).

A farta documentação trazida aos autos pela defesa de Geraldo Arruda (fls. 11.026/11.398) demonstra, em princípio, negócios a cujo respeito possa ter contribuído o corrêu Othon Luiz. No entanto, tais elementos são absolutamente **imprestáveis** como prova de que os pagamentos efetivados a Othon Luiz, mediante os contratos fraudulentos em questão, sejam referentes àquelas operações mercantis.

A versão dos acusados Geraldo Arruda e Othon Luiz, de que os valores repassados à ARATEC eram comissões devidas a Othon Luiz há quase 15 anos atrás, como dito, não se afigura minimamente crível. Acaso se tratasse de comissão, uma atividade lícita, porque os acusados forjariam um contrato de prestação de serviços de projetos de engenharia? A toda evidência, essa não seria a via adequada para a realização desse tipo de “pagamento”. É de se perguntar, ainda, por qual outra razão os acusados usariam um procedimento ilícito e dispendioso, em razão do recolhimento de tributos, para pagamento de “comissão” se não se tratasse de pagamento indevido? A versão dos acusados é completamente ilógica, mormente se considerarmos a coincidência deste pagamento “suspeito” justamente no momento em que o réu Othon Luiz coletava vários pagamentos de propinas da ANDRADE GUTIERREZ por diferentes contratos fraudulentos.

Foram os próprios representantes da ANDRADE GUTIERREZ (corrêus referidos no tópico anterior), que afirmaram em juízo que o contrato entre aquela empresa e a DEUTSCHBRAS era **fictício**, apenas celebrado **para possibilitar o pagamento de propina ao corrêu Othon Luiz**. Esse pagamento se efetivou justamente pelo contrato, igualmente fictício, segundo todos os envolvidos, entre a empresa DEUTSCHBRAS, do acusado Geraldo Arruda, e a empresa ARATEC, dos acusados Othon Luiz e

Ana Cristina. Neste caso, coube a Ana Cristina, em comum acordo com Othon Luiz, a operacionalização da falsidade.

Portanto resta evidenciada, ante a inequívoca ciência acerca da origem ilícita dos valores, a responsabilidade do réu Geraldo Arruda também neste crime de lavagem de capitais.

Assim, os autos comprovam que os serviços de engenharia não foram efetivamente prestados entre a DEUTSCHBRAS e ARATEC.

Por conseguinte, **Othon Luiz, Ana Cristina e Geraldo Arruda**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º da Lei nº 9.613/98. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º do referido artigo, já que cometido o crime por organização criminosa, como adiante se verá.

FATO 09: EMBARAÇO À INVESTIGAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

De acordo com a denúncia, a acusada **Ana Cristina** no dia 31.07.2015 às 20:25 horas, de modo consciente e voluntário, com anuência e vontade de Othon Luiz, embaraçou a investigação de organização criminosa, fazendo uso de documentos falsos, como se hígidos fossem, turbando as investigações e criando risco concreto à instrução criminal em curso perante a 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

O MPF sustenta que a acusada fraudou a instrução processual nos autos nº 5028308-36.2015.4.04.7000 (nº 0510716-35.2015.4.02.5101), no evento 91 OUT2, OUT3, OUT4, OUT5, OUT6, OUT9, OUT10 e OUT11, tendo apresentado documentação que poderia justificar a prestação de serviços da ARATEC. Assim agindo, a acusada embaraçou a investigação, mediante uso, por meio de sua advogada (em autoria mediata, não havendo indicativos nos autos de que a procuradora conhecesse a sua falsidade), de documentos falsos como se hígidos fossem, turbando as investigações e criando risco concreto à instrução criminal.

Os documentos apresentados como se verdadeiros fossem consistiram em contratos de prestação de serviços firmados entre a ARATEC e a CG IMPEX e outros documentos técnicos (Evento 91, OUT 9, 10 e 11), a saber:

Contrato de serviços de consultoria técnica celebrado entre a CG IMPEX e a ARATEC para estudo - análise e parecer - sobre o comportamento mecânico do complexo viário Padre Adelino, na Av. Salim Farah Maluf, SP, no valor de R\$ 168.000,00, datado de 31.10.2008 (fls. 3.166/3.169 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Contrato de prestação de serviços de consultoria sobre a montagem eletromecânica a ser realizada em plantas para obtenção de combustíveis entre a CG IMPEX e a ARATEC, no valor de R\$ 82.000,00, datado de 15.01.2009 (fls. 3.162./3.165 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Contrato de serviços de consultoria técnica celebrado entre a CG IMPEX e a ARATEC para estudo - análise e parecer - sobre o comportamento mecânico do complexo viário Padre Adelino, na Av. Salim Farah Maluf, SP, 2ª parte, no valor de R\$ 400.000,00, datado de 01.09.2009 (fls. 3.170/3.173 dos autos nº autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Contrato de serviços de tradução e consultoria sobre a montagem eletromecânica a ser realizada em plantas para obtenção de combustíveis, P&D sobre óleo e gás, entre a CG IMPEX e a ARATEC, no valor de R\$ 250.000,00, datado de 05.01.2010 (fls. 3.174/3.177 dos autos nº autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Contrato de prestação de serviços para estudo sobre a proposta do marco regulatório do pré-sal, a partir da ótica dos gases combustíveis, no valor de R\$ 100.000,00, datado de 01.07.2010 (fls. 3.178/3.181 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Documento de *Electromechanical Assemblage of Fuel Activation Device*, também apresentado para comprovação dos serviços prestados pela ARATEC, cujo texto foi extraído da internet, <https://www.google.com.ar/patents/US7128997>, não tendo também o texto original qualquer relação com a ARATEC, Othon Luiz e Ana Cristina (fls. 3.185/3.228 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101);

Documento intitulado de "Processos de produção de combustíveis sintéticos: Análise das trajetórias tecnológicas", seria reprodução de artigo coletado da *internet* e que foi escrito por Fabrício B. Dunham, José Vitor Bomtempo, Edmar Luiz F. de Almeida e Ronaldo Bicalho (<http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/2/8061.pdf>) e apresentado

no 2º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, sem qualquer relação o texto original com a ARATEC, Othon Luiz e Ana Cristina(fls. 3.273/3.324 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101) ;

Documento denominado Escopo do Trabalho, relacionado ao PACOTE & INTEGRAÇÃO DO SISTEMA FLUTUANTE PRODUÇÃO PARA EMBARCAÇÃO TIPO PLATAFORMA DE TRANSFERÊNCIA (PSV - PLATFORM SUPPLY VESSEL - PSV), fls. 3.229/3.272 dos autos nº 0510716-35.2015.4.02.5101;

JFRJ
Fls 11811

A instrução processual revelou que **todos os mencionados contratos**, assim como os demais documentos expedidos para justificá-los, **são ideologicamente falsos**.

Ao apresentar os documentos a acusada tinha pleno conhecimento de que os serviços não tinham sido prestados por seu genitor, bem como que estudos que elaborava para justificá-los não tinham qualquer relação com os “serviços prestados”, constituindo **mera cópia de documentos da internet**.

Em sua defesa, Ana Cristina alega a ausência de elemento subjetivo, pois os documentos teriam sido solicitados pela autoridade policial e porque não tinha conhecimento de que os contratos estavam relacionados ao pagamento de propina ao acusado Othon Luiz.

Contudo, por ocasião de seu interrogatório afirmou que elaborou os estudos por ordem de seu pai e que os apresentou ao acusado Carlos Gallo para justificar as medições e os pagamentos. Alegou que não sabia que eram contratos fictícios e que eles foram objeto de busca e apreensão (áudio 24:00).

As alegações da acusada não merecem guarida, pois quando da apresentação dos documentos tanto Ana Cristina como Othon Luiz **tinham ciência** de que estavam sendo investigados por envolvimento em crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, **sabiam** também que os documentos não eram verdadeiros, pois copiados da *internet*.

Sendo assim, ao apresentar documentos que sabiam não serem verdadeiros para justificar as contratações, os investigados tinham clara **intenção de atralhar o bom andamento das investigações**. O fato desses documentos já terem sido apreendidos anteriormente não afasta o dolo dos acusados de tentar conferir aspecto de legalidade a documentos sabidamente

falsos. Note-se que o tipo penal em questão não exige, para sua caracterização, que a investigação seja impedida, ou seja, que a atividade ilícita seja bem sucedida, **bastando a demonstração de que o acusado tenha atuado com o objetivo de embaraçar investigação que envolva organização criminosa**. Foi exatamente isso o que ocorreu.

JFRJ
Fls 11812

Em que pese tenha a acusada Ana Cristina alegado que não manteve contato com o seu genitor, que se encontrava preso preventivamente quando da apresentação dos documentos, vê-se que a elaboração desses documentos e a sua apresentação em Juízo deu-se em proveito daquele acusado.

Dessa maneira, entendo devida a imputação a **Ana Cristina** e a **Othon Luiz** pela prática do crime do artigo 2º, §1º da Lei nº 12.850/03, em concurso de pessoas.

FATO 10: EMBARAÇO À INVESTIGAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

De acordo com a denúncia, no dia 13.08.2015, o acusado **Carlos Gallo** de modo consciente e voluntário embaraçou a investigação de organização criminosa, fazendo uso de documentos falsos, como se hígidos fossem, turbando as investigações e criando risco concreto à instrução criminal em curso perante a 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, fraudando a instrução processual, nos autos nº 5026417-77.2015.4.04.7000 (nº 0510719-87.2015.4.02.5101), no evento 50 (fls. 1.523/2.035).

Os documentos apresentados como se verdadeiros fossem consistiram em contratos de prestação de serviços entre a CG IMPEX e a ANDRADE GUTIERREZ, produzidos pela ARATEC e outros documentos a saber:

Proposta para prestação de serviços, datada de 02.08.2011, subscrita por Olavinho Ferreira;

Proposta para consultoria técnica, datada de 09.08.2011, subscrita por Carlos Gallo e dirigida a Olavinho Ferreira;

Contrato de prestação de serviços de consultoria técnica, econômica e financeira visando a otimização de custos, em empreendimentos públicos e/ou privados, na Região Sudeste (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais), no valor de R\$ 1.300.000,00 celebrado entre ANDRADE GUTIERREZ e CG IMPEX, subscrito em 18.08.2011;

Notas Fiscais 72/2011, 73/2011, 77/2012, 83/2012, 90/2012 emitidas pela CG IMPEX em favor da ANDRADE GUTEIRREZ;

Documento expedido para Olavinho Mendes por Carlos Gallo denominado Entrega de Relatório Final e data de 10.08.2012;

Contrato de consultoria técnica-econômica-financeira, para análise e parecer sobre estudos de projetos de mobilidade urbana, vias de ligação de tráfego rodoviária, entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e cidades da baixada, no valor de R\$ 300.000,00 datado de 02.02.2009;

Proposta para prestação de serviços, datada de 09.02.2010, dirigida a Olavinho Ferreira da ANDRADE GUTIERREZ;

Proposta para consultoria técnica, datada de 19.02. 2010, subscrita por Carlos Gallo e dirigida a Olavinho Ferreira da ANDRADE GUTIERREZ;

Contrato de prestação de serviços de consultoria técnica, econômica e financeira visando a otimização de custos do escopo abaixo descrito, nas seguintes regiões a) Baixada Fluminense - Soluções para Macro e Micro Drenagem; b) Zona Oeste (Bacia de Jacarepaguá) - Soluções para Saneamento, Macro e Micro Drenagem; c) Zonas Oeste e Norte (Corredor Viário, Transporte de Passageiros) - Soluções para Obras de Artes Especiais e Pavimentação, no valor de R\$ 1.000.000,00 celebrado entre a ANDRADE GUTIERREZ e a CG IMPEX, em 01.03.2010;

1º Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços (Sem nº, datada de 01 de março de 2010), celebrado entre ANDRADE GUTIERREZ e CG IMPEX, no valor de R\$ 1.330.000,00 com data de 01.09.2010;

Notas fiscais 34/210, 39/2010, 41/2010, 46/2010, 51/2010, 57/2010, 63/2011 emitidas pela CG IMPEX em favor da ANDRADE GUTIERREZ;

Documento produzido pela ARATEC, datado de 20.05.2012, sobre o tema "layout e cuidados na instalação de tijolos refratários em Auto-Forno durante procedimento de manutenção geral;

Documento produzido pela ARATEC, datado de 15.06.2012, sobre o tema "fornecimento, montagem, testes, comissionamento, colocação em operação e operação e manutenção de conjunto de aerogeradores referente ao estudo de instalação de manutenção de Parque Eólico.

JFRJ
Fls 11813

Documento produzido pela ARATEC, datado de 20.05.2012, sobre o tema "fornecimento de projeto, construção, montagem, transporte e instalação de um Sistema de Descarga e Estocagem de Produção Flutuante;

Documento produzido pela ARATEC, datado de 30.06.2012, sobre o tema "relatório sobre a implantação do Sistema Metroviário da Linha 4 do Metrô São Paulo;

JFRJ
Fls 11814

Documento produzido pela ARATEC, datado de 10.09.2011, sobre o tema "estudo de viabilidade econômica financeira de um projeto de afretamento de embarcação de apoio marítimo, especificamente do tipo PSV - Platamforma Suplly Vessel (projeto);

Documento produzido pela ARATEC, datado de 30.04.2011, sobre o tema "tradução e consultoria sobre a montagem eletromecânica a ser realizada em plantas para obtenção de combustíveis. Projeto e detalhamento sobre óleo e gás conforme contrato de 05.01.2010 - 2ª fase;

Documento produzido pela ARATEC, datado de 30.04.2009, sobre o tema "relatório de análise técnica referente à Montagem Eletromecânica de Planta de Combustíveis - contrato de 15.01.2009;

Documento dirigido a Olavinho Ferreira por Carlos Gallo, denominado Entrega do Relatório Parcial, com data de 05.12.2011;

Documento dirigido a Olavinho Ferreira por Carlos Gallo, denominado Entrega do Relatório Parcial, com data de 05.03.2012;

Documento dirigido a Olavinho Ferreira por Carlos Gallo denominado Entrega do Relatório Parcial, com data de 05.12.2011, acompanhado de Anexo 3 e Anexo 4;

Documento dirigido a Olavinho Ferreira por Carlos Gallo, denominado Entrega do Relatório Final, com data de 05.03.2012, acompanhado de Anexo 2.

Em sua defesa, o acusado Carlos Gallo sustentou que apenas apresentou os contratos celebrados e demais documentos pertinentes, tendo apenas cumprido com o que lhe foi solicitado.

Todavia, a instrução processual revelou que os mencionados contratos, assim como os demais documentos expedidos para justificá-los são

ideologicamente falsos, pois não ocorreu a efetiva prestação de serviços pela CG IMPEX à ANDRADE GUTIEREZ e pela ARATEC à CG IMPEX.

Ao apresentar os documentos que sabiam não serem verdadeiros para justificar as contratações, Carlos Gallo tinham clara **intenção de atrapalhar o bom andamento das investigações**, embora o tipo penal em não exige, para sua caracterização, que a investigação seja impedida, isto é, que a atividade ilícita seja bem sucedida, **bastando a demonstração de que o acusado tenha atuado com o objetivo de embaraçar investigação que envolva organização criminosa**. Foi exatamente isso o que ocorreu.

Por conseguinte, entendo devida a imputação a **Carlos Gallo** da prática do crime do artigo 2º, §1º da Lei nº 12.850/03.

FATO 11: CORRUPÇÃO ATIVA ENVOLVENDO A ENGEVIX

Segundo a acusação, em data não precisada nos autos, mas pelo menos entre de **25/06/2007 e 05/08/2015**, antes e durante, os representantes da ENGEVIX **José Antunes e Cristiano Kok**, de modo consciente e voluntário, em comunhão de vontades, ofereceram e prometeram vantagens indevidas ao denunciado Othon Luiz, por **29 (vinte e nove) vezes**, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR em diversas licitações e contratos.

Assim, de acordo com o MPF, Othon Luiz teria deixado de praticar atos de ofício com infração de deveres funcionais e praticado atos de ofício nas mesmas circunstâncias quando da **1.** da confecção dos editais e nas licitações nºs GAC.T/CN 003/2010, GAC.T/CN 005/2010, GAT.CN/006/2010, GAC.T/CV 027/2-11, GAC.T.CV 041/2011 e GAC.T/CN-012/2012 da ELETRONUCLEAR; **2.** da pactuação do aditivo 19 e execução do contrato CT-141, **3.** da celebração e execução do contrato GAC.T/CT-033/10, bem como da pactuação do aditivo 1; **4.** da celebração e execução do contrato GAC.T/CT 4500136548, bem como da pactuação dos aditivos 1 e 2; **5.** da celebração e execução do contrato GAC.T/AS 4500145718, bem como da pactuação do aditivo 1; **6.** da celebração e execução do contrato GAC.T/CT 4500146846, bem como da pactuação dos aditivos 1, 2 e 3; **7.** celebração e execução do contrato GAC.T/AS 4500149995; **8.** celebração e execução do contrato GAC.T/CT 4500160692 todos firmados entre a ENGEVIX e a ELETRONUCLEAR e **9.** da celebração e execução do

contrato GAC.T/CT- 4500151462 firmado entre a AF CONSULT e ELETRONUCLEAR, bem como da pactuação do aditivo 1.

a. CONTRATO CT-141 DA ENGEVIX S/A COM A ELETRONUCLEAR

Esse contrato foi firmado pela ENGEVIX com a ELETRONUCLEAR em **17.02.1982** e destinava-se à execução de serviços de engenharia e consultoria de projeto para as obras de construção civil da Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto, Unidades 2 e 3 (ANGRA 2 e ANGRA 3). A partir do aditamento 16 de 29/06/2005, o objeto do contrato foi reduzido com a retirada de ANGRA 2 do escopo da contratação.

Após a retomada da construção da Usina de ANGRA 3 (Resolução nº 3 do CNPE de 25.06.2007), houve renegociação desse contrato, tendo sido pactuado o **Aditivo 19** entre a ENGEVIX e a ELETRONUCLEAR,.

O **Aditivo 19** foi assinado por Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e Sergio Capellão e Ronaldo Ferreira, pela ENGEVIX em **04.06.2012**, tendo por objeto a revisão da cláusula 21 do contrato CT-141. O valor total do contrato, que era de R\$7.700.000,00 - (processo de licitação GAC.T - 009/05 - aditamento 16) passou a ser de R\$ 12.347.000,00.

b. EDITAL GAC.T/CN-005/2010 (PROCESSO GAC.T-034/09) E CONTRATO GAC. T/CT- 033/10

O edital de licitação GAC.T/CN-005/2010 foi publicado em 28.05.2010 com o objetivo de contratar serviços Técnicos Especializados de Engenharia Pacote Civil 1 - Cálculos Estruturais de ANGRA 3, optando-se pela modalidade de licitação técnica e preço.

Participaram da licitação as empresas ENGEVIX, GEMPRO e INTERTECHNE, tendo sido habilitadas na licitação apenas as empresas INTERTECHNE, com proposta de R\$ 13.492.938,88, e a ENGEVIX, com proposta de R\$ 14.274.091,09.

A ENGEVIX foi classificada em primeiro lugar no certame a partir da avaliação da proposta com a inclusão de Índice Técnico, tendo subscrito o contrato GAC.T/CT-033/10 destinado à prestação de serviços técnicos especializados de engenharia do Pacote Civil 1 - Cálculos Estruturais das

Unidade 3, no valor original de R\$ 13.979.888,05. Assinaram o contrato Othon Luiz, pela ELETRONUCLEAR, e por Sergio Luiz F. Capellão, pela ENGEVIX . Em 08.02.2012 foi assinado o aditivo 1 ao referido contrato para aumento do valor contrato em R\$ 2.977.258,35.

JFRJ
Fls 11817

c. EDITAL GAC.T/CN-003/2010 (PROCESSO GAC.T004/10) E CONTRATO GAC.T/CT- 4500136548

O edital de licitação GAC.T/CN-003/2010, publicado em 28.05.2010, teve por objeto a prestação de serviços Técnicos Especializados de Projeto da Tubulação da Área Externa e Tubovia de Interligação da Unidade 3 com a Unidade 2 de ANGRA 3, também na modalidade técnica e preço.

Atenderam a essa convocação as empresas ENGEVIX, CAPPE, CHEMTEC, GENPRO e MARTE, das quais somente as empresas MARTE, com proposta de R\$ 2.720.600,00, e a ENGEVIX, com proposta de R\$ 2.336.983,27, foram habilitadas.

Em **30.03.2011**, a ENGEVIX celebrou o Contrato GAC.T/CT-4500136548 no valor originário de R\$ 2.288.791,70 (valor revisado) e em **02.02.2012**, foi formalizado o **Aditivo 1** ao contrato, tendo por objeto alteração de anexos sem a modificação do valor contratual. Os **Aditivos 2 e 3**, datados de **01.11.2012** e **06.05.2014**, respectivamente, alteraram o prazo de execução dos serviços.

d. EDITAL GAC.T/CV 027/2011 (PROCESSO GAC.T 029/11) E CONTRATO GAC.T/AS- 4500145718

Em **17/11/2011**, a ELETRONUCLEAR publicou o edital de licitação GAC.T/CV- 027/2011, modalidade **carta convite**, tendo por objeto a prestação de serviços de Engenharia para Elaboração dos Projetos Executivos e Projetos Legais do Edifício de Apoio, Ampliação da Passarela e Atracadouro Flutuante na Praia do Frade, Município de Angra dos Reis – RJ. Participaram da licitação as empresas ENGEVIX, LEME e NITRIO, sendo a proposta da ENGEVIX de R\$ 118.800,00, a da LEME. R\$ 119.660,00 e da NITRIO de R\$ 122.400,00.

A ENGEVIX foi consagrada vencedora e celebrou com a ELETRONUCLEAR, tendo firmado o contrato GAC.T/AS- 4500145718

destinado à prestação de serviços de engenharia para elaboração dos projetos executivos e projetos legais do edifício de apoio, ampliação da passarela e atracadouro flutuante na Praia do Frade, município de Angra dos Reis - RJ, no valor original de R\$ 118.800,00. O **Aditivo 1** foi firmado em 05/03/2012 para prorrogar o prazo de execução dos serviços por 120 dias corridos.

JFRJ
Fls 11818

e. EDITAL GAC.T/CN - 006/2010 (PROCESSO GAC.T-033/09) E CONTRATO GAC.T/CT- 4500146846

Em 28.05.2010 foi publicado o edital de licitação GAC.T/CN- 006/2010, **modalidade técnica e preço**, tendo por objeto a prestação de serviços Técnicos Especializados de Engenharia do Pacote Eletromecânico 2 associado ao Secundário da Unidade 3 de ANGRA 3. Participaram da licitação as empresas ENGEVIX, CHEMTECH., INTERTECHNE, LEME e MARTE. Foram habilitadas as empresas INTERTECHNE, com proposta de R\$ 109.106.400,73, MARTE com proposta de R\$ 119.600.000,00, LEME que apresentou proposta de R\$ 122.422.326,00 e a ENGEVIX com proposta de R\$ 109.078.994,54.

A partir da avaliação da proposta com a inclusão de Índice Técnico, a ENGEVIX ENGENHARIA foi classificada em primeiro lugar no certame, tendo firmado em 21/12/2011 o contrato GAC.T/CT- 4500146846 destinado à prestação de serviços técnicos especializados de engenharia do Pacote Eletromecânico 2, associado ao Secundário de ANGRA 3, no valor de R\$ 109.098.115,07.

Em 22.11.2013, foi firmado o Aditivo 1, tendo por objeto a alteração de cláusulas contratuais referentes a condições de pagamento e faturamento e contribuição para o INSS e FGTS. Em 31.03.2014 foi formalizado o Aditivo nº 2 para alteração de cláusulas contratuais e aumento do contrato em R\$ 14.746.428,48, passando o valor global do contrato a ser de R\$ 123.844.543,55. Por fim, foi formalizado em 08.12.2014, o Aditivo 3, que estabeleceu a inclusão de cláusula específica de renúncia da contratada e alterou um anexo contratual.

f. EDITAL GAC.T/CV - 041/11 (PROCESSO 053/11) E CONTRATO GAC.T/AS- 4500149995

Em 06.03.2012, foi publicado o edital de licitação GAC.T/CV- 041/2011, modalidade carta convite, para contratação de serviços de Engenharia para Elaboração dos Projetos Executivos e Legais da Construção da Passarela e Atracadouros Flutuantes na Praia Vermelha, Município de Angra dos Reis - RJ.

Participaram da licitação as empresas ENGEVIX, LEME, ENGESERVICE e NITRIO. A LEME não apresentou proposta e as demais propostas foram da ENGEVIX de R\$ 106.800,00, da NITRIO de R\$ 110.300,00 e da ENGESERVICE de R\$259.000,00.

A ENGEVIX foi a vencedora e subscreveu o contrato GAC.T/AS-4500149995 em 06.03.2012, no valor original de R\$ 103.000,00 na base dezembro de 2011.

g. EDITAL GAC.T/CN - 012/2012 (PROCESSO GAC.T-006/12) E CONTRATO GAC.T/AS- 4500160692

Em 26.06.2012, foi publicou o edital de licitação GAC.T/CN- 012/2012, modalidade técnica e preço, tendo por objeto a prestação de Serviços Técnicos Especializados de Engenharia do Pacote Civil 2 - Projetos de Edificações da Unidade 3 de ANGRA 3.

Foram habilitadas as empresas GENPRO, com proposta de R\$ 9.210.717,29, INTERTECHNE, com proposta de R\$ 10.799.009,20, SEI, com proposta de R\$11.113.495,81, EPC com proposta de R\$ 11.578.225,18, LEME, com proposta de R\$ 11.731.855,86, e a ENGEVIX com proposta de R\$ 11.827.233,72.

As propostas da GENPRO e da LEME ENGENHARIA, apesar de serem as de menor preço, foram desclassificadas pois conteriam preços unitários superior a 7% dos valores orçados em alguns itens individuais do orçamento. A partir da avaliação da proposta com a inclusão de Índice Técnico, a ENGEVIX foi classificada em primeiro lugar no certame com a proposta ajustada para R\$ 11.305.663,41.

Assim, 05.03.2013, a ENGEVIX subscreveu o contrato GAC.T/AS-4500160692 no valor original de R\$ 11.305.663,41.

h. EDITAL GAC.T/CO.I-004/2010 E CONTRATO GAC.T/CT- 4500151462

O edital de licitação GAC.T/CO.I-004/2010 foi publicado em 28/05/2010, modalidade concorrência internacional do tipo técnica e preço, para contratação de serviços técnicos especializados de engenharia do pacote eletromecânico 1 associado ao primário da unidade 3 de ANGRA 3.

Foi vencedora a empresa AF CONSULT LTD Finlândia e previu que 100% dos serviços contratados deveriam ser realizados no Brasil. Por exigência contratual, a AF CONSULT LTD Finlândia, subcontratou as empresas AF CONSULT Ltda. Brasil e a ENGEVIX.

O contrato Área Nuclear da Usina, foi assinado em 24/05/2012, no valor de R\$ 162.214.551,43, tendo sido ajustado que 80% dos pagamentos devidos à contratada seriam realizados no Brasil e o restante (20%) no exterior (contrato Eletromecânico 1) e no dia 08 de dezembro de 2014 foi pactuado o 1º aditivo contratual que determinou um aumento de 4,07% do valor original do contrato.

Em razão dos mencionados procedimentos licitatórios, contratos e aditivos a acusação sustenta os denunciados Jose Antunes e Cristiano Kok, executivos da ENGEVIX, ofereceram e prometeram vantagens indevidas ao denunciado Othon Luiz, para que ele praticasse, omitisse e retardasse ato de ofício inerente às suas funções no período de 25.06.2007 a 05.08.2015.

Embora não tenha sido possível identificar com clareza o momento em que os envolvidos ajustaram o pagamento de vantagem indevida, não resta **qualquer dúvida de que as tratativas ilícitas para favorecer a ENGEVIX aconteceram e que houve efetivo favorecimento**. Por outro lado, a instrução identificou os envolvidos e os pagamentos indevidos a Othon Luiz.

Como dito anteriormente acerca dos contratos firmados pela ELETRONUCLEAR e a ANDRADE GUTIERREZ, o simples fato de todos os contratos e aditivos terem sido subscritos por Othon Luiz não faz presumir qualquer ilegalidade, tampouco a prática de crimes. Cabia a Othon Luiz, como Presidente da ELETRONUCLEAR, a atribuição de superintender a contratação de obras e serviços, assinar e fiscalizar contratos e aditivos, entre outras atribuições.

O que representa verdadeiro indício de irregularidade é a proximidade entre as datas de publicação dos editais de licitação GAC.T/CN

003/2010, 005/2010, 006/2010 (28.05.2010) e a data em que a ENGEVIX assinou contrato com a LINK PROJETOS (30.05.2010), contrato esse firmado apenas para repassar dinheiro ao acusado Othon Luiz em razão de suposto “investimento” no projeto de turbinas, conforme declarações dos corrêus José Antunes e Cristiano Kok.

JFRJ
Fls 11821

O acusado **José Antunes** reconheceu não apenas em sede policial, como também em seu interrogatório que os contratos da ENGEVIX com a LINK eram fictícios, tendo sido confeccionados apenas para repasse de pagamento indevido a Othon Luiz, uma vez os serviços contratados jamais foram executados (áudio 30:00). Afirmou que a intenção da ENGEVIX era realizar “investimento” no projeto de pesquisa de turbinas de baixa queda, que lhe fora apresentado em reunião realizada no escritório de Othon Luiz na ELETRONUCLEAR (áudio 1:50).

Por sua vez, o acusado Cristiano Kok disse em seu interrogatório que era José Antunes quem cuidava dos projetos da ENGEVIX na área de energia e recursos hídricos e que soube por meio dele que os serviços contratados com a LINK não foram efetivamente prestados e que esses contratos, na verdade, representavam um investimento da ENGEVIX em um projeto de do corrêu Othon Luiz, cujo objeto era o desenvolvimento de turbinas de vazão (áudio 13:00).

Em seu interrogatório, o acusado Othon Luiz afirmou que o acerto para o “investimento” da ENGEVIX no seu projeto das turbinas foi feito inicialmente em um encontro com José Antunes no aeroporto, ocasião em que lhe apresentou seu projeto, sendo ajustado o aporte de R\$ 1.000.000,00 no projeto (áudio 51:00). Por outro lado, o corrêu José Antunes afirmou que houve algumas reuniões no escritório de Othon Luiz na ELETRONUCLEAR para tratar dos pagamentos indevidos, que chamou de “investimento”.

Depois e em razão desses ajustes para pagamentos indevidos, Othon Luiz teria direcionado as licitações, atribuindo peso excessivo às pontuações técnicas previstas nos editais em comparação ao preço, em razão disso é possível que tenha havido violação ao princípio da isonomia e do julgamento objetivo das licitações. Todavia, não se pode afirmar, como pretende a acusação, que nessas licitações vencidas pela ENGEVIX, caso não houve

direcionamento dos editais em seu benefício, os demais licitantes conseguiriam sair vencedores.

O que se observa concretamente é que a ENGEVIX foi vencedora em todas as licitações cujos editais que previam a **técnica e preço**, isto é nos processos GAC.033/09, GAC.T-034/09, GAC.T.004/10 e GAC.T-006/12. Em todos esses editais foi atribuído peso 7 para proposta técnica e peso 3 para proposta de preço. Chama a atenção a existência de documento com data de 06.03.2012, intitulado Análise Preliminar do Edital/Contrato da Concorrência GATC/CN 006/12 - Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Engenharia do Pacote Civil 2 para ANGRA 3, em que a Procuradoria Jurídica da ELETRONUCLEAR contesta os motivos pelos quais a licitação seria efetuada pelo tipo técnica e preço, e não pelo menor preço e alerta sobre as exigências editalícias rigorosas ou inadequadas (fls. Xx). A despeito desse parecer, Othon Luiz encaminhou para divulgação o edital concorrência nacional GAC. T/CN0012/12 em 12/07/2012. Nessa licitação, a ENGEVIX somente foi contratada em virtude da pontuação técnica, haja vista que sua proposta não foi a de "menor preço", contratar a proposta mais vantajosa.

O possível direcionamento dos processos licitatórios em benefício da ENGEVIX foi apontado pela testemunha da acusação Rafael Carneiro di Bello, auditor do TCU, quando ouvida neste Juízo.

Todavia, atendo-me à análise da ocorrência de atos de corrupção, independentemente de terem sido praticados atos ou omissões pelo acusado Othon Luiz que constituam fraude à licitação, violação de dever funcional ou outro delito qualquer que não seja objeto de imputação na presente ação penal, mesmo que em decorrência da corrupção.

No caso concreto restou comprovado, acima de qualquer dúvida relevante, que **José Antunes**, atendendo à solicitação do réu Othon Luiz, ou tendo ele mesmo feito proposta a este réu, **combinou o pagamento futuro de propinas ao então presidente da ELETRONUCLEAR** (Othon Luiz) com o fim de obter deste favores consistentes em não criar dificuldades durante os contratos em execução na usina de Angra 3, favorecendo sua empresa (ENGEVIX) nos vários contratos e aditamentos que se seguiram ao ajuste ilícito. Este, aliás, o motivo pelo qual este mesmo réu, Othon Luiz, obteve igual promessa de pagamento de propina dos

JFRJ
Fls 11822

representantes da ANDRADE GUTIERREZ, outra empresa contratada para o empreendimento Angra 3.

De acordo com o réu Othon Luiz, o momento exato do “acerto” feito com o corrêu José Antunes deu-se em um encontro entre os dois num aeroporto, embora afirme que se tratava apenas da solicitação de um investimento de R\$ 1.000.000,00 para seu projeto de turbinas. No entanto, como já dito, rejeito esta afirmação e concluo que **no referido encontro**, que antecedeu a assinatura de vários contratos e aditivos relativos a ANGRA 3, o acusado Othon Luiz solicitou e/ou aceitou vantagem indevida e, noutra ponta, **o corrêu José Antunes**, ao se comprometer com os vários pagamentos futuros de propina, **prometeu pagar vantagens futuras igualmente indevidas** a Othon Luiz, então presidente da ELETRONUCLEAR.

JFRJ
Fls 11823

Embora o acusado José Antunes tenha apenas admitido que os pagamentos inquinados de escusos atendiam ao que chamou de “solicitação de investimento no projeto de pesquisas de Othon Luiz”, e que comprometeu-se em realizar “investimentos” futuros no seu projeto de turbina, o fato é que, como dito, esse “acordo de investimento científico”, na verdade, tratava-se de **promessa de futuras vantagens indevidas, pagamento de propina**, tal como descrito no tipo penal do artigo 333 do Código Penal.

Também neste caso, pouco importa de quem tenha partido a iniciativa para o ajuste, se do funcionário da estatal (Othon Luiz) ou de José Antunes. É que, ainda que tenha aderido à proposta inicial do réu Othon Luiz, o fato é que o corrêu José Antunes não apenas pagou a propina, não apenas entregou a vantagem indevida. Fosse isso não praticaria crime este acusado. Seria o clássico e simplório exemplo do particular que, tendo recebido um pedido de propina do funcionário público, paga no mesmo instante a vantagem indevida. Não foi o que ocorreu no caso desta ação penal.

De fato, a instrução processual demonstra, com tranquila certeza, que o acusado José Antunes comprometeu-se com o corrêu Othon Luiz com o pagamento futuro de propinas, a serem feitos no decorrer de longo período de tempo. Ao se “comprometer com pagamentos futuros” de vantagens indevidas, aquele acusado, tal como previsto na figura típica do

artigo 333 do Código Penal, “**prometeu vantagem indevida ao então presidente da ELETRONUCLEAR – Othon Luiz**”, com a finalidade espúria acima mencionada.

Essa, portanto, a única razão lógica dos vários pagamentos que o réu José Antunes fez ao corréu Othon Luiz, valendo-se do expediente criminoso de utilização de contratos fictícios. A alegação de que tais pagamentos seriam apenas um “investimento” no projeto de turbinas de Othon Luiz não se sustenta. Se se tratasse de um investimento lícito, como seria o caso do tal “projeto”, qual motivo de valer-se de expedientes criminosos, com elevados custos adicionais (tributos, por exemplo)? Ora, o tal “projeto de turbina” era e é um ativo de natureza particular do acusado Othon Luiz, que portanto teria toda liberdade para elaborar contratos científicos a respeito, pessoalmente ou simplesmente através da cessão de direitos à sua empresa familiar (ARATEC).

A afirmação de que não ficaria bem para Othon Luiz contratar com uma das empresas com vínculo com a ELETRONUCLEAR, a ENGEVIX do réu José Antunes, é por demais simplória, seja pelos custos adicionais envolvidos, seja pelo constrangimento enfrentado por José Antunes ao convidar, para a sequência de práticas de crimes de lavagem de dinheiro que se seguiu, pessoas estranhas aos quadros da sua empresa.

Quanto ao acusado **Cristiano Kok**, no entanto, nenhum relato permite concluir que este réu tenha ajustado com o então presidente da ELETRONUCLEAR, o corréu Othon Luiz, o pagamento de propina em razão do contrato de ANGRA 3. Ao contrário, o próprio Cristiano Kok em seu interrogatório, afirma que não teve nenhuma relação com Othon Luiz, e que somente José Antunes, seu sócio na empresa ENGEVIX, cuidava desse contrato. Aliás, o réu José Antunes também afirma que seu sócio Cristiano Kok, de fato, nada tem a ver com as negociações relacionadas ao contrato de Angra 3, apenas gerido pelo próprio José Antunes. Assim, **há de ser afastada a responsabilidade penal de Cristiano Kok**.

Quanto à quantidade de crimes imputados pelo MPF, divergindo do parecer ministerial, mais uma vez não considero cada contrato, aditivo ou processo licitatório isoladamente para fim de configuração do delito de corrupção pelo acusado José Antunes. Não há como acolher a imputação ministerial de que teriam ocorrido 29 atos de corrupção ativa, mas apenas

um único delito, como esclarecido acima.

Por conseguinte, concluo que o acusado **José Antunes**, consciente e voluntariamente, **prometeu o pagamento de futuras vantagens indevidas** ao acusado **Othon Luiz**, conforme relatos acima, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época dos fatos, no que foi de fato atendido. Reconheço, assim, a ocorrência do delito tipificado no artigo 333, c/c parágrafo único do Código Penal.

JFRJ
Fls 11825

FATO 12: CORRUPÇÃO PASSIVA ENVOLVENDO A ENGEVIX

De acordo com a acusação, entre 25.06.2007 e 05.08.2015, o acusado Othon Luiz, de modo consciente e voluntário, teria solicitado/aceito promessa de vantagem indevida em razão da função de Presidente da ELETRONUCLEAR ofertada pelos representantes da ENGEVIX em pelo menos 29 ocasiões.

Tais fatos delituosos teriam ocorrido quando se discutiam e negociavam etapas importantes destinadas dos processos licitatórios, isto é, durante as fases internas e externas dos Processos licitatórios GAC.T-033/09 - Edital GAC.T/CN-006/2010, GAC.T-034/09 - Edital GAC.T/CN 005/2010, GAC..T-004/2010 - Edital GAC.T/CN-003/2010, GAC.T-006/12 - Edital GAC.T/CN-012/2012, GAC.T 029/11 - Edital GAC.T./CV 027/2011, GAC.T 053/11 - Edital GAC.T/CV-041/11. Teriam ocorrido, ainda, atos de corrupção por ocasião da celebração de contratos, pactuação de aditivos com a ENGEVIX, a saber, contratos CT 141 e pactuação do aditivo 19, GAC.T/CT 033/2010 e pactuação do aditivo GAC.T/CT 4500136548 e pactuação dos Aditivos 1 e 2, GAC.T/AS 4500145718 e pactuação do Aditivo 1, GAC.T/CT 4500146846 e pactuação dos Aditivos 1, 2 e 3, GAC.T/AS 4500149995, GAC.T/CT 4500160692, GAC.T/CT 4500151462 (AF CONSULT) e pactuação do Aditivo 1.

Realmente, a instrução processual demonstrou que logo após a publicação dos editais de licitação GAC.T/CN 003/2010, 005/2010, 006/2010 pela ELETRONUCLEAR (28/05/2010) os representantes da ENGEVIX assinaram um contrato fictício com a LINK (30/05/2010), apenas para justificar o suposto “investimento” no projeto de turbinas de Othon Luiz, como

consignado no item anterior. Constatou-se naquele momento a existência de prévio ajuste entre os prepostos da ENGEVIX e o réu Othon Luiz, tendo em vista o início da dissimulação da origem ilícita dos valores, pois as declarações dos próprios envolvidos dão conta de que a contratação com a LINK era simulada.

Segundo declarações de José Antunes (áudio 30:00), a utilização de empresa interposta foi considerada por Othon Luiz a melhor opção para repasse dos pagamentos, considerando as relações contratuais existentes entre a estatal e a ENGEVIX. Já Othon Luiz disse que o “acerto” para seus projetos de turbinas, que entendo como **solicitação de propina**, deu-se em um encontro com José Antunes num aeroporto, ocasião em que lhe apresentou seu projeto científico, ficando acertado o “investimento” de R\$ 1.000.000,00. Porém, como adiantei, tenho firma convicção de que na referida ocasião foi formalizado o acordo de pagamento de propina entre os acusados Othon Luiz e José Antunes.

Devo aqui lembrar que na corrupção passiva da ANDRADE GUTIERREZ, analisada anteriormente, o acusado Othon Luiz também solicitou colaboração para supostamente desenvolver o projeto das turbinas, e que tal solicitação foi aceita por Rogério Nora. Tal fato foi entendido por este magistrado como “promessa” de pagamento futuro de vantagem indevida. No presente caso, igualmente não tenho dúvida de que **Othon Luiz** solicitou contribuições, as quais foram aceitas por José Antunes, visando garantir atuação do acusado em benefício da ENGEVIX quando da participação nas licitações e contratações futuras.

Assim, está comprovado que Othon Luiz solicitou propina diretamente a José Antunes, o qual anuiu com o pedido, comprometendo-se com pagamentos futuros de propina por meio de empresa interposta (LINK).

Devo consignar que tanto José Antunes quanto Cristiano Kok confirmaram em seus interrogatório os pagamentos, que ora reputo indevidos, a Othon Luiz, embora sob a justificativa de se tratarem de “investimentos” nos projetos de pesquisas de turbinas.

Tal justificativa, é incapaz de afastar a ilicitude dos ajustes, que constituem a prática dos delitos de corrupção ativa e passiva. Ora, se não houvesse ilegalidade nas tratativas não haveria porquê ajustar o pagamento

por meio de empresas interpostas e mediante contratos fraudulentos e com despesas adicionais (tributos, por exemplo), sendo certo que tal expediente se deu apenas para justificar o pagamento de mais de 1 milhão de reais em propina a Othon Luiz, então Presidente da ELETRONUCLEAR.

Repiso que o crime de corrupção ativa e o de corrupção passiva são crimes formais, de forma que o momento do ajuste da corrupção é o próprio momento da consumação do crime, sendo, portanto, irrelevante para sua consumação o recebimento efetivo da vantagem ilícita.

Como já dito anteriormente, divergindo do parecer ministerial, mais uma vez não considero cada contrato, aditivo ou processo licitatório isoladamente para fim de configuração de vários delitos de corrupção pelo acusado Othon Luiz, afastando a imputação de 29 atos de corrupção passiva. Reconheço, assim, apenas um **único delito**.

Por conseguinte, será **Othon Luiz** responsabilizado por apenas 1(um) crime do artigo 317 do Código Penal, **com incidência da causa de aumento prevista no §1º do mesmo dispositivo. Incidirá, ainda, a agravante genérica do art. 61, II, 'g' do CP (cometer crime com violação de dever inerente ao cargo).**

FATOS 13, 14 E 15 : LAVAGEM DE ATIVOS ENVOLVENDO A ENGEVIX

A denúncia relaciona os crimes de corrupção ativa e passiva e a fraude à licitação como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro.

Como já consignado, é absolutamente dispensável que haja sentença condenatória sobre o crime antecedente para que se possa fundamentar o decreto condenatório de lavagem por se tratar de delitos autônomos (crime antecedente e crime de lavagem).

O artigo 2º, inciso II, da Lei nº 9.613/98 é claro quando dispõe que *o processo e julgamento do crime de lavagem independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes*. Lado outro, deve haver uma comprovação mínima dos crimes antecedentes, podendo, conforme o caso, dada a complexidade dos delitos que geralmente constituem o crime antecedente, de maneira a permitir a formação do livre convencimento motivado do julgador. Em suma, deve-se demonstrar, por meio de provas ou indícios, a origem ilícita dos bens objeto da lavagem de ativos.

Tenho que houve efetiva comprovação da materialidade e autoria dos delitos de corrupção ativa e passiva envolvendo a ENGEVIX, o que foi analisado nos tópicos anteriores, aos quais me reporto a fim de evitar desnecessário prolongamento.

Além disso, a instrução processual identificou fortes indícios de que os acusados teriam praticado também os crimes tipificados nos artigos 90 e 96, V, da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, ao inserirem cláusulas restritivas à competitividade no edital.

Feitas tais considerações, passo à análise da materialidade e autoria do crime de lavagem de dinheiro propriamente dito.

A instrução processual comprovou a utilização da empresa LINK PROJETOS para promover o branqueamento do pagamento indevido de R\$ 1.600.000,00 pagas a Othon Luiz, além do pagamento direto de R\$ 30.000,00 à ARATEC. Senão vejamos.

a. LAVAGEM DE DINHEIRO ENGEVIX PARA A LINK

A denúncia imputa aos acusados José Antunes, Cristiano Kok e Victor Colavitti, sob a concordância de Othon Luiz, a ocultação e dissimulação da origem, natureza, localização, disposição, movimentação e a propriedade da quantia bruta R\$ 1.529.166,00 por de meio de **44 (quarenta e quatro) repasses, embasados em 4 (quatro) contratos fictícios celebrados entre a ENGEVIX e a LINK**. Os valores repassados pela ENGEVIX são recursos provenientes de propina (vantagem indevida), tendo sido firmados os contratos abaixo para dissimular e ocultar a origem do dinheiro:

Contrato 4000/00-M0-PJ-1050/10 de 30.05.2010, no valor de R\$ 500.000,00, com pagamento dividido em 16 parcelas de R\$ 31.250,00;

Contrato AX0001-00-X0-PJ-0196-12 de 24.05.2012, no valor de R\$ 250.000,00 com pagamento dividido em 8 parcelas de R\$ 31.250,00;

Contrato AX0001/00-X0-PJ-0264-13 de 15.01.2013, no valor de R\$ 250.000,00, com a primeira parcela no valor de R\$ 31.250,00 e as demais no valor de R\$ 14.583,00.

Contrato AC001/00-C0-PJ/OO58-14 de 21.01.2014, no valor de R\$ 450.000,00 com pagamento dividido em 12 parcelas de R\$ 37.500,00;

De acordo com a denúncia, a quebra do sigilo bancário confirmou a ocorrência de 44 (quarenta e quatro) operações mencionadas, cujo valor bruto é de R\$1.529.166,00. Por tal razão, o MF imputa a **José Antunes, Cristiano Kok, Victor Colavitti e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, a prática do delito do artigo 1º, §4º da Lei 9613/98, por 44 (quarenta e quatro) vezes.

Acerca de tais fatos delituosos, a instrução revelou que a **elaboração dos contratos fraudulentos coube a José Antunes exclusivamente**, conforme afirmou em seu interrogatório, tendo como justificativa as tratativas para suposto “investimento” nos projetos de turbinas de Othon Luiz (áudio 2:00).

São de extrema importância para elucidação dos fatos as declarações do **acusado e colaborador Victor Colavitti** que, em seu interrogatório, mencionou conhecer a ENGEVIX há mais de 30 anos, considerando-se amigo pessoal e parceiro de projetos do corréu Cristiano Kok. Fora isso, esse colaborador disse que **atendeu a pedido de José Antunes para utilizar a LINK para repasse de propina a Othon Luiz**, tendo concordado com o pedido, recebido o contrato, assinado e feitos os repasses.

Lado outro, quanto ao réu **Cristiano Kok**, como já se disse linhas acima, não há nos autos elementos que permitam concluir sua atuação neste fato ilícito. Os únicos relatos a respeito, nos interrogatórios do próprio e do corréu José Antunes, são no sentido de que Cristiano Kok não participava ativamente dos contratos referentes à ANGRA 3 (áudio 10:00). Esta tarefa, disseram, cabia apenas ao réu José Antunes, em nome da ENGEVIX. Aliás, esses mesmos acusados disseram, ao serem interrogados, que a assinatura de Cristiano Kok nos contratos assim o foi por mera formalidade, já que os contratos reclamavam as assinaturas de dois representantes da ENGEVIX. De fato, pelo que disseram, o **réu Cristiano Kok não teve nenhum envolvimento** com os tais contratos fictícios, e nada mostra o contrário.

Neste contexto, é de se reconhecer a ocorrência do crime de lavagem de capitais. Entretanto, a **dissimulação** da origem ilícita dos valores deu-se, também neste caso, a partir da **assinatura dos 4 (quatro) contratos fraudulentos**, não sendo correta a imputação do delito de lavagem de dinheiro com base em cada repasse, conforme pretende a acusação. Deve-se ter em mente que em cada contrato firmado com o intuito de dissimular a origem do

dinheiro espúrio, de antemão já se sabia tratar-se de um montante global específico e que foi fixado no contrato.

Anteriormente, fixei a premissa de que pouco importa se o valor a ser lavado é repassado a partir de um único crédito ou se foi fracionado em vários créditos em conta da empresa intermediária. **O que importa é a contratação fraudulenta com o intuito dissimular a origem ilícita do dinheiro a ser lavado** pela empresa intermediária. Entendo que os vários repasses de valores constituíram mero exaurimento dos delitos de lavagem de dinheiro, os quais se verificaram no momento da assinatura de cada um dos contratos.

Tanto nessas operações como nas que serão analisadas adiante, a LINK foi utilizada para promover a dissimulação da origem criminosa dos recursos oriundos da ENGEVIX. A conduta de dissimular a origem dos valores, conferindo-lhes aparência de licitude, consumou-se com a elaboração dos contratos firmados para dissimular a origem ilícita dos valores e permitir o futuro repasse do dinheiro ao destinatário da propina, Othon Luiz. Portanto, para o fim de cômputo de atos de lavagem de dinheiro, considero cada contrato firmado com o intuito de dissimular a origem ilícita dos valores um ato de corrupção.

Por conseguinte, agindo dolosamente os denunciados **José Antunes, Victor Colavitti e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º, da Lei nº 9.613/1998, em razão das **4 (quatro) contratações da ENGEVIX com a LINK**. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º, do referido artigo, já que cometidos os crimes por organização criminosa, como adiante se verá.

b. LAVAGENS DA LINK PARA ARATEC

As lavagens não se esgotaram aí, contudo, uma vez que após creditados os valores provenientes da ENGEVIX nas contas bancárias da LINK, **os acusados Ana Cristina e Victor Colavitti simularam contrato de prestação de serviços entre a LINK e a empresa ARATEC para justificar o repasse da quantia de R\$ 1.000.000,00**, a partir de 35 transferências para a ARATEC. Tais condutas foram praticadas também sob a orientação, concordância e anuência dos réus Othon Luiz e José Antunes. Já em relação

ao acusado Cristiano Kok, já se disse não haver provas de sua participação nas operações de branqueamento de valores.

Os autos comprovam que o contrato de prestação de serviços de revisão de projetos de engenharia nas áreas de mecânica e tubulação para a LINK, no valor de R\$ 400.000,00 é fraudulento. A própria acusada Ana Cristina afirmou em sede policial que esse contrato era de fato falso, e que não foram prestados os serviços declarados. Por seu turno, o colaborador e réu Victor Colavitti declarou perante este Juízo que sua empresa, LINK, faturava os pagamentos para a ENGEVIX, descontava os tributos e repassava o saldo à ARATEC, igualmente confirmando que se tratava de típica atividade de lavagem de valores..

Nesse contexto, é de se concluir que todos os valores repassados pela LINK para ARATEC constituem vantagens indevidas aceitas pelo réu Othon Luiz em decorrência de contratos, aditivos e licitações da ENGEVIX com a estatal.

Por conseguinte, agindo dolosamente os denunciados **Victor Colavitti, Ana Cristina e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º, da Lei nº 9.613/1998, em razão da **contratação da LINK com a ARATEC**. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º, do referido artigo, já que cometidos os crimes por organização criminosa, como adiante se verá.

c. LAVAGEM DE DINHEIRO DA ENGEVIX PARA A ARATEC

Segundo a denúncia, **José Antunes, Cristiano Kok e Ana Cristina**, sob a orientação, com a concordância e a anuência de **Othon Luiz**, ocultaram e dissimularam a natureza e a movimentação de R\$ 30.000,00, por meio de 1 repasse da ENGEVIX para a ARATEC sob o fundamento de prestação de serviços de assessoria da empresa de Othon Luiz para a empreiteira.

Para ocultar e dissimular a natureza e movimentação do repasse a denunciada Ana Cristina emitiu em 12.11.2014 a nota fiscal 620/2015, no valor de R\$ 30.000,00 lançando a informação de serviços de assessoria prestados pela ARATEC em favor da ENGEVIX. Esse valor foi repassado a Othon Luiz em 08/01/2015 com essa mesma justificativa.

O acusado José Antunes reconheceu o repasse, e que Cristiano Kok tinha ciência de sua ocorrência, não restando claro no entanto se este último acusado tinha conhecimento das características de ilegalidade do ato de lavagem de dinheiro. Além disso, José Antunes ainda declarou que tratou do pagamento realizado diretamente a Othon Luiz, dissimulado de prestação de serviços, pois em determinado momento a LINK realizou uma retenção acima do valores devido e, em razão disso, a corré Ana Cristina cobrou-lhe que realizasse dito pagamento, sendo essa a razão desse movimentação.

Concluo que **réu Cristiano Kok não teve nenhum envolvimento** com os tais contratos fictícios, não havendo elementos que permitam concluir sua atuação neste fato ilícito.

Destarte, agindo dolosamente, apenas os denunciados **José Antunes, Ana Cristina e Othon Luiz**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito do artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998, por 1 (uma) vez. Deverá ainda incidir a causa de aumento prevista no §4º, do referido artigo, já que cometidos os crimes por organização criminosa, como adiante se verá.

FATOS 16 e 17: MANUTENÇÃO DE VALORES NÃO DECLARADOS NO EXTERIOR E LAVAGEM TRANSNACIONAL DE VALORES

Segundo a acusação, o denunciado Othon Luiz, com o auxílio de sua filha Ana Cristina, teria mantido a quantia de US\$ 185,797.01 depositada na conta LU36 3184 0287 8000 OUSD, n. 00402878_0 no Banque Havilland em Luxemburgo, em nome da empresa *offshore* HYDRO POWER ENTEPRISE LIMITED, não tendo declarado a existência desses valores ao Banco Central, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 3.854, de 27.05.2010 do BACEN. Assim agindo, os acusados teriam ocultado e dissimulado a natureza, origem, localização e propriedade dos referidos valores, provenientes direta e indiretamente do crime de corrupção, mantendo os valores na conta da referida *offshore* entre 30.10.2014 a 17.08.2015.

A existência da conta foi descoberta a partir da coleta de documentos na residência de Ana Cristina, determinada pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR (nº 0510716-35.2015.4.02.5101), inclusive um *e-mail* cadastrado como contato da gerente da conta indicando que Ana Cristina que recebeu os documentos de abertura, o número da conta e o acesso pela *internet*.

Apurou-se que a conta foi aberta pela por Ana Cristina em agosto de 2014, em nome da *offshore* HYDRO POWER ENTERPRISE LIMITED, situada em Hong Kong, que é da titularidade da WELL CHANNEL LTD, *offshore* também registrada em Hong Kong, cuja propriedade pertence a Ana Cristina e sua irmã Ana Luíza Barbosa da Silva Bolognani.

Após a redistribuição desta ação penal a este Juízo, autorizei o afastamento do sigilo bancário, bloqueio e repatriamento dos valores mantidos por Othon Luiz e seus familiares no exterior (medida cautelar nº 0510707-73.2015.4.02.5101), tendo em vista a existência de fortes indícios de prática de delitos de evasão de divisas pelos acusados (artigo 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86).

Em decorrência disso, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça obteve do Ministério Público de Luxemburgo documentação relevante, que corrobora as suspeitas iniciais da acusação acerca de remessa de recursos não declarados para o exterior pelos acusados.

Com efeito, nos documentos de fls. 432/460 (medida cautelar nº 0510707-73.2015.4.02.5101) constam as seguintes informações:

1. que Ana Cristina e Ana Luíza reuniram-se no dia **29.07.2014** com os representantes do Banque Hivilland;

2. que a conta foi aberta em **28.07.2014**, tendo como beneficiários Ana Cristina da Silva Toniolo e Ana Luíza da Silva Bolognani; que a conta n. 00402878_0 apresenta duas subcontas (LU 86 3184 0287 8000 0EUROS e LU 86 3184 0287 8000 0USD), sendo que apenas uma possuía saldo e foi bloqueada (LU 86 3184 0287 8000 0USD, bloqueado **171.610,81** USD); e

3. que houve apenas um crédito na conta no valor de 199.975,00 USD na data **30.10.2014**, oriundo da conta CH46 0483 5184 0671 22000 do CREDIT SUISSE AG em Zurique/ Suíça.

Em seu interrogatório, ao ser indagada acerca desses fatos, **Ana Cristina** afirmou que realmente viajou à França por ordem de Othon Luiz para abrir uma conta e para apresentar a ARATEC em reunião com uma representante do Banco de Luxemburgo. Especificamente, sobre a existência da *offshore* HYDROPOWER, Ana Cristina disse que seria uma representação da ARATEC no exterior e que seu pai teria um investidor francês interessado

no projeto das turbinas. Por esse motivo, foi necessário abrir uma conta no exterior para facilitar os recebimentos (áudio 55:18).

O acusado **Othon Luiz** em seu interrogatório, quando indagado sobre o recebimento de valores no exterior, reservou-se ao direito de não responder do que se tratava, alegando existência de cláusula de confidencialidade sobre a relação comercial de investimento nas turbinas (áudio 9:40). Por fim, acerca da origem do dinheiro existente no exterior, disse que eram originários do serviço de consultoria prestada por ele, sem qualquer relação com a ELETRONUCLEAR (áudio 2:21). Não me parece que assim seja, no entanto.

Em suas alegações finais, a Ana Cristina afirmou que os valores existentes no exterior foram regularmente declarados ao Fisco e ao Banco Central antes do oferecimento da denúncia. Analisando os documentos mencionados pela acusada (fls. 466/472 dos autos nº 0510707-73.2015.4.02.5101), verifico que no ajuste do IRPF da acusada referente ao exercício 2015, de fato há menção às cotas da Empresa WELL CHANNEL LTD controladora da HYDROPAWER e ao saldo de US\$ 185.621,58 na data de **31/12/2014**. Contudo, tal documento **não pode ser considerado prova suficiente** para afastar a prática do delito tipificado no artigo 22, parágrafo único da Lei nº 7.492/1986 no caso concreto, uma vez que foi especialmente preparado **após deflagrada a investigação** acerca do referido crime.

O que se verifica no caso dos autos é que nem Ana Cristina, nem Othon Luiz, lograram afastar a presunção de ilicitude descrita na denúncia acerca da origem do dinheiro existente na conta LU36 3184 0287 8000 OUSD, n. 00402878_0 no Banque Havilland em Luxemburgo, e de sua remessa irregular para fora do Brasil. De acordo com os autos, no dia **30.10.2014** houve apenas um crédito no valor de 199.975,00 USD naquela conta bancária, oriundo da conta CH46 0483 5184 0671 22000 do CREDIT SUISSE AG em Zurique/Suíça, sendo que os acusados nada declaram a esse respeito. Ao contrário, ao ser indagado sobre a origem desses valores o acusado Othon Luiz preferiu não prestar qualquer esclarecimento.

O desinteresse do acusado em prestar esclarecimentos leva este Juízo a concluir pela confirmação da presunção inicial da origem ilícita dos valores remetidos para o exterior o que, concludo, foi a **causa determinante de sua remessa internacional pela via criminosa**.

JFRJ
Fls 11834

O fato de a acusada Ana Cristina ter apresentado a declaração retificadora constante às fls. 466/478 dos autos nº 0510707-73.2015.4.02.5101 em 28/08/2015, ou seja, antes de oferecida e recebida a denúncia, **mas após ter ciência de investigação criminal em curso contra si**, já dito, não é suficiente para afastar a prática do ilícito. Na verdade, tal informação evidencia que a acusada estaria adotando, uma vez mais, expediente dissimulatório para tentar conferir aparência de regularidade aos atos ilícitos praticados. Tal expediente, quando analisado no conjunto das provas produzidas nos autos, não se presta a afastar a ocorrência do delito.

Por fim, registro que tais valores não foram declarados ao Banco Central, embora fossem, de fato, de responsabilidade de Othon Luiz e Ana Cristina fazê-lo, uma vez que superam a quantia de US\$ 100.000,00 em 31.12.2014, exigido pela Resolução nº 3.854 do BACEN.

Assim, **Othon Luiz e Ana Cristina** encontram-se incursos, em concurso de pessoas, nos artigos 22, parágrafo único, segunda parte, da Lei nº 7.492/1986 c/c artigos 1º e 2º da Resolução n. 3854, de 27.05.2010 do BACEN, em concurso formal com o artigo 1º da Lei nº 9.613/1998, considerando a finalidade de lavagem de capitais internacional.

FATO 18 - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

De acordo com a denúncia, entre 25/06/2007 e 05/08/2015, Othon Luiz, Ana Cristina, Otávio Marques, Rogério Nora, Clóvis Renato, Olavinho Pereira Mendes, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Carlos Gallo, Josué Nobre, José Antunes e Victor Colavitti (dentre outros não identificados por ocasião da denúncia), de modo consciente, voluntário, estável e em comunhão de vontades, promoveram, constituíram, financiaram e integraram, pessoalmente, uma organização criminosa que tinha por finalidade a prática de crimes de corrupção ativa e passiva, fraude às licitações em detrimento da ELETRONUCLEAR, bem como a lavagem dos recursos financeiros auferidos desses crimes.

Essa organização criminosa constituiu-se com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagem indevida derivada dos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro praticados em prejuízo da ELETRONUCLEAR. Para a consecução do objetivo criminoso da organização

foi determinante a qualidade de funcionário público no exercício de sua função exercida por Othon Luiz, que ocupou o cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR no período de 05/10/2005 a 05/08/2015. Essa condição foi determinante para a organização criminosa para a prática dos crimes objeto desses autos.

De acordo com a denúncia a estruturação e a divisão de tarefas da referida organização abrange **quatro núcleos básicos**:

a. Núcleo Econômico, formado pelos executivos da ANDRADE GUTIERREZ e ENGEVIX (José Antunes Sobrinho, apenas), os quais ofereciam/prometiam futuras vantagens indevidas a Othon Luiz e dissimulavam/ocultavam os pagamentos indevidos mediante reiteradas operações de lavagem de capitais;

b. Núcleo Administrativo, integrado por Othon Luiz, o qual solicitava, aceitava promessas e recebia vantagens indevidas das empreiteiras a fim de que protegesse seus interesses na estatal. Othon Luiz utilizava operações de branqueamento de capitais para dar aparência lícita aos recursos que auferia;

c. Núcleo Financeiro-operacional, formado Carlos Gallo, Josué Nobre, Victor Colavitti e Ana Cristina responsáveis por operacionalizar os repasses de vantagens indevidas das empreiteiras para a empresa ARATEC de Othon Luiz, valendo-se de expedientes fraudulentos para conferir aspecto de licitude aos recursos indevidamente auferidos para dar aparência lícita às operações de repasse;

d. Núcleo Político, como se extrai da colaboração de Dalton Avancini e de Ricardo Pessoa, ao final da licitação dos contratos de montagem eletromecânica, foi efetuada, uma reunião na sede da UTC na qual foram discutidas solicitações de vantagens indevidas oriundas de agentes políticos. Não foram analisadas as condutas dos membros da organização que integravam o núcleo político, ante a existência de foro por prerrogativa de função.

Parte das defesas sustentam a ausência de tipicidade do delito em análise por ausência de comprovação do vínculo associativo entre os acusados, isto é, alguns dos envolvidos sequer se conheciam.

O fato de alguns de alguns dos acusados não se conhecem não obsta o reconhecimento da associação criminosa, pois, como bem lançado pelo MPF em suas alegações finais a existência de vínculo associativo é elemento

estranho ao tipo criminoso, portanto, desnecessário à comprovação da ocorrência delito de organização criminosa.

Afora isso, a ocorrência de ajuste pessoal entre os envolvidos seria fato de difícil comprovação em razão da complexidade das relações estabelecidas entre as diversas pessoas jurídicas e físicas envolvidas em organizações criminosas complexas como a tratada nos presentes autos.

JFRJ
Fls 11837

Entendo que não é preciso, em consequência, comprovar o ajuste pessoal, nem o conhecimento de todo esquema, nem a ocorrência de reunião, troca de mensagem ou qualquer outro tipo de comunicação entre os envolvidos. Por tal razão, reconheço que, no caso concreto, basta para a ocorrência do delito que cada acusado esteja consciente de estar praticando algum ato, dentro de uma associação, cuja existência e finalidade lhe sejam de algum modo conhecidas, sob pena de incorrem responsabilização objetiva.

Pois bem, a instrução processual comprovou a existência de sofisticada organização criminosa em atuação no âmbito da ELETRONUCLEAR ao menos de 2007 até agosto do ano de 2015, quando determinada a prisão de alguns de seus integrantes.

Inicialmente, reafirmo o que já foi consignado em relação ao acusado Cristiano Kok, pois nenhum elemento de prova dos autos permite concluir seu vínculo subjetivo com o corrêu, seu sócio na ENGEVIX, José Antunes Sobrinho. Aliás, nos interrogatórios de ambos restou claro que o primeiro, Cristiano Kok, não era responsável por esses contratos, que apenas eram geridos, na empresa, por José Antunes.

Os membros dessa associação foram comprovadamente responsáveis pela prática de diversos delitos, os quais **já foram detida e exaustivamente analisados nos tópicos anteriores**, sendo composta e estruturada do seguinte modo:

1. Othon Luiz foi considerado o principal **mentor do esquema** e beneficiário dos recursos de propina pagas pelas empreiteiras ENGEVIX e ANDRADE GUTIERREZ. Atuou favoravelmente em favor do cartel de empresas que celebraram os contratos com o Consórcio ANGRAMON, desde a publicação do Edital de Pré-qualificação nº GAG.T/CN-005/11. Determinou a abertura de contas bancárias da *offshore* HYDROPOWER ENTERPRISE LIMITED para lavar parte dos ativos originariamente oriundos dos crimes;

2. Ana Cristina, filha e principal auxiliar nas atividades ilícitas de Othon Luiz, integra o quadro societário da ARATEC ENGENHARIA CONSULTORIA & REPRESENTAÇÕES LTDA e era responsável por firmar contratos fictícios e emitir notas fiscais frias para ocultação e dissimulação dos valores repassados à empresa pelas empreiteiras ANDRADE GUTIERREZ e ENGEVIX. É beneficiária da *offshore* HYDROPOWER ENTERPRISE LIMITED, constituídas a mando de Othon Luiz, para ocultar e lavar no exterior os valores indevidamente auferidos;

3. Rogério Nora ocupou a presidência da ANDRADE GUTIERREZ até 02/05/2012. Reuniu-se em pelo menos duas oportunidades com Othon Luiz na sede da ANDRADE GUTIERREZ em São Paulo/SP, ocasião em que, em conjunto com outros executivos, ofereceu e prometeu vantagens indevidas para Othon Luiz, as quais foram sendo renovadas durante a celebração de aditivos e execução das obras civis, nos processos licitatório para montagem eletromecânica de ANGRA 3. Orientou, concordou e anuiu com a prática de cartel nas licitações envolvendo os Consórcios ANGRA 3 e UNA3, bem como com as reiteradas operações de lavagem de ativos da empresa CG IMPEX de Carlos Gallo;

4. Otávio Marques, ocupou a presidência da *Holding* ANDRADE GUTIERREZ S/A a partir de **2008**, passando então a integrar a organização criminosa e a exercer, de modo compartilhado com os demais executivos, a administração da empreitada criminosa no interesse do grupo empresarial, ainda que indiretamente. Pois dedicava-se, prioritariamente, aos acertos de propina com agentes políticos. Detinha conhecimento e controle compartilhado com Rogério Nora, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira, Flávio Barra e Gustavo Botelho sobre todos os atos praticados em nome e em favor do grupo empresarial, incluindo o oferecimento e promessa de vantagens indevidas a Othon Luiz e as operações de lavagem de dinheiro;

5. Clóvis Renato, na condição de Diretor Geral da Andrade Gutierrez até **01/10/2013**, foi o responsável, em conjunto com outros executivos, por oferecer e prometer vantagens indevidas para Othon Luiz, as quais foram sendo renovadas durante a celebração de aditivos e execução dos contratos. Teve papel proeminente nas reiteradas e contínuas operações de lavagem de ativos, pois subscreveu vários contratos fictícios;

6. Olavinho Ferreira, na condição de representante da ANDRADE GUTIERREZ, foi o responsável, em conjunto com os outros executivos por oferecer e prometer vantagens indevidas para Othon Luiz, as quais foram renovadas durante a celebração de aditivos e execução dos Contratos, bem como por ocasião do direcionamento da licitação para montagem eletromecânica de ANGRA 3. Teve papel importante nas reiteradas e contínuas operações de lavagem de ativos operacionalizadas por meio das empresas CG IMPEX e JNOBRE, subscreveu ainda que na qualidade de testemunha, contratos fictícios com a CG IMPEX, além disso, produziu documentos ideologicamente falsos para embasar a contratações e o fictícios resultados de trabalhos da CG IMPEX;

7. Flávio Barra, na condição de diretor-geral da unidade de negócios de energia desde **01/01/2008** e, posteriormente, na condição de Presidente da ANDRADE GUTIERREZ Energia foi responsável, em conjunto com os demais executivos ora denunciados, por oferecer e prometer vantagens indevidas para Othon Luiz, as quais foram renovadas durante a celebração de aditivos e execução dos contratos, bem como por ocasião do direcionamento da licitação para montagem eletromecânica de ANGRA 3. Era responsável pelos contratos da área de energia, dentre eles, os contratos com a ELETRONUCLEAR, teve papel fundamental no cartel de empresas dos Consórcios UNA3 e ANGRA3, bem como nas reiteradas e contínuas operações de lavagem de ativos operacionalizadas por meio das empresas CG IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHEBRAS. Em conjunto com Gustavo Botelho, conduziu, com sua própria assinatura, as operações de lavagem com a utilização da empresa DEUTSCHEBRAS.

8. Gustavo Botelho, em conjunto com Flávio Barra e na condição de superintendente da ANDRADE GUTIERREZ, era também o responsável por oferecer e prometer vantagens indevidas sistemáticas a Othon, bem como por providenciar a celebração de contratos fictícios para repasse dos valores ao gestor público por meio de empresas intermediárias. Além disso, GUSTAVO BOTELHO representava a ANDRADE GUTIERREZ nas reuniões e decisões do cartel dos Consórcios UNA 3 e ANGRA 3, e teve importante atuação nas reiteradas e contínuas operações de lavagem de ativos operacionalizadas por meio das empresas CG IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHEBRAS. Por exemplo,

em conjunto com FLÁVIO BARRA, conduziu, com sua própria assinatura, as operações de lavagem com a utilização da empresa DEUTSCHEEBRAS.

9. Carlos Gallo, na condição de administrador de fato CG IMPEX, atuava como operador financeiro para viabilizar o repasse de recursos financeiros desviados da ELETRONUCLEAR para a empresa ARATEC. Responsável por simular negócios jurídicos com a ANDRADE GUTIERREZ e a ARATEC a fim de conferir aparência de licitude para movimentação do dinheiro sujo destinado a Othon Luiz com os crimes antecedentes, valendo-se de contas de sua empresa para passagem de recursos de propina. Além disso, subscreveu contratos fictícios de prestação de serviços com a ARATEC e auxiliou Ana Cristina a produzir documentação falsa de prestação de serviços da ARATEC, entre outras condutas ilícitas, bem com a Josué Nobre na lavagem de dinheiro;

10. Josué Nobre, na condição de administrador da JNOBRE, atuava como operador financeiro para destinar, de forma reiterada e contínua, o repasse de recursos financeiros desviados da ELETRONUCLEAR para a empresa ARATEC de OTHON LUIZ. JOSUÉ NOBRE tinha a função de simular negócios jurídicos com a ANDRADE GUTIERREZ e a ARATEC a fim de dar aparência de licitude para movimentação do dinheiro destinado a OTHON LUIZ com os crimes antecedentes.

11. José Antunes, sócio e diretor executivo da ENGEVIX exercia a representação institucional da empresa junto à ELETRONUCLEAR e foi responsável, em conjunto com Cristiano Kok, pela prática de delitos de fraude às licitações e, por reiteradas vezes, oferecer e prometer a Othon Luiz vantagens indevidas em razão de contratos mantidos com a estatal. Indicou a empresa LINK, de Victor Colavitti, para intermediar ocultar e dissimular os repasses de vantagens indevidas para Othon Luiz por meio de contratos fictícios. Além disso, subscreveu os contratos fictícios assinados com a LINK.

12. Victor Colavitti, na condição de administrador de fato da empresa LINK, atuava como intermediador do repasse de recursos financeiros desviados da ELETRONUCLEAR para a empresa ARATEC. Simulava os negócios jurídicos com a ENGEVIX e a ARATEC a fim de dar aparência de licitude para movimentação do dinheiro sujo destinado a Othon Luiz. Nessa condição, efetuou operação de branqueamento de valores por diversas e reiteradas vezes em favor dos executivos da ENGEVIX e Othon Luiz.

Assim, agindo dolosamente, **Othon Luiz, Ana Cristina, Otávio Marques, Clóvis Renato, Olavinho Ferreira Mendes, Flávio Barra, Gustavo Botelho, Carlos Gallo, Josué Nobre, José Antunes e Victor Colavitti**, em concurso de pessoas, incorreram na prática do delito tipificado no artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013. Por ter cessado a conduta antes da entrada em vigor da Lei 12.850/13 em 19.09.2013, o corréu Rogério Nora incorreu na prática do delito tipificado no artigo 288 do Código Penal, em sua redação original.

Pelo exposto, a materialidade e a autoria restam amplamente comprovadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, no que diz respeito às condutas dolosas dos acusados, sendo suficiente para caracterizar os delitos de associação criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, fraude processual e pertinência à organização criminosa perpetrados pelos acusados.

Finda a instrução não foi formulada ou apresentada nenhuma tese defensiva capaz de afastar a justa causa, uma vez que a atividade probatória foi plenamente capaz de corroborar os elementos de convicção existentes.

Por fim, não se verificam, no caso sob exame, excludentes de ilicitude (legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal, obediência hierárquica), ou a presença de qualquer dirimente a afastar o juízo de reprovação das condutas, tratando-se os acusados de pessoas cuja higidez física e mental lhes permitia ter plena consciência das condutas realizadas.

DISPOSITIVO:

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido contido na denúncia, nos seguintes termos:

1. ABSOLVO Cristiano Kok das imputações dos delitos de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e pertinência à organização criminosa nos termos do artigo 386, V do Código de Processo Penal, ante a falta de provas para condenação;

2. CONDENO os acusados **Othon Luiz Pinheiro da Silva, Ana Cristina Silva Toniolo, Rogério Nora de Sá, Clóvis Renato Numa Peixoto Primo, Olavinho Ferreira Mendes, Otávio Marques de Azevedo, Flávio David Barra, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Carlos Alberto**

Montenegro Gallo, Josué Augusto Nobre, Geraldo Toledo Arruda Junior, José Antunes Sobrinho e Victor Sérgio Colavitti, qualificados na inicial, na forma do artigo 387 do Código de Processo Penal, pela prática dos crimes a seguir descritos previstos, cujas penas a impostas serão em seguida dosadas e individualizadas.

JFRJ
Fls 11842

2.1. Othon Luiz Pinheiro da Silva

a. Crime de corrupção passiva na ANDRADE GUTIERREZ e na ENGEVIX (artigo 317 do Código Penal): em decorrência do recebimento de vantagem indevida, por **3 (três) vezes** no caso da ANDRADE GUTIERREZ e **1 (uma) vez** no caso da ENGEVIX, nos termos da fundamentação, em razão do cargo de Diretor da **ELETRONUCLEAR** dos representantes das duas empresas referidas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado, outrora almirante da Marinha do Brasil, uma das maiores – se não a maior – referência do Programa Nuclear Brasileiro da história deste país, reconhecido internacionalmente (a defesa foi pródiga em demonstrar a importância de Othon Luiz e de seu trabalho), portador como poucos de segredos de estado num tema que sempre foi muito caro às maiores potências mundiais (enriquecimento de urânio), homem que fruiu da confiança do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, aqui ouvido como sua testemunha, e que foi agraciado pelo governo federal com a presidência da empresa estatal responsável pelo desenvolvimento do Programa Nuclear do Brasil – a ELETRONUCLEAR; este mesmo condenado que, de acordo com inúmeras testemunhas ouvidas durante a instrução processual, todos unânimes em demonstrar reverência ao nome de Othon Luiz, influenciou mais de uma geração de engenheiros e oficiais da Marinha brasileira, abriu mão de sua honrada história de estudos e trabalhos à nação brasileira para obter, já na fase derradeira de sua vida profissional, vantagens indevidas (propina), possivelmente para garantir uma aposentadoria mais confortável. A propósito, como exaustivamente dito, o chamado “projeto científico de turbinas” é, antes de tudo, um empreendimento privado, destinado a render lucros financeiros a seu idealizador, e portanto jamais justificaria um comportamento corrupto do ora condenado Othon Luiz. Os motivos do crime externados pelo réu ao longo

da instrução deixam claro que os delitos foram praticados com o intuito de ganhar dinheiro com seu projeto científico pessoal, para cuja consecução Othon Luiz utilizou sua notoriedade profissional e importância do cargo, fato que considero altamente reprovável. As circunstâncias devem ser valoradas ainda mais negativamente, pois a prática do delito envolveu o recebimento mínimo de R\$ 3.438.500,00 (ANDRADE GUTIERREZ) e R\$ 1.000.000,00 (ENGEVIX) - valores históricos -, em vantagens indevidas das empreiteiras, valor que considero extremamente elevado. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, não apenas pelo uso indevido do local de trabalho mantido pela ELETRONUCLEAR, mas principalmente pelo desprezo que demonstrou Othon Luiz com a instituição que o acolheu com honras de chefe máximo, já que era seu presidente. As consequências do crime para a empresa lesada – ELETRONUCLEAR – também devem ser valoradas negativamente, além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10.034).

Assim, considerando a ocorrência de tantas circunstâncias judiciais, todas extremamente negativas ao condenado, fixo a **pena base** gravemente majorada, em **9 (nove) anos** de reclusão e **300 (trezentos) dias-multa**;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da ocorrência da circunstância agravante prevista no inciso II, “g” do artigo 61 do Código Penal (cometer crime com violação de dever inerente ao cargo), aumento a pena-base em **6 (seis) meses**, alcançando a **pena intermediária** em 9 (nove) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 330 (trezentos e trinta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 1º do artigo 317, do Código Penal, aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **12 (doze) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 440 (quatrocentos e quarenta) dias-multa, pena** que torno **definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição de pena.

JFRJ
Fls 11844

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, sempre valendo-se de seu cargo de diretor presidente da ELETRONUCLEAR, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem **4 (quatro)** os crimes cometidos, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os **4 (quatro)** fatos integrantes da continuidade delitiva não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras, que os tornem diferentes entre si, de forma que todos merecem penas idênticas.

Assim, em razão do número de infrações continuadas (**4 vezes**), faço incidir o aumento de **1/2 (metade)** sobre uma só das penas para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **19 (dezenove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 660 (seiscentos e sessenta) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por **19 (dezenove) vezes**, nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela **ANDRADE GUTIERREZ** e as empresas **CG IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS**, e por estas empresas e a **ARATEC**, bem como pela **ENGEVIX** e a **LINK e ARATEC**.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira negativa por considerar que este condenado atuou com extrema reprovabilidade ao envolver

no esquema de lavagem de capitais membro de sua família, pois tanto Othon Luiz como sua filha e corré Ana Cristina afirmam que esta “apenas cumpria ordem” do pai. Como já dito, outrora almirante da Marinha do Brasil, uma das maiores – se não a maior – referência do Programa Nuclear Brasileiro da história deste país, reconhecido internacionalmente (a defesa foi pródiga em demonstrar a importância de Othon Luiz e de seu trabalho), e que foi agraciado pelo governo federal com a presidência da empresa estatal responsável pelo desenvolvimento do Programa Nuclear do Brasil – a ELETRONUCLEAR; este mesmo condenado abriu mão de sua honrada história de estudos e trabalhos à nação brasileira para praticar, já na fase derradeira de sua vida profissional, atos de lavagem de capitais, falseando contratos comerciais, possivelmente para garantir uma aposentadoria mais confortável. Othon Luiz utilizou ilicitamente sua notoriedade profissional e importância do cargo, fato que considero altamente reprovável. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, não apenas pelo uso indevido do local de trabalho mantido pela ELETRONUCLEAR, mas principalmente pelo desprezo que demonstrou Othon Luiz com a instituição que o acolheu com honras de chefe máximo, já que era seu presidente. As consequências do crime para a empresa lesada – ELETRONUCLEAR – também deve ser valorado negativamente que a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o **comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034**).

Assim, considerando a ocorrência de tantas circunstâncias judiciais, todas negativas ao condenado, fixo a **pena base**, relativamente majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de **5 (cinco) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, alcançando a **pena 6 (seis) anos e 8 (meses) de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa**.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou **19 (dezenove) vezes** da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 14 (catorze) os crimes cometidos, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os ilícitos integrantes da continuidade delitiva contêm circunstâncias individualizadoras (como dito acima, em alguns foram crimes o condenado envolveu membros da família), de forma que será considerada a pena mais gravosa (art. 71, *caput, in fine* do CP). Assim, em razão do número de infrações continuadas (19 vezes), faço incidir o aumento de **2/3 (dois terços)** sobre uma só das penas – a mais grave –, para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **11 (onze) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de embaraço às investigações (artigo 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso com Ana Cristina Toniolo.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira negativa por considerar que este condenado atuou com reprovabilidade ao envolver na tentativa de impedir as investigações membro de sua família, pois tanto Othon Luiz como sua filha Ana Cristina afirmam que esta “apenas cumpria ordem” do

pai. Como já dito, o condenado era outrora almirante da Marinha do Brasil, uma das maiores – se não a maior – referência do Programa Nuclear Brasileiro da história deste país, reconhecido internacionalmente (a defesa foi pródiga em demonstrar a importância de Othon Luiz e de seu trabalho), e que foi agraciado pelo governo federal com a presidência da empresa estatal responsável pelo desenvolvimento do Programa Nuclear do Brasil – a ELETRONUCLEAR; este mesmo condenado abriu mão de sua honrada história de estudos e trabalhos à nação brasileira para praticar ato ilícito destinado a encobrir outros desvios.

Assim, considerando tais circunstâncias judiciais, negativas ao condenado, fixo a **pena base**, levemente majorada, em **3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa**;

Agravantes e Atenuantes:

O condenado reconheceu que, de fato, atuou para embaraçar a investigação, e por isso faz jus à circunstância atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP, com a qual reduzo de 6 (seis) meses a pena base, perfazendo assim a pena intermediária o total de **3 (três) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa**, pena que torno **definitiva**, por ausência de outras causas de aumento ou diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

d. Pelo crime de evasão de divisas (artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/1986): praticado em concurso de pessoas com Ana Cristina Toniolo e em concurso formal com o crime do artigo 1º da Lei nº 9.613/1998.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira negativa por considerar que este condenado atuou com reprovabilidade ao envolver na empreitada de evasão de divisas suas filhas, Ana Cristina e outra, pois tanto Othon Luiz como sua filha Ana Cristina afirmam que esta “apenas cumpria ordem” do pai. Como já dito, o condenado era outrora almirante da Marinha do Brasil, uma das maiores – se não a maior – referência do Programa Nuclear Brasileiro da história deste país, reconhecido internacionalmente (a defesa foi pródiga em demonstrar a importância de Othon Luiz e de seu trabalho), e que foi agraciado pelo governo federal com a presidência da empresa estatal

responsável pelo desenvolvimento do Programa Nuclear do Brasil – a ELETRONUCLEAR; este mesmo condenado abriu mão de sua honrada história de estudos e trabalhos à nação brasileira para praticar o ato ilícito em questão.

Assim, considerando tais circunstâncias judiciais, negativas ao condenado, fixo a **pena base**, levemente majorada, em **3 (três) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa**;

JFRJ
Fls 11848

Agravantes e Atenuantes:

Dada a inoccorrência de atenuantes e agravantes genéricas, adoto a pena acima como intermediária.

Causas de Aumento ou Diminuição:

Ante a ocorrência de concurso formal entre o crime de evasão de divisas (artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/86) e o crime de lavagem de capitais transnacional (artigo 1º da nº 9.613/98), faço incidir o aumento de **1/6 (um sexto)**, na forma do artigo 70 do CP. Assim, chega-se à **pena definitiva de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 58 (cinquenta e oito) dias-multa**.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Decreto, finalmente, o perdimento em favor da União dos valores bloqueados em conta bancária no exterior identificada na medida cautelar nº 0510707-73.2015.4.02.5101, na forma do artigo 91, II, “b” do CP.

e. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º, II da Lei nº 12.850/2013) praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado, outrora almirante da Marinha do Brasil, uma das maiores – se não a maior – referência do Programa Nuclear Brasileiro da história deste país, reconhecido internacionalmente (a defesa foi pródiga em demonstrar a importância de Othon Luiz e de seu trabalho), portador como poucos de segredos de estado num tema que sempre foi muito caro às maiores potências mundiais (enriquecimento de urânio), homem que fruiu da confiança

do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, aqui ouvido como sua testemunha, e que foi agraciado pelo governo federal com a presidência da empresa estatal responsável pelo desenvolvimento do Programa Nuclear do Brasil – a ELETRONUCLEAR; este mesmo condenado que, de acordo com inúmeras testemunhas ouvidas durante a instrução processual, todos unânimes em demonstrar reverência ao nome de Othon Luiz, influenciou mais de uma geração de engenheiros e oficiais da Marinha brasileira, abriu mão de sua honrada história de estudos e trabalhos à nação brasileira e, envolvendo suas filhas – uma delas corré neste processo - , atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de obter, já na fase derradeira de sua vida profissional, vantagens indevidas, possivelmente para garantir uma aposentadoria mais confortável, usando para tanto sua notoriedade profissional e importância do cargo, fato que considero altamente reprovável. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, com os empreiteiros, em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, não apenas pelo uso indevido do local de trabalho mantido pela ELETRONUCLEAR, mas principalmente pelo desprezo que demonstrou Othon Luiz com a instituição que o acolheu com honras de chefe máximo, já que era seu presidente. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **43 (quarenta e três) anos de reclusão e 1.218 (mil duzentos e dezoito) dias-multa**, que reputo definitivas para Othon Luiz.

Quanto ao recurso em liberdade, como já decido nos autos do processo nº 0506190-88.2016.4.02.5101, o condenado Othon Luiz, quando em recolhimento domiciliar, atuou junto a empregados da ELETRONUCLEAR com o fim de interferir nas investigações de irregularidades na construção de ANGRA 3, que continua em relação a outros investigados. Reiterando o que ali foi dito, considero necessária a continuidade da medida cautelar de prisão preventiva de Othon Luiz a fim de preservar o apuratório em curso.

Regime de cumprimento da pena:

Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea "a" e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **fechado**.

2.2. Ana Cristina da Silva Toniolo

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, §4º, Lei nº 9.613/1998): por **9 (nove) vezes** nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos e documentos fraudulentos firmados pela **ARATEC** e a **ENGEVIX, CG IMPEX, JNOBRE, DEUTSCHBRAS** e **LINK**.

Considerando as **circunstâncias judiciais do artigo 59** do Código Penal, noto que as circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu esquema sofisticado e complexo de lavagem de dinheiro, mediante utilização de pessoas jurídicas interpostas, abertura contas secretas no exterior o que valoro negativamente. Por outro lado, apesar de afirmada a responsabilidade penal desta acusada, a mesma agia sob incisiva orientação de seu pai, Othon Luiz, que inegavelmente incutia não só na condenada Ana Cristina mas em muitos profissionais da área, uma reverência tal capaz de incentivar a que participassem de sua empreitada ilícita. Assim, considerando a ocorrência de uma circunstâncias judiciais, fixo a **pena base** no mínimo legal, qual seja **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há agravantes a incidir, e como a pena base já está no patamar mínimo, a **pena intermediária** é confirmada em **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 1º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena** em **4 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa**.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que a apenada, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias

individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (**9 vezes**), aumento em **1/2 (metade)**, uma só das penas para torná-las unificadas em **6 (seis) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

JFRJ
Fls 11852

Considerando a situação econômica da condenada, fixo o valor do dia-multa em **1/10 do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de embaraço às investigações (artigo 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas com Othon Luiz.

Consideradas as circunstâncias de que cuida o artigo 59 do Código Penal, reconhecendo-se, no caso sob exame, que as mesmas militam em favor da apenada, noto que, apesar de afirmada a responsabilidade penal desta, a mesma agia sob incisiva orientação de seu pai, Othon Luiz, que inegavelmente incutia não só na condenada Ana Cristina mas em muitos profissionais da área, uma reverência tal capaz de incentivar a que participassem de sua empreitada ilícita. Assim, fixo a **pena base** no mínimo legal, **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Dada a inexistência de atenuantes e de agravantes genéricas, causas de aumento ou de diminuição de pena, torno a pena acima definitiva para o crime em questão, de **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Considerando a situação econômica do ré, fixo o valor do dia-multa em **1/10 do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de evasão de divisas (artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/1986), praticado em concurso de pessoas com Othon Luiz e em concurso formal com o artigo 1º da Lei nº 9.613/98.

Consideradas as circunstâncias de que cuida o artigo 59 do Código Penal, reconhecendo-se, no caso sob exame, que as mesmas militam em favor da apenada, noto que, apesar de afirmada a responsabilidade penal desta, a mesma agia sob incisiva orientação de seu pai, Othon Luiz, que inegavelmente incutia não só na condenada Ana Cristina mas em muitos profissionais da área,

uma reverência tal capaz de incentivar a que participassem de sua empreitada ilícita. Assim, fixo a **pena base** no mínimo legal, **2 (dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Dada a inoccorrência de atenuantes e agravantes genéricas, adoto a pena acima como intermediária.

JFRJ
Fls 11853

Causas de Aumento ou Diminuição:

Ante a ocorrência de concurso formal entre o crime de evasão de divisas (artigo 22, parágrafo único, 2ª parte, da Lei nº 7.492/86) e o crime de lavagem de capitais transnacional (artigo 1º da nº 9.613/98), faço incidir o aumento de 1/6 (um sexto), na forma do art. 70 do CP. Assim, chega-se à **pena definitiva de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa**.

Considerando a situação econômica da ré, fixo o valor do dia-multa em **1/10 do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

d. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas.

Consideradas as circunstâncias de que cuida o artigo 59 do Código Penal, reconhecendo-se, no caso sob exame, que as mesmas militam em favor da apenada, noto que, apesar de afirmada a responsabilidade penal desta, a mesma agia sob incisiva orientação de seu pai, Othon Luiz, que inegavelmente incutia não só na condenada Ana Cristina mas em muitos profissionais da área, uma reverência tal capaz de incentivar a que participassem de sua empreitada ilícita. Assim, fixo a pena base no mínimo legal, **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Dada a inoccorrência de atenuantes e agravantes genéricas, adoto a pena acima como intermediária.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a **pena em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica da ré, fixo o valor do dia-multa em **1/10 do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **14 (catorze) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 160 (cento e sessenta) dias-multa**, que reputo definitivas para Ana Cristina.

Nenhum óbice quanto ao recurso em liberdade.

Regime de cumprimento da pena: Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea "a" e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **fechado**.

Decreto, finalmente, o perdimento em favor da União dos valores bloqueados em conta bancária no exterior identificada na medida cautelar nº 0510707-73.2015.4.02.5101, na forma do artigo 91, II, "b" do CP.

2.3. Rogério Nora de Sá

a. Crime de corrupção ativa na ANDRADE GUTIERREZ (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por **3 (três) vezes**, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente, não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os delitos foram praticados com interesses comerciais promover a empresa ANDRADE GUTIERREZ, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentar seu faturamento, fato que considero reprovável. As circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada

quantia de R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, além do desprezo pelos locais mantidos pelo poder público. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa. As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do CP, aumento em 1/3 a pena intermediária,

fixando a pena em **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa.**

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 3 (três) os crimes cometidos, devem os subseqüentes serem havidos como continuação do primeiro. Os 3 (três) fatos integrantes da continuidade delitiva não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras, que os tornem diferentes entre si, de forma que todos merecem penas idênticas.

Assim, em razão do número de infrações continuadas (3 vezes), faço incidir o aumento de **1/5 (um quinto)** sobre uma só das penas para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **8 (oito) anos de reclusão e 288 (duzentos e oitenta e oito) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, §4º, Lei nº 9.613/1998): **por 6 (seis) vezes** nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução deixam claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.**

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

d. Pelo crime associação criminosa do artigo 288 do Código Penal.

Consideradas as circunstâncias de que cuida o artigo 59 do Código Penal, reconhecendo-se, no caso sob exame, que militam em favor do réu, fixo a pena-base em **1 (um) ano de reclusão**.

Dada a inoccorrência de atenuantes e de agravantes genéricas, causas de aumento ou de diminuição de pena torno a **pena acima definitiva** para o crime em questão.

Entre os crimes de corrupção ativa, de lavagem e de associação criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **17 (dezesete) anos de reclusão e 468 (quatrocentos e sessenta e oito) dias-multa** que reputo definitivas a Rogério Nora.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7456/7457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, que fixo em 1 (um) salário mínimo à época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Rogério Nora será:

- Privativa de Liberdade: 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

- Multa: 1 (um) salário mínimo.

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se os **Apensos 1 e 2** do referido contrato (fls. 6.799 e ss.).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

JFRJ
Fls 11859

2.4. Clóvis Renato Numa Peixoto Primo

a. Crime de corrupção ativa na ANDRADE GUTIERREZ (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por **3 (três) vezes**, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os delitos foram praticados com interesses comerciais promover a empresa ANDRADE GUTIERREZ, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentar seu faturamento, fato que considero reprovável. As circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada quantia de R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, além do desprezo pelos locais mantidos pelo poder público. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa. As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm

sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da **New York Stock Exchange em fl. 10034**).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

JFRJ
Fls 11860

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do Código Penal, aumento em 1/3 a **pena intermediária**, fixando a pena em **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa**.

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 3 (três) os crimes cometidos, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os 3 (três) fatos integrantes da continuidade delitiva não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras, que os tornem diferentes entre si, de forma que todos merecem penas idênticas.

Assim, em razão do número de infrações continuadas (3 vezes), faço incidir o aumento de **1/5 (um quinto)** sobre uma só das penas para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **8 (oito) anos de reclusão e 288**

(duzentos e oitenta e oito) dias-multa, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

JFRJ
Fls 11861

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro, nos termos do artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por **6 (seis) vezes**, nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa),

aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.**

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, também na sede da empresa se afigura igualmente reprovável, pelo desprezo que demonstrou com a instituição pública. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a

JFRJ
Fls 11862

ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **21 (vinte e um) anos e 10 (dez) meses e 678 (seiscentos e setenta e oito) dias-multa** de reclusão, que reputo definitivas para Clóvis Renato.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade, vez que ausentes as hipóteses previstas no art. 44 do CP. Do mesmo modo, deixo de suspender condicionalmente a pena.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7456/7457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, que fixo em 1 (um) salário mínimo à época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Clóvis Renato será:

- **Privativa de Liberdade: 7 (sete) anos e 3 (três) meses de reclusão.**
- **Multa: 1(um) salário mínimo.**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se os **Apensos 1 e 2** do referido contrato (fls. 6.618 e ss.).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

2.5. Olavinho Ferreira Mendes

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por **6 (seis) vezes** nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente. Noto ainda que este apenado discutia direta e intensamente as contratações fraudulentas. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.**

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.**

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subseqüentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013) praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, também na sede da empresa, se afigura igualmente reprovável, pelo desprezo que demonstrou com a instituição pública. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta

o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

JFRJ
Fls 11867

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **13 (treze) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 390 (trezentos e noventa) dias-multa** de reclusão, que reputo definitivas para Olavinho Ferreira.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade, vez que ausentes as hipóteses previstas no art. 44 do CP. Do mesmo modo, deixo de suspender condicionalmente a pena.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7.456/7.457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação

em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, que fixo em 1 (um) salário mínimo à época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Olavinho Ferreira será:

- **Privativa de Liberdade: 4 (quatro) e 7 (sete) meses de reclusão.**
- **Multa: 1 (um) salário mínimo.**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se o **Apenso 1** do referido contrato (fls. 6.742).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

2.6. Otávio Marques de Azevedo

a. Crime de corrupção ativa na ANDRADE GUTIERREZ (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por 2 (duas) vezes, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente, não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os

delitos foram praticados com interesses comerciais de promover a empresa ANDRADE GUTIERREZ, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentar seu faturamento, fato que considero reprovável. Verifico ainda a posição de destaque deste apenas na *Holding* era tamanha que lhe impunha maiores responsabilidades, mas ao contrário o mesmo assumiu a parte mais cruel do processo criminoso, atuando em sua origem, nas negociações espúrias com agentes políticos do alto escalão. As circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada quantia de R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa. As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **6 (seis) anos de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço, ainda assim, que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração**

Premiada pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do Código Penal, aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **8 (oito) anos de reclusão e 320 (trezentos e vinte) dias-multa**.

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 2 (dois) os crimes cometidos, devem os subseqüentes serem havidos como continuação do primeiro. Os 2 (dois) fatos integrantes da continuidade delitiva não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras, que os tornem diferentes entre si, de forma que todos merecem penas idênticas.

Assim, em razão do número de infrações continuadas (2 vezes), faço incidir o aumento de **1/6 (um sexto)** sobre uma só das penas para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 373 (trezentos e setenta e três) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por 6 vezes nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e

complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente.. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.**

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.**

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013) praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, **junto a agentes políticos de alto nível**, justamente a origem mais nefasta dessas negociações espúrias, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, também na sede da empresa se afigura igualmente reprovável, pelo desprezo que demonstrou com a instituição pública. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o **comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034**). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

JFRJ
Fls 11873

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1(um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **22 (vinte e dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 763 (setecentos e sessenta e três) dias-multa** de reclusão, que reputo definitivas para Otávio Marques.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7.456/7.457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, que fixo em 1 (um) salário mínimo á época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Otávio Marques será:

- **Privativa de Liberdade: 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses reclusão.**
- **Multa: 1 (um) salário mínimo.**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se os **Apensos 1, 2 e 3** do referido contrato (fls. 6.758 e ss.).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

2.7. Flávio David Barra

a. Crime de corrupção ativa na ANDRADE GUTIERREZ (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por **1 (uma) vez**, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente, não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os delitos foram praticados com interesses comerciais promover a empresa ANDRADE GUTIERREZ, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentar seu faturamento, fato que considero reprovável. As circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada quantia de R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho e na sede da empresa se afiguram igualmente reprováveis, além do desprezo pelos locais mantidos pelo poder público. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa.

As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da *New York Stock Exchange* em fl. 10034).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do Código Penal, aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa**, que torno definitiva.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998):

por 6 (seis) vezes nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente.. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.**

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.**

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias

individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

JFRJ
Fls 11877

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, justamente a origem mais nefasta dessas negociações espúrias, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, também na sede da empresa se afigura igualmente reprovável, pelo desprezo que demonstrou com a instituição pública. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o **comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034**). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao

condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inocorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

JFRJ
Fls 11878

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1(um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **20 (vinte) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 630 (seiscentos e trinta) dias-multa**, que reputo definitivas para Flávio Barra.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade, vez que ausentes as hipóteses previstas no art. 44 do CP. Do mesmo modo, deixo de suspender condicionalmente a pena.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7.456/7.457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, que fixo em 1 (um) salário mínimo à época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Flávio Barra será:

- **Privativa de Liberdade: 6 (seis) anos e 10 (dez) meses de reclusão.**
- **Multa: 1 (um) salário mínimo**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se os **Apensos 1, 2 e 3** do referido contrato (fls. 6651 e ss.).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

2.8. Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho

a. Crime de corrupção ativa na ANDRADE GUTIERREZ (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por 1 (uma) vez, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse, omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente, não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os delitos foram praticados com interesses comerciais promover a empresa ANDRADE GUTIERREZ, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentar seu faturamento, fato que considero reprovável. As circunstâncias

devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada quantia de R\$ 3.438.500,000 de vantagens indevidas. As reuniões com os empreiteiros em seu próprio local de trabalho se afiguram igualmente reprováveis. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa. As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixo de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a "confissão" do acusado nestes autos é feita por dever contratual, e não "espontaneamente".

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do Código Penal, aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa, a qual torno definitiva** ante a ausência de outras circunstâncias

JFRJ
Fls 11881

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro, nos termos do artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por 6 (seis) vezes nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 3.438.500,000, o que valoro negativamente.. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, 4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como **intermediária**. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do artigo 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que **tal situação já será aplicada** quando da incidência dos termos do **Acordo de Colaboração Premiada** pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a **pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.**

JFRJ
Fls 11882

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa do artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013, praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, justamente a origem mais nefasta dessas negociações espúrias, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As reuniões da organização criminosa que integrou o condenado, também na sede da empresa se afigura igualmente reprovável, pelo desprezo que demonstrou com a instituição pública. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da

corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o **comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034**). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **20 (vinte) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 630 (seiscentos e trinta) dias-multa**, que reputo definitivas para Gustavo Botelho.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7.456/7.457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do

referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item III do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, a qual fixo em 1 (um) salário mínimo da época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado GUSTAVO R. A. BOTELHO será:

- **Privativa de Liberdade: 6 (seis) anos e 10 (dez) meses de reclusão.**
- **Multa: 1 (um) salário mínimo.**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada, observando-se o **Apenso 1** do referido contrato (fls. 6720).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

2.9. Carlos Alberto Montenegro Gallo

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por 9 (nove) vezes, nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes,

mediante contratos fraudulentos firmados pela CG IMPEX e a ANDRADE GUTIERREZ e a ARATEC.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, não são anormais. Apesar do esquema criminoso bem elaborado, que usou várias empresas para dificultar o rastreamento das operações fraudulentas. Nada mais desabona a conduta deste condenado, de forma que fixo a pena base no mínimo, em **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

JFRJ
Fls 11885

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes, e como a pena base já está no mínimo permitido, passo a considerá-la como intermediária.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, alcançando a pena 4 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou **9 (nove) vezes** da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 9 (nove) os crimes cometidos, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os ilícitos integrantes da continuidade delitiva não contêm circunstâncias individualizadoras, de forma que será considerada apenas uma das penas para incidência do acréscimo do art. 71, caput, in fine do CP. Assim, em razão do número de infrações continuadas (9 vezes), faço incidir o aumento de 1/2 (metade) sobre uma só das penas, para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **6 (seis) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em metade do valor do salário mínimo vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de embaraço às investigações (artigo 2º, §1º da Lei nº 12.850/2013).

JFRJ
Fls 11886

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, não são anormais. Nada desabona a conduta deste condenado, de forma que fixo a pena base no mínimo, em **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes, e como a pena base já está no mínimo permitido, passo a considerá-la como intermediária. Não havendo causas de aumento ou diminuição de **pena**, torno-a **definitiva**.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em metade do valor do salário mínimo vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, empresa responsável pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades

na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **14 (catorze) anos 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que reputo definitivas para Carlos Gallo.

Nenhum óbice quanto ao recurso em liberdade.

Regime de cumprimento da pena: Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea "a" e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **fechado**.

2.10. Josué Augusto Nobre

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por 2 (duas) vezes, nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela DEUTSCHBRAS e a ANDRADE GUTIERREZ e a ARATEC.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, não são anormais. Apesar do esquema criminoso bem elaborado, que usou várias empresas para dificultar o rastreamento das operações fraudulentas. Nada mais desabona a conduta deste condenado, de forma que fixo a pena base no mínimo, em 3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes, e como a pena base já está no mínimo permitido, passo a considerá-la como intermediária.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, alcançando a pena de 4 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou 2 (duas) vezes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 2 (dois) os crimes cometidos, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro. Os ilícitos integrantes da continuidade delitiva contêm circunstâncias individualizadoras, de forma que será considerada uma das penas (art. 71, caput, in fine do CP). Assim, em razão do número de infrações continuadas (2 vezes), faço incidir o aumento de 1/6 (um sexto) sobre uma só das penas, para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **4 (quatro) anos e 8 (oito)**

meses de reclusão e 46 (quarenta e seis) dias-multa, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

JFRJ
Fls 11889

b. Pelo crime de pertinência a organização criminosa (artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013), praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, empresa responsável pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado **eletrolão**, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o comunicado recebido da **New York Stock Exchange em fl. 10034**). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como **pena intermediária** o total de **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa**.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa**, que torno **definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **10 (dez) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 256 (duzentos e cinquenta e seis) dias-multa**, que reputo definitivas para Josué Nobre.

Nenhum óbice quanto ao recurso em liberdade.

Regime de cumprimento da pena: Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea “a” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **fechado**.

2.11. Geraldo Toledo Arruda Junior

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro (artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998): por 2 (duas) vezes, nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela DEUTSCHBRAS e a ANDRADE GUTIERREZ e a ARATEC.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, não são anormais. Apesar do esquema criminoso bem elaborado, que usou várias empresas para dificultar o rastreamento das operações fraudulentas. Nada mais desabona a conduta deste condenado, de forma que fixo a pena base no mínimo, em **3 (três) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes, e como a pena base já está no mínimo permitido, passo a considerá-la como intermediária.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, alcançando a pena de **4 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa**.

Continuidade Delitiva:

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou 2 (duas) vezes da mesma espécie, sempre contra a mesma empresa, considero presentes as características de continuidade delitiva, que haverão de seguir os ditames do artigo 71 do Código Penal. Portanto, apesar de serem 2 (dois) os crimes cometidos, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro. Os ilícitos integrantes da continuidade delitiva contêm circunstâncias individualizadoras, de forma que será considerada uma das penas (art. 71, caput, in fine do CP). Assim, em razão do número de infrações continuadas (2 vezes), faço incidir o aumento de 1/6 (um sexto) sobre uma só das penas, para torná-las unificadas. Alcança-se então a pena de **4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 46 (quarenta e seis) dias-multa**, sendo esta a **pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **metade do valor do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no **valor de 1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

Nenhum óbice quanto ao recurso em liberdade.

Regime de cumprimento da pena: Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea “b” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **semiaberto**.

2.12. José Antunes Sobrinho

a. Crime de corrupção ativa na ENGEVIX (artigo 333 do Código Penal): em decorrência da promessa de pagamento de vantagem indevida, por 1 (uma) vez, nos termos da fundamentação, a Othon Luiz, a fim de que este praticasse,

omitisse e/ou retardasse ato de ofício em razão do cargo de Presidente da ELETRONUCLEAR que ocupava à época.

A conduta social do agente, não é elemento negativo, mas os motivos do crime, externados pelo réu ao longo da instrução, deixam claro que os delitos foram praticados com interesses comerciais de promover a empresa ENGEVIX, melhorando artificialmente sua competitividade e aumentando seu faturamento, fato que considero reprovável. As circunstâncias devem ser valoradas negativamente, pois a prática do delito envolveu a corrupção de funcionário público de alto escalão e o pagamento da elevada quantia de R\$ 1.000.000,00 em vantagens indevidas. As consequências do crime também devem ser valoradas negativamente, pois o custo da propina foi repassado à ELETRONUCLEAR, que teve de arcar com valores superiores àqueles que seriam devidos em um contexto de livre concorrência e de observância da probidade administrativa. As consequências do crime para a empresa ELETRONUCLEAR vão além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado *eletrolão*, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, como dá conta o **comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10034**).

Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a **pena base**, majorada, em 6 (seis) anos de reclusão e 240 (duzentos e quarenta) dias-multa.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como intermediária.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo único do artigo 333, do Código Penal, aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **8 (oito) anos de reclusão e 320 (trezentos e vinte) dias-multa, pena que torno definitiva** ante a ausência de outras circunstâncias.

JFRJ
Fls 11893

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no valor de **1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de lavagem de dinheiro, nos termos do artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por 6 vezes nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver a elevada quantia de R\$ 1.000.000,00, o que valoro negativamente.. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, 4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como intermediária. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que tal situação já será aplicada quando da incidência dos termos do Acordo de Colaboração Premiada pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

152

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa.

JFRJ
Fls 11894

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subsequentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1 (um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

c. Pelo crime de pertinência a organização criminosa do artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013, praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira altamente negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, junto a agentes políticos de alto nível, justamente a origem mais nefasta dessas negociações espúrias, causando prejuízos milionários à empresa e ao desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados da empresa a que estava vinculado. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em

geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado eletrolão, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, **como dá conta o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10.034**). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a pena base, majorada, em 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa;

Agravantes e Atenuantes:

Diante da inoccorrência da circunstância agravante que se aplique a estes crimes, mantenho como pena intermediária o total de 5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa, que torno definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no valor de **1(um) salário mínimo** vigente à época do último delito.

Entre os crimes de corrupção, de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **21 (vinte e um) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 710 (setecentos e dez) dias-multa**, que reputo definitivas para José Antunes.

Nenhum óbice quanto ao recurso em liberdade, motivo pelo qual revogo a medida cautelar em curso (prisão domiciliar).

Regime de cumprimento da pena: Diante do disposto no parágrafo 2º, alínea “a” e parágrafo 3º, ambos do artigo 33, do Código Penal, o **regime** inicial de cumprimento da pena será o **fechado**.

2.13. Victor Sérgio Colavitti

JFRJ
Fls 11896

a. Pelo crime de lavagem de dinheiro, nos termos do artigo 1º, § 4º, Lei nº 9.613/1998, por 6 (seis) vezes nos termos da fundamentação, consistente em atos de dissimulação, ocultação e repasse de recursos provenientes de crimes, mediante contratos fraudulentos firmados pela ANDRADE GUTIERREZ e empresas IMPEX, JNOBRE e DEUTSCHBRAS.

Considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial os motivos do crime externados pelo réu ao longo da instrução, fica claro que os delitos foram praticados com esquema bem elaborado e complexo de lavagem de capitais, utilizando-se várias empresas interpostas com o objetivo de dificultar a descoberta da atividade criminosa, além de envolver no total a elevada quantia envolvida, o que valoro negativamente. Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base acima do mínimo legal, **4 (quatro) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa**.

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como intermediária. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, ‘d’ do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que tal situação já será aplicada quando da incidência dos termos do Acordo de Colaboração Premiada pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no artigo 1º, §4º da Lei nº 9.613/1998 (cometidos por intermédio de organização criminosa), aumento em 1/3 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa**.

Continuidade Delitiva

Tendo em vista que o acusado, mediante mais de uma ação, praticou crimes da mesma espécie, com base nos ditames do artigo 71 do Código Penal, devem os subseqüentes serem havidos como continuação do primeiro. Os fatos integrantes da continuidade não contêm elementos ou circunstâncias individualizadoras que os tornem diferentes entre si. Todos merecem, portanto, penas idênticas. Assim, em razão do número de infrações continuadas (6 vezes), aumento em 1/2 (metade), uma só das penas para torná-las unificadas em **8 (oito) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa, sendo esta a pena definitiva**, diante da ausência de causa de diminuição.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa em **1/2 (metade) do salário mínimo** vigente à época do último delito.

b. Pelo crime de pertinência a organização criminosa do artigo 2º, §4º II da Lei nº 12.850/2013, praticado em concurso de pessoas.

Considero as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, em especial a conduta social do agente, e o faço de maneira negativa por considerar que este condenado atuou ativamente na organização criminosa criada para fraudar contratos da ELETRONUCLEAR, empresa responsável pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear desenvolvida pelo Brasil, isso com o fim de inflar artificialmente os resultados de sua empresa. As consequências do crime de organização criminosa para a empresa ELETRONUCLEAR também devem ser valoradas negativamente, pois além do prejuízo monetário (possivelmente muito superior ao valor recebido em propina, até para que a negociação da corrupção seja lucrativa para as empreiteiras corruptoras), a imagem da empresa restou extremamente abalada entre investidores e contratantes em geral (a título de exemplo, recentemente a ELETROBRÁS, empresa controladora da ELETRONUCLEAR, foi impedida de negociar suas ações no mercado financeiro norte-americano, por dificuldades na contabilização dos prejuízos advindos com os casos de corrupção que vêm sendo descobertos e investigados no escândalo nacional chamado eletrolão, dentre os quais se inserem os fatos tratados nesta ação penal, **como dá conta**

o comunicado recebido da New York Stock Exchange em fl. 10.034). Assim, considerando a ocorrência de tais circunstâncias judiciais, todas muito negativas ao condenado, fixo a pena base, majorada, em **5 (cinco) anos de reclusão e 180 (cento e oitenta) dias-multa.**

Agravantes e Atenuantes:

Não há circunstâncias agravantes ou mesmo atenuantes a incidir, razão pela qual assumo a pena inicial como intermediária. Esclareço que deixaria de considerar a causa atenuante do art. 65, III, 'd' do CP (confissão espontânea do acusado), considerando que tal situação já será aplicada quando da incidência dos termos do Acordo de Colaboração Premiada pelo réu. Em outras palavras, a “confissão” do acusado nestes autos seria feita por dever contratual, e não “espontaneamente”.

Causas de aumento e diminuição:

Diante da ocorrência da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 2, da Lei nº 12.850/2013 (concurso de funcionário público), aumento em 1/6 a pena intermediária, fixando a pena em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 210 (duzentos e dez) dias-multa, que torno definitiva** diante da ausência de causa de diminuição de pena.

Considerando a situação econômica do réu, fixo o valor do dia-multa no valor de 1/2 (metade) do salário mínimo vigente à época do último delito.

Entre os crimes de lavagem e de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a **13 (treze) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 390 (trezentos e noventa) dias-multa,** que reputo definitivas para Victor Colavitti.

O Ministério Público Federal, em suas alegações finais (fls. 7.456/7.457), requer sejam observadas as cláusulas do Acordo de Colaboração Premiada em favor deste apenado, em obediência ainda ao disposto no art. 4º da Lei 12.850/2013. Com efeito, este acusado cumpriu todas condicionantes do referido acordo. Na verdade, as informações reveladas pelo acusado colaborador propiciaram o desenrolar de várias investigações, algumas envolvendo pessoas que gozam de foro por prerrogativa de função, outras

submetidas à jurisdição de outros juízos ou mesmo indicando a participação em condutas criminosas, as mais graves, de pessoas que ocupam ou já ocuparam funções de grande relevância em nossa República.

Muito embora não tenha o *Parquet* detalhado qual deveria ser o montante da redução da pena total infligida, já que o referido artigo 4º permite a dedução de até 2/3 da pena privativa de liberdade, considerando a relevância e a clareza das informações fornecidas, tenho por bem fazer **incidir o máximo de redução permitido, 2/3 (dois terços)**.

Já no que se refere à pena de multa, há de ser respeitado o disposto na Cláusula 5ª, '1', item IV do Acordo de Colaboração Premiada, no ponto em que determina que a **pena de multa será fixada no mínimo legal**, a qual fixo em 1 (um) salário mínimo da época dos fatos.

Assim, a pena final a ser cumprida pelo condenado Victor Colavitti será:

- **Privativa de Liberdade: 5 (cinco) anos e 2 (dois) meses de reclusão.**

- **Multa: 1 (um) salário mínimo.**

O **regime de cumprimento da pena**, da mesma forma, obedecerá ao disposto na Cláusula 5ª do já mencionado Acordo de Colaboração Premiada (fls. 1.403).

Não há causa que justifique a manutenção de qualquer medida cautelar ao condenado até que (ou no caso de) seja reapreciada essa sentença pelo Tribunal *ad quem*. Portanto, **faculto** ao apenado o **início imediato do cumprimento das penas** finais impostas, sem prejuízo de eventual recurso às instâncias judiciais superiores.

Fixo o valor mínimo para reparação dos danos causados pelas infrações à ELETRONUCLEAR em duas vezes o valor R\$ 4.438.500,00, na forma do artigo 387, IV do CPP. Além disso, determino o perdimento do produto e proveito dos crimes, numerário apreendido em contas e investimentos bancários no valor mínimo de R\$ 4.438.500,00. Em ambos os casos os valores se reverterão em favor da ELETRONUCLEAR.

Confirmada esta sentença condenatória em segundo grau de jurisdição, ou no caso de não haver recurso (HC 126.292 STF), certifique-se e expeçam-

se **mandados de prisão** e **Guias de Recolhimento**, adotando-se as providências previstas em provimento específico do E. TRF desta 2ª - Região.

Certificado o trânsito em julgado:

- a) condeno os sentenciados ao pagamento das **custas**.
- b) a **pena pecuniária** será recolhida no prazo de 10 (dez) dias do trânsito em julgado da sentença.
- c) lancem-se os nomes dos réus no **rol dos culpados** .

JFRJ
Fls 11900

Intimem-se. Após, procedam-se às anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa e arquivem-se.

P.R.I.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016.

(assinado eletronicamente)

MARCELO DA COSTA BRETAS
Juiz Federal
7ª Vara Federal Criminal